

## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
<b>Nome da Pessoa Jurídica:</b>		RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.	
<b>CNPJ:</b>	75.789.966/0001-59	<b>CEP sede:</b>	da 89340-000
<b>Endereço da sede:</b>		RUA JOSÉ GONÇALVES, 333, LUCENA, ITAIÓPOLIS/SC	
<b>E-mail de contato:</b>		gerencia101@demais.fm.br	
<b>Serviço a ser renovado:</b>		<input checked="" type="checkbox"/> ( X ) em frequência modulada	
		<input type="checkbox"/> ( ) em ondas curtas	
		<input type="checkbox"/> ( ) em ondas médias	
		<input type="checkbox"/> ( ) em ondas tropicais	
		<input type="checkbox"/> ( ) Radiodifusão de sons e imagens	
<b>Período da renovação:</b>		18/08/2022 a 18/08/2032	
<b>Localidade da renovação:</b>		ITAIÓPOLIS	<b>UF:</b> SC

Eu, **RANIERI MOACIR BERTOLI**, inscrito no CPF sob o nº **558.534.129-49**, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

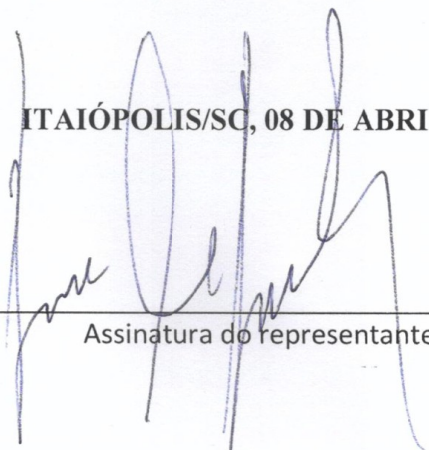
2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

**ITAIÓPOLIS/SC, 08 DE ABRIL DE 2022.**

  
\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 2





Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL



Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede) 42200531616	CNPJ 75.789.966/0001-59	Arquivamento do ato Constitutivo 19/11/1981	Início da atividade 19/11/1981
Endereço: RUA JOSE GONCALVES, 333, LUCENA, ITAIÓPOLIS, SC - CEP: 89340000			
OBJETO SOCIAL			
DIVULGAÇÃO DE PROGRAMAS DE CARÁTER EDUCATIVO, CULTURAL, INFORMATIVO E RECREATIVO, PROMOVENDO AO MESMO TEMPO, A PUBLICIDADE COMERCIAL PARA A SUPOORTAÇÃO DOS ENCARGOS E SUA NECESSÁRIA EXPANSÃO.			
CAPITAL SOCIAL		PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO
R\$ 120.000,00 CENTO E VINTE MIL REAIS  R\$ Capital integralizado: 120.000,00 CENTO E VINTE MIL REAIS		Não	XXXXXX
QUADRO SOCIOS E ADMINISTRADORES			
Nome/CPF	Participação R\$	Cond./Administrador	Término do mandato
MOACIR BERTOLI 005.580.449-72	60.000,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
RANIERI MOACIR BERTOLI 558.534.129-49	0,00	ADMINISTRADOR - ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX
SIMONE WERNER 613.570.229-72	60.000,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data 19/11/2021	Número 20217551998	REGISTRO ATIVO	Sem Status
Ato: 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO Evento: 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO			
FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA			
NIRE: XXXXXX CNPJ: XXXXXX Endereço: XXXXXX			
Observação			

225999331



página: 1/2

CONTROLE: 20159022071166 CPF SOLICITANTE: 352.597.369-15 NIRE: 42200531616 EMITIDA: 24/03/2022 PROTOCOLO: 225999331



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL



Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42200531616	75.789.966/0001-59	19/11/1981	19/11/1981
Endereço: RUA JOSE GONCALVES, 333, LUCENA, ITAIÓPOLIS, SC - CEP: 89340000			

FLORIANÓPOLIS - SC, 24 de Março de 2022

BLASCO BORGES BARCELLOS

225999331



página: 2/2

CONTROLE: 20159022071166 CPF SOLICITANTE: 352.597.369-15 NIRE: 42200531616 EMITIDA: 24/03/2022 PROTOCOLO: 225999331



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

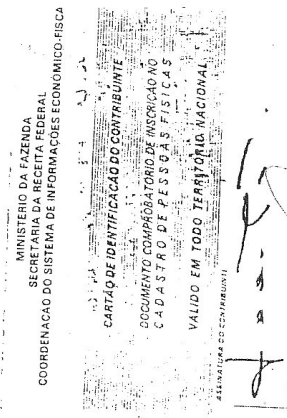
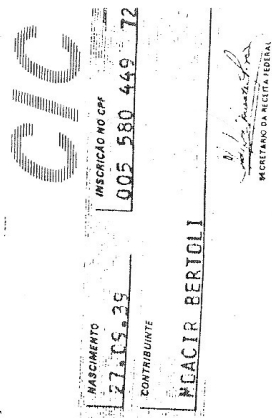
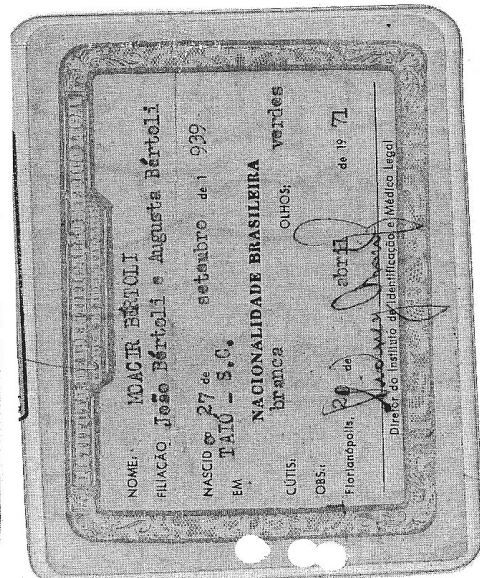
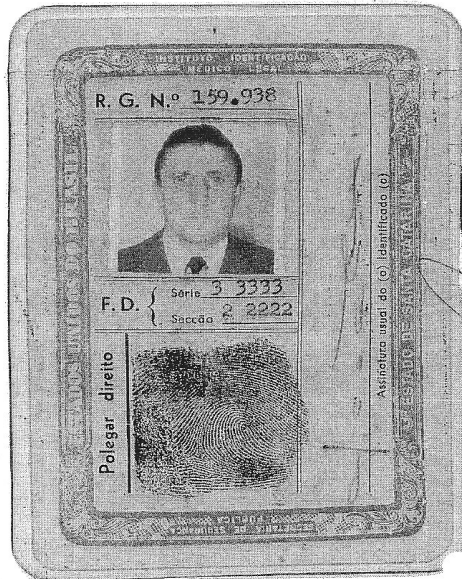
2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef





Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>



2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

 POLSAR DIRETO

 PROIBIDO PLASTIFICAR



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

INSCRIÇÃO Nº 1.038.216

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.038.216 DATA DE EXPEDIÇÃO

NOME SIMONE WERNER

FILIAÇÃO ARTENIR WERNER  
MARLENE NASCHENVENG WERNER

NATURALIDADE RIO DO SUL SC

DOC. ORIGEM CERT. CAS. 2752 LV B-13  
CART. KURTH-RIO DO SUL

CPF 613.570.229-72 PAULO

FLORIANÓPOLIS - SC Diretor de In

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

FOTOGRAFIA EM COR



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES  
DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 1/R-1.253.363

NOME RANIERI MOACIR BERTOLI

Moacir Bertoli

FILIAÇÃO Renata Ern Bertoli

TAIO =SC 31/03/1964

NATURALIDADE FLORIANÓPOLIS, SC 03/05/1982

*Assinatura*

DIRETOR Sime Medeiros

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CASA DA MOEDA DO BRASIL

(CEDULA DE IDENTIDADE)

POLEGAR DIREITO

*Ranieri Moacir Bertoli*

ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CASA DA MOEDA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

*Assinatura*

C/C

NASCIMENTO 31.03.64

INSCRIÇÃO NO CPF 558 534 129 49

CONTRIBUINTE

RANIERI MOACIR BERTOLI

*Assinatura*

SECRETARIO DA RECEITA FEDERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME RANIERI MOACIR BERTOLI

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF 1253363 SSI SC

CPF 558.534.129-49 DATA NASCIMENTO 31/03/1964

FILIAÇÃO MOACIR BERTOLI  
RENATA ERN BERTOLI

PERMISSÃO ACC CAENAB B

Nº REGISTRO 03204830337 VALIDADE 25/01/2014 1ª HABILITAÇÃO 15/04/1982

OBSERVAÇÕES

*Assinatura*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL FLORIANÓPOLIS, SC DATA EMISSÃO 27/01/2009

Vanderlei O. Rosso

25338302689  
SC055243927

100267788

67788



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



30/03/2022

0012086767

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Itaiópolis

**CERTIDÃO**  
**FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**CERTIDÃO Nº: 9390186****FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Itaiópolis, com distribuição anterior à data de 29/03/2022, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

**RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA, portador do CNPJ: 75.789.966/0001-59. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

**ATENÇÃO:** A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Itaiópolis, quarta-feira, 30 de março de 2022.

**PEDIDO Nº:****0012086767**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef





7687 9 87 9 7 98

023456789 8 9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA**  
**CNPJ: 75.789.966/0001-59**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 13:59:17 do dia 28/03/2022 <hora e data de Brasília>.

Válida até 24/09/2022.

Código de controle da certidão: **2776.9849.DEBE.2A73**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA  
CNPJ/CPF: 75.789.966/0001-59

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	220140051006156
Data de emissão:	30/03/2022 11:37:56
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	29/05/2022

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

Este documento foi assinado digitalmente  
Impresso em: 30/03/2022 11:37:56



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef





## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA CNPJ: 75789966000159

Endereço: Rua JOSE GONCALVES, 333 - Lucena

CEP: 89340000

Cidade/UF: Itaiópolis/SC

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWKRZXLGO04Q1KM1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Itaiópolis (SC), 24 de Março de 2022





12345678 245 62 6548 62 321254 65 5436 2  
42

3658 15662 62 545885 46  
1 !"

##%&'(")\*+,-./\$01,).0-&\*+2\*3\$-&\*4\*&\*25\$0460)\*-\$+ -\$/0,+2%\$7\*&'8\*-9-%\$)'&\*-4+'0'&%\*4\*-5\$7\*  
:0\*&\$72%\$--\*78\*4,,4'%\$&,4\$-&\*\*;60)\*4\$),<%\*%./\*-./\$%4=8'4\*-4\$%\$-5,0-\*<'7'4\*4\$4,.)0&%<'0&\$\*)'+\*./\$8'\$%\$+  
\*-\$%\*5/%\*4\*->

?-&\*)\$%&'41,%\$(\$%\$@-\$A)7/-'8\*+\$0&\$9-'&/'B1,4,.)0&%<'0&\$0,C+<'&,4\$-&\*\*;60)\*201,).0-&'&'04,25,%  
,0-\$:/0&\$25%,8\*4\$'0\$A'&60)\*4\$43<'&,-'0-)%'&,-\$+ D=8'4\*:&'8\*4\*E0'1,2\*4+'0'&%\*4,-5\$7\*F%,)/%\*4,%\*G\$%\*74\*  
H\*I\$04\*J\*'),0\*7>

?+'&'4\*9-KKLMKLNO4,4\*PNQNPQRNRRST,%\*\$4\*&\*4\$U%\*-7\*V>

WX7'4\*\*&3RYQNZQRNRR>

##%&'41,\$A5\$4'4\*;%\*&'&\*+\$0&\$>



12345254 6789 4



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 75.789.966/0001-59

**Razão Social:** RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA

**Endereço:** R JOSE GONCALVES 333 / LUCENA / ITAIOPOLIS / SC / 89340-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/04/2022 a 03/05/2022

**Certificação Número:** 2022040401464901262302

Informação obtida em 18/04/2022 14:32:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/impressao.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/impressao.jsf)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 75.789.966/0001-59  
Certidão nº: 10193553/2022  
Expedição: 30/03/2022, às 16:38:49  
Validade: 26/09/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **75.789.966/0001-59**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cndt@tst.jus.br](mailto:cndt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



NOME/RAZÃO SOCIAL <b>RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA</b>				CNPJ <b>75789966000159</b>
Nº DA ESTAÇÃO <b>1006099406</b>	SERVIÇO <b>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada</b>	NAT. SERV.	LATITUDE <b>26° 23' 43.01" S</b>	LONGITUDE <b>49° 54' 42.98" W</b>

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO <b>Rua Carlos Buba, nº S/Nº.</b>	DISTRITO		
BAIRRO <b>Alto Paraguacú</b>	MUNICÍPIO <b>Itaiópolis</b>	UF <b>SC</b>	

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 18/08/2022

LOCALIDADE PLANO BÁSICO:

MUNICÍPIO: Itaiópolis UF: SC

LOCALIDADE:

FREQUÊNCIA: 101.1 MHz CANAL: 266

CLASSE: A4 COTA BASE DA TORRE: 1002.9

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYV306

NOME FANTASIA: NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Itaiópolis

ESTÚDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Rua José Gonçalves BAIRRO: Lucena

MUNICÍPIO: Itaiópolis UF: SC

NUMERO: 333 COMPLEMENTO:

ESTÚDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: UF:

NUMERO: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment MODELO: ETG1000i

CÓDIGO: 027381200422 POTÊNCIA: 1.0 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment MODELO: ETG 1000

CÓDIGO: 011800300422 POTÊNCIA: 0.8 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO:

CÓDIGO: POTÊNCIA: kW

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: Teel Tele-Eletrônica Ltda MODELO: BECP/6L

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 5.05 dBd

DESCRIÇÃO: 6 elementos ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 30 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 64 m BEAM TILT: 3 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda MODELO: FC4H266

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 2.87 dBd

DESCRIÇÃO: 4 elementos ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 30 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 60 m BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: MODELO: LCF78-50JA

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: MODELO: LCF78-50-JA

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 23/03/2022 16:55:38



Emitido Em  
26/03/2018

Esta licença pode ser validada em  
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=C2xhc3NMZWlnbmNhbWV3MDE4NWFiOTNkNWRIbWJlZlZQ==>

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original em  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>



2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



1234561415674189 8 57 4651

!"#\$

7 % &64 49 4 9 7 7&21 & 5 &7'%& 1(791123456141567418  
9 8 57 4651 )141 8\*+,-./-0-1+23/45\*160-1+\*-+0\*4/+6-3+-4+\*+0748\$/  
6\*16-+-."/962/\*4+:\*4/7\*+.095\*160016+\*0;./;/1+2,\*610<=->\*04;/037+?0.+3;/0  
"/-+;,<@+\*\$./A./0B76;./#C/

57469 &1497+.6-3+-4+\*+-07D9+\$C.0E/6\*A8F./\$/G,;H+./AAFI

57469 &1497+.6-3+-4+\*0"/-+;,<@+\*\$F.//\*+?/2B7+./AAJ,/037+?0  
+"/9,;02/\*4+K1\*61+307026--70-./"0.6+.6L,-@+M+\*+70/2N7/J,5\*160 +.,;0.0/\*+/17/4+  
8FA./C./+,4,B7+./A\$CJ,/037+?0+/"9,;02/\*4+.-M/7?6<+-./"0.6+.6L,-@+I

57469 &1497+.6-3+-4+\*+/"9,;02/\*4+./O-+.-3/147+./"0.6+L7/J,5\*160-  
037+?0.+3;/0"/-+;,<@+\*\$F./C.//\*+?/2B7+./#\$I

57469 &149700476B,6<@+./1+23/45\*160/-40B;/16.0\*0P+740760\*./I  
G,\*H+./#C.+Q+\*-;/H+67/4+7.0\*04;/I

57469 &1497+1+\*-40\*4/.-0,4+-P7+1/--+\*C##8#CCAR#\$>F

& 78S T

748,4+7907,4+76U0<@+./O-+./"0.6+L7/J,5\*160V":Q:::PE:M  
EQPWF8FA8A\$R####>A/X/1,40\*4/+.M/7?6<+./"0.6+.6L,-@+M+\*+70/2N7/J,5\*160  
+.,;0.0\*0;+10;6.0./:/406Y3+;6-./-40+./M0\*40Q04076\*02/.60\*4/0,D;6U0<@+0  
70.6+L7/J,5\*160./#8 ZU1+77/-3+\*./4/0+10\*0;\$04K0.040./RR#-/\*+.-+0  
70.6+L7/J,5\*160\*@+X1;,-6?+/2107[4/737/1[76+/3762[76+8

748N6X07/2"#####].U/\*4+-7/06-^+37/<+3\_B;61+3;/+.67/64+./,-+0  
70.6+L7/J,5\*1600,4+76U0.0\*+0748`10\*+1+\*.616+\*0.00/\*470.0/2?69+7.037/-/\*4/,4+76U0<@+  
./O-+./"0.6+L7/J,5\*160V/L/D?0<@+./+7/1+;H62/\*4+./7/L/76.+?0;+78

748C-40B;/1/7+370U+./].+U/^2/-1+\*40.+03,B;610<@+./-4/4+\*+O  
3070J,/0/\*D.0./037/-/\*4;/0,+./?6-4+760.0/-40<@+;/0B+70.+3+737+`-6+\*0;H0B6;640.+3070  
`-./;61/\*1602/\*4+8

748-4/4+/\*470/2?69+7\*0.040./3,B;610<@+./-/,X4704+\*+6[76+`160;.0  
O\*6@+8



+1,2/\*4+0--6\*0.+;/47+\*6102/\*4/3+7Sabcd eafac2cgfhg7eaigadjgkglgfmngdakbgkhgkbg  
hg7mbcdojg&gpmdfcfq%dgfbjrsc/2R#R#FV-FtA1+\*L+72/H+7[76++`160;./!70-u;60  
1+2L,\*02/\*4+\*+0748C#:.0P+740760\*8F\$R#.0\*04;/8



0,4/\*D16.0./-4/.+1,2/\*4+3+.-/71+\*L/76.0/2Hv3tRRwww80\*04;/89+?8B7R0,4/\*D16.0./  
6\*L+720\*+1Y.69+?/76`10.+7xyzy{z|+1Y.69+Q"Q{}~9}{|8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

8277438 33

8631 3 47 3 1

3 8 3 47 3 1													
!"#\$%&'()*\$%\$"* 0+ , + -+ ,./ 0 /-+													
!"#1%'(%2)%*													
3"4"5 ""* 678 9;;													
&<!%)4* 816732=7 3 1>9?3?6													
@AB* ?;?;C>;													
DI"E #\$ #1)2("4* 7>77;>;>													
3)F #G2HIE) * + .67J3 3													
3)F #3%K%* 41L632													
M%(%#\$ #N '(E%( * >CC>;													
O"EP)Q * 9 : 03 78 7R8 08863 1 S61TRU73 V8 R23 3													
@%E%("E* .67W678													
X N%4#"2F"NY5)N *													
Z"\$**													
@%("[ E)%#\$%#&2(%Q\ * .677]32													
^%4_#Z1* ;CC9													
`a2"EP%Qb"2* +48 c ?>9;d 1 >9 1 3L848 1 >d ]R273 8 3 .3L? >d													
c 7d 1 >7 1 368 1 >d ]R273 8 8 ,e 1 9C9C>d 018 >d													

1618 01 1													
X [E%\$ HE * 0e+ g,0h i,jk+/l0													
@ !F4"!'"( *													
m%)EE * /ej+													
H!"E * 999													
nH')NYF) * 4375]827													
G1* 0 @&A* ;97													

1618 8661]8 U73													
X [E%\$ HE * 0R3 g8o i832J1													
@ !F4"!'"( *													
m%)EE * /R13													
H!"E * 999													
nH')NYF) * 4375]827													
G1* 0 @&A* ;97													

1618 8 -63786													
X [E%\$ HE * 0R3 3628 pR3													
@ !F4"!'"( *													
m%)EE * +248 .363LR3q													
H!"E * 0Cjc													
nH')NYF) * 4375]827													
G1* 0 @&A* ;97													

1618 8 4q 78 .677]32													
X [E%\$ HE * 0R3 g8o i832J1													
@ !F4"!'"( *													
m%)EE * /R13													
H!"E * 999													
nH')NYF) * 4375]827													
G1* 0 @&A* ;97													

1618 8 4q 78 +Rr72736													
X [E%\$ HE *													
@ !F4"!'"( *													
m%)EE *													
H!"E *													
nH')NYF) *													
G1* @&A*													

8631 8 .238 p378

/8327s38													
nH')NYF) * 4375]827													
G1* 0													

.36t1468 -o78													
@%%"4*													
1E"uHvN)%* >>?> Vws @4%22"* +7 &ZA#nIK)!%* ?97xy													
z@{* 7 A%E"%!"( * M"N%4%["!* 1%2"*													



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

>C9

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

8631 3 438

8631 1637			
!"#\$ %&'&()*&'		*+,-!,\$ /012&'	
3!45!,6,-,+,+!\$ %&7%&78&88		6,-+"\$ 929&&:28%92'78&88;%2	

438 <67=7>32			
78=327@38			
6!,!A\$ 8'B 82C )2:&%D E	6+F,!A\$ )(B 9)C )8:(GD H	!!J \$ %&&8:(	

K63786 <67=7>32			
IL,FMA,N+!\$ &8O2G%8&&)88		P5\$ K%&&&7	
QJ,-!\$ 218 E:0:?: R683 =347S TU7>14		V!W+,-,XN"# \$ %:& YH	

77Z3 1 K6378 <67=7>32			
P5\$ ?[OG;9&]		QJ,-!\$ 03 78 [61TU1=^ E^41 ; 0[E	
IN,+!6,+ _ \$ O9		`!+A"# \$ %:%2O R7%&& V`~ L, \$ &:9 R *Na+,-, \$ 9& 8Z	

J413 <67=7>32			
P5\$ R<7'?		QJ,-!\$ K112 K121;2146b7=3 ?4 3	
c+ _ \$ 9:&9 R def,5!\$ 2 g X,+!"#h\$ 2& g		V5,!"# \$ 76=U236 j!*\$ ' ) kVPlm,\$ 8:2) YH	

<3 68 1 J413 R			
no\$ 8:qpo\$ 8:(qno\$ 8:(qpo\$ 2:8rno\$ 2:8rpo\$ 2:8sno\$ 2:8spo\$ 2 tno\$ 8:(tpo\$ 8:(pno\$ 8:(qpo\$ 8:('			
uno\$ 8:'upo\$ 8:9no\$ 8:)vpo\$ 8:8yno\$ 8:~upo\$ 8:&no\$ 8 xpo\$ %:(pno\$ %:G8 qnpo\$ %:O2 qqno\$ %:" q			
qrno\$ %:'8 qrpq\$ %:'G qsnq\$%:OO qspo\$ qmq\$ 8:&9 qtpo\$ 8:8 qpno\$ 8:2' qppo\$ 8:98 quno\$ 8:(' qupo\$ 8:GO qvno\$ 2:&) qvpo\$ 2:8			
qwno\$ 2:29 qwpq\$2:)( qxno\$ 2:8 qxpq\$ 2:O9 rmo\$ 2:G9 rmpq\$ 2:(8 rano\$ 2:(' rppo\$ 2:() rmo\$ 2:G( rppo\$ 2:G% rsno\$ 2:O% rspo\$ 2:'			
rtno\$ 2:)G rtpq\$ 2:2' rpno\$ 2:82 rppo\$ 2:&( runo\$ 8:() rupo\$ 8:G rvno\$ 8:'O rvpo\$ 8:9) rwno\$ 8:8) rwpq\$ 8:2 rxno\$ 8:%( rxpo\$ 8:%%			
snno\$ 8:&' snpq\$ 8:&' sqno\$ 8:&( sqpo\$ 8:8) srno\$ 8:8% srpq\$ 8:8G ssno\$ 8:2' sspo\$ 8:)) stno\$ 8:92 stpq\$ 8:2' spno\$ 8:O8 sppo\$ 8:G			

886 13 3 >86 63 732			
no\$ ?34po\$ ; ?34qno\$ ?8; ?34qpo\$ ?8; ?34rno\$ ; ?34rpo\$ ; ?34sno\$ ; ?34spo\$ ; ?34tno\$ ; ?34tpo\$ ; ?34pno\$ ; ?34ppo\$ ; ?34			
uno\$ ?34upo\$ ; ?34vno\$ ; ?34vpo\$ ; ?34wno\$ ; ?34wpo\$ ; ?34xno\$ ; ?34xpo\$ ; ?34yno\$ ; ?34ypo\$ ; ?34zno\$ ; ?34zpo\$ ; ?34			
qrno\$ ?34qrpo\$ ; ?34qsnq\$ ; ?34qspo\$ ; ?34qtno\$ ; ?34qtpo\$ ; ?34qpno\$ ; ?34qppo\$ ; ?34quno\$ ; ?34qupo\$ ; ?34qvno\$ ; ?34qvpo\$ ; ?34			
qwno\$ ?34qwpq\$ ; ?34qxno\$ ; ?34qxpq\$ ; ?34qano\$ ; ?34qapo\$ ; ?34qano\$ ; ?34qapo\$ ; ?34qano\$ ; ?34qapo\$ ; ?34qano\$ ; ?34qapo\$ ; ?34			
rtno\$ ?34rtpq\$ ; ?34rpno\$ ; ?34rppo\$ ; ?34runo\$ ; ?34rupq\$ ; ?34rvno\$ ; ?34rvpo\$ ; ?34rwno\$ ; ?34rwpq\$ ; ?34rxno\$ ; ?34rxpo\$ ; ?34			
snno\$ ?34snpq\$ ; ?34sqno\$ ; ?34sqpo\$ ; ?34srno\$ ; ?34srpq\$ ; ?34ssno\$ ; ?34sspo\$ ; ?34stno\$ ; ?34stpq\$ ; ?34spno\$ ; ?34sppo\$ ; ?34			

y74z=73 >86 63 732			
no\$ po\$ qno\$ qpo\$ rno\$ rpo\$ sno\$ spo\$ tno\$ tpo\$ pno\$ ppo\$			
uno\$ upo\$ vno\$ vpo\$ wno\$ wpo\$ xno\$ xpo\$ qnno\$ qnpo\$ qqno\$ qqpo\$			
qrno\$ qrpo\$ qsno\$ qspo\$ qtno\$ qtpo\$ qpno\$ qppo\$ quno\$ qupo\$ qvno\$ qvpo\$			
qwno\$ qwpq\$ qxno\$ qxpq\$ rnno\$ rnpo\$ rqno\$ rqpo\$ rrno\$ rrpo\$ rsno\$ rspo\$			
rtno\$ rtpq\$ rpno\$ rppo\$ runo\$ rupo\$ rvno\$ rvpo\$ rwno\$ rwpq\$ rxno\$ rxpo\$			
snno\$ snpq\$ sqno\$ sqpo\$ srno\$ srpq\$ ssno\$ sspo\$ stno\$ stpq\$ spno\$ sppo\$			

438 JU{72736			
K63786 JU{72736			



82 Autenticado em 22/02/2025, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

872

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



!"##					\$% &'()					
)*+, &218- ./0/0/ 1683 23-473 &4576714					89.;+;< / =>					
'63-77--86 ?5@72736 #										
					\$% &457637148 A8 128463 8					
)*+,					89.;+;< =>					
07B3 1 '63-77--A8 ?5@72736										
\$% OCD EFEG?					)*+, 03 78 C614512H .H-417-					
+IJ K 7			L;< /!D 1M7		8+NL,NN+N /F 1			OP, F 8B7-		
?413 ?5@72736										
\$% C"Q#KK					)*+, R 132 R S-4673 1 87T6278 1 ?413- 04 3					
UJ #/ D 1			VWX% Y		:~;<Z[ ! Y		8%+~;< 7625236		]O K 7 ^8\$_` #/!" =>	
0a.										
8O										
Rb8673cd1- 8 8257148 1 e548633										
fS7 g6821--8S7		a8257148768		a8257148 e63A8		a343 8		a343825 aeh 03iA8 8 a82 f34561i3		
!j"j #		D#F		a126148		g0		DMKMj # jMKMj # e548633 G56k 728		
Rb8673cd1- 8 8257148 1 ?668l3cA8 1 08237-										
fS7 g6821--8S7		a8257148768		a8257148 e63A8		a343 8		a343825 aeh 03iA8 8 a82 f34561i3		
#FD!#K !		j		a1-632B8		m'R		jM#M# "M!M# ?668l3cA8 1 08232 'T2728		
Q7-456728 1 a8257148- &7747 8-										
fS7 g6821--8S7		a8257148768		a8257148 e63A8		a343 8		a343825 aeh 03iA8 8 a82 f34561i3		
		?48		e00&				"MM### ?54867i3 8 h-8 1 'T2728b6145n273		
#j #/!"j F		a126148 0137-2347l8 f		# M MjjK		#jM MjjK		a127o16/ 8 / f327832G56k 728		
F!F/!j M# KE#D		FF "		?48		e00&		#M#M#K DM#M#D ?54867i3 8 h-8 1 'T2728b6145n273		
Q86p678 1 b527837148										

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Assinado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

!M!





Mosaico

! # \$%&'( ) \* + , - . / : ;

./0\$(1"234\*324\*1"/5"#6(12.\*72/0

[illegible]

922 2 22 22



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



,-./012345-67/08741-419:0/3;41-4.-,-0/7;471<050;/.717;4=->7  
757/->

5?@AB .71034,0171-41-40/703=3>0;4>/17

,5=CB DEFDGHHFHHJJKKKLMEH

NNNNNNNNNOPQRSTSUVWXYZ[PN]XNUXIYRVW^NVR\_NPYRVN^VRV^NaP\`b\USVYNPNWYP[N\XWP^NQPcVRSdVYNeYNQPUPSRVYNV`WS\SYRQV`VYN  
f\VRPc^NQPYVcdV`XNXN`SQPSRXN`PYRVNVgblUSVN`PNUXhQVQNZ[VSYZ[PQN`idS`VYN`PNQPYaXIYVhScS`V`PN`XNUXIYRQSh[SI\RPNVUSWVNZ[PNDSP  
VNYPQNVa[QV`VY]

NNNNNNNNNkYRVNUPQRS`]XNQPTPQPIYPNPmUc[YsdVWP\RPNeNYSR[Vn]XN`XNUXIYRQSh[SI\RPNIXNoWhSRXN`PYRVNVgblUSV^N]XNUXIYRSR[SI`X^Na  
UXIYPg[SI\RP^NaQXdVN`PNS\PMsYRb\USVN`PN`\_hSRXYNS\YUQSRXYNPWNpidS`VNfRSdVN`VNq\S]X^NV`WS\SYRQV`XYNaPcVNrQXU[QV`XQSVNspQVcN  
tVuP\`VNvVUSXIVcj

NNNNNNNNNkWSRS`VNeYNwxyz[y]]N`XN`SVNw}~z~zxNXQVNPV`VRVN`PNQVYicSVj

NNNNNNNNNcS`VNVR\_Nw}~z~zxj

NNNNNNNN

NNNNNNNNNOPQRS`]XNPmaP`S`VNgQVR[SRVWP\RPj

WaQSWSQ

XcRVQ



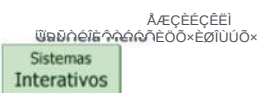
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

2 \$% &0'(&)\*#+

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef





Menu Principal

0123450320647589:0 0;47589:20

0<=>?@>ABCD@FG@HDF>AI

JKLMNOPNQRSTOPOMU VW1XY0;X1W1Z01Z0X[WXYZ]YX^0[1W								J_N`abcQdU		e3f0ff14010	
bMghTiKU jkl0m0V23n43no85p40^474q20rs0tqr8v76n20w4389232								xJyz{xy`U		e  11443330e1	
bTSJ}Pi-KU p409n6r76n232								PSPNPTOPOMU		NxaJU p4	
aRTOMN`bcU								PSPNaRTKNMgPi-KNxKLMgTPU		ThNSThPU p4	
X7:rq29								ygKNxPOJTOPOMU p4		cTKN)gTKU	
QRONbMOMU VW0Y^0YWJZ^0kkk								PTggKU ];ZW			
}RTTKU X:2n49n5								xQyU klmll		`U ^;	
QRONxKggMU V8204504729r50kkk								PTggKU ]86r72			
}RTTKU X:2n49n5								xQyU klmll		`U ^;	
xgOTSKNaRgTSKNRKNxaj											
p40Zn5:rs0;q3n:450n756qn:450740;W1X02q20r5:r0srq403r0tn5:r9											
MMTSP	QSN{ Mi{ yPg	RK	PSP MRTLMSK	PKg gTtTRP	PSPNOK yPpPLMSK	PKg yPpK	PKg STTtPOK	bMa	bTSJ}Pi-K	PKg xgOTSK ;S`	
000000j0m0\1V	I	j^0	k^0k^j^0	V~0jlll	k^0k^j^0	jlll	jlll	3330	~8n:234	lll	
000000^0m0fIX	a	j^a	j^0k^j^a	V~0j^0lll	j^0k^j^a	j^0lll	j^0lll	3335	~8n:234	lll	
000000kj0m0tt	a	j^a	k^0k^j^a	V~0^ll	j^0k^j^a	^ll	^ll	3336	~8n:234	lll	
000000jll0m0;tV\	a	j^a	k^0k^j^a	V~0^klll	j^0k^j^a	^klll	^klll	333f	~8n:234	lll	
000000kj0m0tt	a	j^jl	k^0k^j^jl	V~0^ll	^k^0k^j^jl	^ll	^ll	333	~8n:234	lll	
000000jll0m0;tV\	a	j^jl	k^0k^j^jl	V~0^klll	^k^0k^j^jl	^klll	^klll	333j	~8n:234	lll	
000000kj0m0tt	a	j^ja	k^0k^j^ja	V~0^ll	j^0k^j^ja	^ll	^ll	3331	~8n:234	lll	
000000jll0m0;tV\	a	j^ja	k^0k^j^ja	V~0^klll	j^0k^j^ja	^klll	^klll	3303	~8n:234	lll	
000000kj0m0tt	a	j^jj	k^0k^j^jj	V~0^ll	j^0k^j^jj	^ll	^ll	3300	~8n:234	lll	
000000jll0m0;tV\	a	j^jj	k^0k^j^jj	V~0^klll	j^0k^j^jj	^klll	^klll	3305	~8n:234	lll	
000000jj0m0\1V	a	j^jj	^k^0k^j^jj	V~0jll^l	^k^0k^j^jj	jll^l	jll^l	3306	~8n:234	lll	
000000^0m0fIX	a	j^jj	^2k^0k^j^jj	V~0j^0lll	l^0k^j^jj	j^0lll	j^0lll	330f	~8n:234	lll	
000000kj0m0tt	a	j^jjk	k^0k^j^jjk	V~0^ll	jll^0k^j^jjk	^ll	^ll	330e	~8n:234	lll	
000000jll0m0;tV\	a	j^jjk	k^0k^j^jjk	V~0^klll	jll^0k^j^jjk	^klll	^klll	3304	~8n:234	lll	
cKSPNOMhTOKNMLN^3{μf{μ·NjMLNgMPT`U										lll	
cKSPNOMNgOTSKNMLN^3{μf{μ·NjMLNgMPT`U										lll	

dM6MROPNOKNPLKNbTSJ}Pi-K

0V;Z0m0j272sr7:4064s0Vr68q540W3sn7n5:q2:n40^;4s0Zorn:40^85r75n4^0  
0V^Z0m0j272sr7:4064s0Vr68q540W3sn7n5:q2:n40^rs0Zorn:40^85r75n4^0  
0Vf;0m0j272sr7:4064s0Vr5:qnp40[rs4q>xn203r0;4^q272  
0;Z0Vr42340m0Zorn:40^85r75n40Vr4234  
0V0m0j272sr7:4064s0Vr68q54083n6n29  
0V0m0j272sr7:4064s0Vr68q5401r7r234  
01Y0m0j272sr7:4064s012:203r0l8^9n62p407401n>qn40Yon6n2903207np4  
0;10m0j272sr7:40X756qn:40740;W1X  
01W0m0j272sr7:40X756qn:407201^n320W:n2  
0Z0m0j272sr7:40rs0Zr68p4083n6n29  
0^Z0m0^85r752020mn^4n9n323r04q0a4q20340ws0j0k<Vtt;t<Vtt;03r0l<ejll@01r6qr:407^02^zjjll0r01r6n5p40;10^lQ0r87np40^<ejll^0  
0wY0m0w89:203r0Yo^6n4  
0jY0m0j272sr7:403r0Yo^6n4  
0l0m0l2q6r92sr7:4A0j272sr7:40l2q6r9234  
0lW0m0l2q6r92sr7:4A0l2q6r92  
0A0m0A7ro^6n40tn5629



Agência Nat  
de Telecomu

BOA TARDE

Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIGEC >>> CONSULTAS GERAIS >>> Consultar **Códigos de Receita** | internet | teia | menu | ajuda

Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 )
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 )
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

/01234/21/53647891/


/:3647891/

///

//,;<=>?@ABC;<DE<>FGH<CIBCJ=AFIBIKLLL

MNOPQRSQTPUVWXYZ[:\]^											
T_`a/[bcdbebfdgghiiijkcf											
lmnopQTonmnqQnqQoMmop`prosQrMnm											
_ptq	T_`auT`v	q_MonmnqtT	T_`a	Tmlwp	xYRyTPYZV	`mIMy p_	`mIMy _	sqlzo{ps Mo`p	v t _oTo`op		
}~:	<u>ii</u> cdceidfk <u>b_</u>	0~ :00/0 ~]~ 0	<u>bcd</u> bebfdgghiiijk <u>cf</u>	53	giiii iii iii			}	kk	:	91384
\	<u>cc</u> edcdifk <u>f_</u>	0~ :00/0 ~]~ 0	<u>bcd</u> bebfdgghiiijk <u>cf</u>	093 0}0~	i	kk	kk	}	kk	:	91384
}~\	<u>gid</u> cbidfk <u>b_</u>	0~ :00/0 ~]~ 0	<u>bcd</u> bebfdgghiiijk <u>cf</u>	53	giiii iii iii			}	kk	:	91384

|VWNP[QZNSXZyPyPXZQqWZNSXZQ!SXXPQRPVQsZUYPVQQQQQQQQQQnZYZ[Quu iQQQQQQQQQQQ#PZ[Q]iE[  
Q  
Q



Εαϣ!Sϣ"©ª

Σαυηα Μενιϣ"ϣ-·,μ

Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

-]]} /11/ ]36478914/;14 /11/ UQVWQYOS[SQR`[ZOOPl°»QRTUQPQV||69;6;9 ///9;1 ///| ¼;67/ ||1½721/

/01234/21/53647891/ /;4789123/

///

//<=>?@ABCD<=EF=?GHI=DJCDK>BGJCJLMMM


NOPQRSTUQVWXYZ[V]^_											
U`a/bbcdcebdffghij											
klmn	Uk`opU`a	nkNqsrn mU	Uk`o	Ustul	vZSw UQZ[W	`stNw lk	`stNw `k	xntyqzlx Nq`l	{a m{kqUq`q		
}~ :/:}	bbcdcebdffgh ij	:0/::~~ 0 :~0}0_~} 0~	<a href="#">icdecdiagbbbh</a> <a href="#">cb</a>	53 fcbbb bbb bbb				_	hh	]	1
		:0/::~~ 0 :~0}0_~} 0~	<a href="#">icdecdiagbbbh</a> <a href="#">cb</a>	53 fcbbb bbb bbb				_	hh	]	^;42;69; ;983
		:~0}/0~0 0/~}^} 0~	<a href="#">icdiegdgbbbh</a> <a href="#">cg</a>	53 bbbb bbb bbb				_	hh	]	91384

{WXOQ\IR[OTY[wQwQY[RRu[OTY[RmTYYQRSQWRx[VZQWRRRRRRRRRRR[Z\IRppRRRRRRRRRRR Q[\R\i\¢

R

R





© 2017 ANATEL

Sistemas Interativos

Menu Principal

/01234/21/53647891/

/:4789123/

-[]] /%3466478914/;14 /%44UQVWQYOS[SQR`[ZOOPL&AQRTUQPQWV69;69 ///9;1 /// /;67/ //1Á721/

/01234/21/53647891/

/:4789123/

///

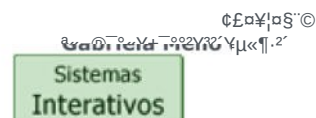
//<=>?@ABCD<=EF=?GHI=DJCDK>BGJCJLMMM

NOPQRSTUQVWXYZ[V]^_											
U`aVbbcdbebdghijfi											
klmn	Uk`opU`a	nkNqrsrn mU	Uk`o	Ustul	vZSw UQZ[W	`stNw lk	`stNw `k	xntyqzlx Nq`l	{a m{kqUq`q		
: }~::~   ~:: ::~	bbcdbebdghij fi	:0/::}  0 : 0~0~_  0	<u>bdcebdhigi</u> <u>b</u>	0;93  0~}~:: 0:		jj	jj	-	jj	]	^;42;69; ;983
		: 0~ /~0 0 0/~ ~^~ 0	<u>bdcidigi</u> <u>bi</u>	0;93  0~}~:: 0:		jj	jj	-	jj	]	-91384
		:0/::}  0 : 0~0~_  0	<u>bdcebdhigi</u> <u>b</u>	0;93  0~}~:: 0:		jj	jj	-	jj	]	1
		: 0~ /~::~  /0	<u>hdhfdhigi</u> <u>iq</u>	0;93  0~}~:: 0:		jj	jj	-	jj	]	186;3 ]13
		: 0~ /~::~  /0	<u>hdhfdhigi</u> <u>iq</u>	53	e			-	jj	]	186;3 ]13

{WXOQIR[OTY[wQwQY[RRu[OTY[RmTYYQRSQWRx[VZQWRRRRRRRRRRRr[Z|IR p\_i¢p£i£pRRRRRRRRRRR¥Q[IR¢i;|S

R

R



 Menu Principal ▼

```
}~]] /./ ]36478914/;14 /./ UQVWQYOS[SQR`[ZOOP[10QRTRUQPQW/O/O //69;6;9 ///9;1 /// »;67/ //1¼721/
```

/01234/21/53647891

/::4789123/

///

```
//<=>?@ABCD<=EF=?GHI=DJCDK>BGJCJLMMM
```

NOPQRSTUVWXYZ[V]^_											
U`aVbcdefgheijklgki											
Imno	Ul`pqU`a	oInrstso nU	Ul`p	Utuv	wZSx UQZ[W	`tuNx ml	`tuNx `l	youzr{my Nr`m	la nllr	Ur`rm	
}~/::	<u>bcdefgheijkl</u> <u>qi</u>	:0/>:: 0 :0~0~} 0	<u>afedfebijhhck</u> <u>fh</u>	}53 dji hhh hhh				—	kk	}}	1
		:0/>:: 0 :0~0~} 0	<u>afedfebijhhck</u> <u>fh</u>	}53 dji hhh hhh				—	kk	}}	^;42;69; ;983
		:0~/~00 0/~^~} 0	<u>afegiejbbhhck</u> <u>fi</u>	}53 bhhhh hhh hhh				—	kk	}}	~91384

|WxOQ\|R[OTY|xQxQY|RRv|OTY|RnTYYQRSQWRy|VZQWRRRRRRRRRRRs[Z|\RggRRRRRRRRRRR Q|\R\|

R

R



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2640f06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

£¤¥:,: /SS/:36478914/rqr1p4SS/ VRWXRZPT\TRSbw[P|PQ\©ªRSUSVR{QR|Kp6p6q//9qp1/// sq67/ //1<721/

/01234/21/53647891/ /:3647891/

///

//,;<=>?@ABCDBEAFGFHBIJ<CKBCL=AFKBKMC=B>CLNHEM>B>

OPQRSTUSVRWXYZ[\]:^_`
Vabc]/defdghfhijjkkklmeh

f

^n3/o3p/q65369r123/21234/53s/q441/p6o3rs1tn3

uXYvwPR]SxlywPUZl{[R{z[RZlyS}S~lywPUZ\SUZZRSTRXSW[RXSSSSSSSSSS[\]SSSSSSSSSSSRw\]S]]

S  
S



2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

01234156789 9 7 41 9 9 861 066 846

061

01746 1 61 9 97861 6 9 16 46 9 9 1594 694 59476 3415979 781 !" 6 6  
686#61 66 846\$

% 7&14261 1'49 1 31489 9 17 86 79 89 1234156789 ( 6 96466 391 1784'789\$

		*+, -./01234+5+*2607}23583.*290/ 125296*83:2108:2/3523,+99823;<*=5012	
>?@ABCEADFGHBFJC KLMKNOMOPPPRRRSTLO U26*0V		18U,*872:6+35+30:91*0WX83+35+3906<2WX8 125296*2/ EYZYDEADYABZBY SOQSSQSONS	
>C@ADA@JBAGYBFY^ *2508310525+35+306208,8/093/652			
Z_ZY^CDECDAGZY[A^AHF@A>ZCD^>C@ADEADaY>ZYGFYb CCCCCCCC		JCBZA 5+U209	
HdFeCDADeAGHBFJCDEYDYZFfEYEAHAHC>q@FHYDJBf>HFJY^ PRMSRTSTRRT3T3hijiklmn3km3opkiq			
HdFeCDADeAGHBFJCDEYDYZFfEYEAHAHC>q@FHYDJBf>HFJY^ PsMSOTITRRRT3,qohilinu3voqjmkqomn3km3wqxhmykq3m3qzhoqn3nmojil{qn3km3ixlqo}l{-q3x13ixhmoxmh KsMSOTRTOOT3T3Bzhohn3hijiklmn3km3vziwiklm3x-q3mnmvwi w wkn3lxhmoiqo}mxhm			
HdFeCDADeAGHBFJCDEYDYZBAYDIB EFHY RPT3T39qwimklm3+}vomnpoi3/ljhlkl			
^CeBYECBC *3;89+38:12/7+9		>?@ABC SSS HC@J^A@A>ZC CCCCCCCC	
HAI NOMstRTRRR	IYFBBCEFGZBFZC /<1+;2	@I>FH_JFC 06208,8/09	va 91
A>EABACDA^AZBg>FHC		ZA^AaC>A	
A>ZADaAEABYZFICDBAGJC>GrIA^D^AaBb CCCCC			
GFZYIJCdHYEGZBY^ 26072		EYZYDEYDGFZYIJCdHYEGZBY^ sRQRSQRSS	
@CZFCDEADGFZYIJCdHYEGZBY^			
GFZYIJCdAGJAHFY^ CCCCCCCC		EYZYDEYDGFZYIJCdAGJAHFY^ CCCCCCCC	

YDDFD>DBa[DDDDDD DDi

ADDDSOQRPQRsD¢DSsESREsO3'DD=DD[¥b

J|S'DSQS

© 0ª«~@% ¯% ° ±ª@% 2 3 3
--------------------------------

% !" 64699 6 6 5 86\$ 646 7&1426'9 1'49 3186 9 345669 9 1      9 6 \_\_\_\_\_ \$

6 1 6 36 1 3646 1 0«      017 86 0«      µ 868 86      64941      9451 0«



01234567947 1 13 2367 139

"#\$%\$#&\$'(&)(* (3(*%")(*)	! +,-.0-.,/,-0-.1.2- 20, +4!5 6 702618265739
---------------------------------	--

.947 1 13 2367 1379 91236726 7:73 7 13 107 7361;71275 713317<4= 770;1<9>1  
3?426@

ABCDABC%\$BEFCGHHFIHJK.0-+L/+0.2- MNHJIOPHQRA S	55 1 S	S	S	S
ABCDABC%\$BEFCGHHFIHJ+;./+-K.0-+L/+0.2- MNHJIOPHQRA S	2367 1 S	S	S	S
ABCDABC%\$BEFCGHHFIHJK.;/T/+;./+ MNHJIOPHQRA S	55 1 S	S	S	S

1772U17VW3576873XY76Y7VZ1219 6733710016[7 1 ?675141Y774742 7 7  
+\\L  
/6 121 7]^D\_`Da\_abX3]b]]%7 767c17 L73=579

de.20+ 

f-K1+-K-+

173317Y7331Y7710:1<    0123456730:1<    /3676=3673    1713    8V130:1<





\$%&'\*)(\*+,-.,%./%012+&(+,%  
,-.3456.7.\$/3

89;<=>?@A      BCDBEFDFGGHIIJKCF  
LMN?@      QRSTUVWTSRSXVSXVTYRTUZU[TV[YSR  
O@,=MPA      QV`U`XVaUbWR[cXIVdddVHV[eWXbRVHVTYRTUZU[TIVHVWVHVVEFdfIKIII  
]9^\_<\_>@A      QV`U`XVaUbWR[cXIVdddVHV[eWXbRVHVTYRTUZU[TIVHVWVHVVEFdfIKIII

RVWghigVXjklmnhjgVopqprgstVlkVuvkVqgVgwrhxuhyzkV{upVs|pVjkl}prpVkVRrwd  
BtVqgV[phVEDIdGtVqpVJJVqpVnghkVqpVJFFItVjprwh}hjgV{uptVlpvvgVqgwtVg  
pn~rpvgVgjhngVhqplwh}hjgqgVpljklwrgKvpVpnVvhwugyzkVrpugrV~prglwpVk  
oulqkVqpVagrglwhgVqkVYpn~kVqpV\prhjkVKVoaY\D

UV~rpvplwpVWprwh}hjgqkVlzkVvprhrVqpV~rkgVjklwrgVjkxrglygVqp  
{ughv{uprVqxhwkvVrp}prplwpvVgVjklwrhxuhypvVpHkuVpljgrkvVqphqkvt  
qpjkrplwpvVqgvVkxrhgypvVjknVKVoaY\D

MP=^M^\_AJCHIGHIdVgVJfHIBHId  
\_<==;M>?@\_<@AIdIGJCIdICGCGIdGJIC

TI}krngyzkVkwxwhqgVpnVJFHIGHIdVJdJCI

RVuwshgzykVqpvpwVWprwh}hjgqkV~grgVkvV}hlvV~rphwwkvVpnV[phVpvpwg  
jklqhjhklgqgVgVprh}hjgyzkVqpVguwplwhjhqgqpVlkVvhwpVqgVWghig  
;M=M@<







(Im  
(l"n[!o

0123456791 34515 4373243

!"#\$%&!"  
 ()\*+),-+-. /00012\*-  
 3456789:,101;0-/:0:<  
 =>65?71-/0./:0:<@AB1<1<:0  
 CDE56D61./1./:0:<21,0#F845484D'65DB@F84D6B6D6D4D  
 6BGD=>65?7+

345H5FD2BIG 254704551514347J7435KL324M1N444O @  
 58BF354#D'8 (BP89 QRSQTUSUVVWXXXXYZP@ 9670793 F  
 58D65>E848[D8FDF58DE6\63B3DPDE]5B4DB+  
 345675456DFPDB8BD34B+.;2.,<26D8BE56D?7  
 6DB!5B63DPDE]@DF3BF84D6B>EDB!5B8B+^1+;;0/:011  
 1<+;./:01)@8401/:0::6D\_(@6:16`D8536:0::+  
 B6D6BF8B4D84B6B4D34567B763B>8BDP5E56D66B  
 35PG8D5B63DPDE]+  
 FDB6>BBD`G3a65FD@D34567D4B4DD>3BD3ED?7  
 D46BBBGBB4DPEF584B@Dbc8F5DBGH5E5D5B+  
 DF54D?76B4DF34567F865F58D2BA\35H5FD?76BGD  
 DG4845F56D68>34DE635PG8DE"G>35363DPDE]8D  
 84384#]44>///ddd+4B4+`GB+P3'+  
 345675456Db3D4G54D84+

49N72Le674LJ723931  
 [D8FDF58DE6\63B3DPDE]5B4DBF8B4DB6D6B  
 8FBBf35BA56845H5FD?76DB>BBDB8D4G3D5B`G3a65FDB  
 58D65>E84B>3D84D(GB45?D63DPDE]IGD84ABP35bD?gB  
 B4DPEF56DBB848?DF868D4h35D43D8B54D6D`GEbD6G  
 DF36B`G65F5D5B43DPDE]5B4DB@58FEGB5\8F8F3884DB  
 3FE]584B>3\568F5f35B@D]83f35B@DFGB4DB@D  
 EG84BGD3FE]584B64358D6BE5iG6F3384B  
 6=FG?76DF36BH53D6B>3D84\$585B4j35 kPE5F6  
 3DPDE]@5BB768F5E5D?7 3j\5DG6D5B4a4GEBIG@>3  
 65B>B5?7EbDE@F845\3H3?D=FG45\D+



k\56DBBGbB4gBF864p4B4+`GB+P3

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

012345672109 12 79540413295404104  
0 !"3#!2" #!\$!% \$"\$&#'

0123440(7)\*+,-./01-+2-+345\*+674\*+8/,973:-,2/+9+959:41-9+;0/84997-59\*+6707)3(41  
:0-15:-<=/+,-9+8/1-08-9+2/+>9:-2/+24+?-,:-+@-:-05,-+AB1)4(1321)1(&12+8/,;0-C

7(1254704551514347 74)35  
D-5E+2/+@FGHC+IJKILMKMNN+  
G-O9+4,2404</+2-+9424+C+PDQ?RS+  
>9:-2/+4,2404</+2-+9424+C+?QFTQ+@QTQDRFQ+  
U7,58O;5/+4,2404</+2-+9424+C+RTQRVGVSR?+  
>,2404</+2-+9424+C+DK+HV?>+WVF@QSX>?\*+YYY+PQRDDV+SZ@>FQ+

@40:52=/+415:52-+[9+\\YC]J+24+\\M^\_N^`\_`YK+

-a+V9+2-2/9+674+940b50-1+24+;-0c14:0/+;-0-+-+04-35E-<=/+2-+d798-+4+;-0-+4e;425<=/+249:-+840:52=/+9=/+24  
049;/,9-d5352-24+2/f-a+9/3585:-,;4\*+5,4e59:5,2/+67-36740+8/,4e=/+8/1+-+D4845:-+g4240-3+/7+/7:0-+5,9:5:75<=/  
;hd358-+;-0-+-7:4,;58-<=/+2-9+5,./01-<i49+;049:-2-9\*+8/1;4:5,2/+/-f[a+5,;40499-2/f-a+/7+249:5,-;j05/f-a  
97-+8/,40k,85-K

da+@40:52=/+4e;4252-+l0:-75:-14,;4\*+;/9+;401/9+2-+D49/37<=/+@FH+,K+\\`\\`\_`\_+4+D49/37<=/+@/,m7,;-  
WG^@WH+,K+N^`\_`YK+





01213456179 29  
36  
2

6419 773141! 70 14739 2 41! 9 9514736 " 41!73 73461#473  
9 6 13 \$9%!19 41! 9 #21 7

&  
2'(6 91719 9 9 14 177"13"49  
2)(\*+,\*-,./01112+.

345567869:&.&9;<4;=:&94&6&>6?4@96&A6B;:@67&B:C<6<&4&;@5B<484<&DE6;5DE4<&9F8;965&94  
<45G:@56C;7;9694&9:&5EH4;=:&G655;8:&6B;l6&;94@=;J;B69:&DE4&8;4<4l&6&54<&6GE<6965K&L&B4<=;J;B69:8

deB:@5=6l&9LC;=:5&69l;@;5=<69:5&G476&N4B<4=6<;6&96&34B4;=6&>494<67&9:&O<65;7&P3>OQ&B:l  
4R;S;C;7;9694&5E5G4@56&@:5&=4<l:5&9:&6<=T&UVU&8&6&TW4;8@94&YV&94&:E=EC<:&94&UZ[[&l  
j^9;S:&\_<;CE=`<:;&A6B;:@67&P]\_AQK&:E&:CH4=:&94&94B;5a:&HE9;B;67&DE4&94=4<l;@6&5E6  
945B:@5;94<6ba:&G6<6&J;@5&94&B4<=;J;B6ba:&96<4SE76<;9694&J;5B67K&:E&6;@96&@a:&84@B;9:5o

le @a:&B:@5=6l&;@5B<;bf45&4l&gF8;96&h=;86&96&i@;a:&PghiQ&@6&j<:BE<69:<;6lk4<67&96&>6?4@96  
A6B;:@67&Pjk>AQT

]@J:<l4&9;5G:5=:&@:5&6<=5T&YmV&4&Ym[&9:]\_AK&45=4&9:BEl4@=:&=4l&:5&l45l:5&4J4;=:5&96&B4<=;9a:  
@4S6=;86T

n5=6&B4<=;9a:&L&8`7;96&G6<6&:&45=6C474B;l4@=:&l6=<;?&4&5E65&J;7;6;5&4K&@:&B65:&94&4@=4&J494<6=  
=:9:5&:5&^<Sa:5&4&JE@9:5&GoC7;B:5&96&69l;@;5=<6ba:&9;<4=6&6&474&8;@BE769:5T&34J4<4l54&p&5;=E6ba  
5EH4;=:&G655;8:&@:&qIC;=:&96&3>O&4&96&jk>A&4&6C<6@S4&;@B7E5;84&65&B:@=<;CE;bf45&5:B;6;5&G<48;  
@65&67F@465&r6r&6&r9r&9:&G6<`S<6J:&o@;B:9:&6<8&5&VU&8&6&QW4;8@4&HE7u:&94&UZZUT

h&6B4;=6ba:&945=6&B4<=;9a:&45=`&B:@9;B;:@696&p&84<;J;B6ba:&94&5E6&6E=4@=;B;9694&@6&v@=4<@4=K  
4@94<4b:5&wu==GMxx<JCTS:8TC<y&:E&wu==GMxxzzzTGSJ@TS:8TC<yT

j4<=;9a:&4l;=:96&S<6=E;=6l4@=4&B:l&C654&@6&j:<=6<;6&]:@HE@=6&3>QWJ&X&W&8&94&YxUmXymUtT  
nl;=:96&p5&mXMV{MtX&9:&9;6&YsxmYxYmY{&wu:<6&4&96=6&94&O<65F7;6yT  
|`7;96&6=L&YXxmsxYmY{T  
j^9;S:&94&B:@=<:74&96&B4<=;9a:M&+}} ,9+\*},~+\* ,++/\*  
E67DE4<&<65E<6&:E&4l4@96&;@867;96<`&45=4&9:BEl4@=:T



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



4a`

b`cdefg

012345678191 6

0 !"#!#\$%&&&'( #

)\*\*+, -+. /00/12)130/+4+5). /+\*3+/6+, /)1. \*72)-)2)7082+2+\*/9-1/+\*6)-1)2);+\*)2+<62+/\*=>7)231?17+/0  
:6). @070.\*3+;=. +<2)\*).3)/+3+=<). /A.71+\*);.0;)/070.321861.3)+71;+1/).31?17+/0=2),+31-+\*+0\*3218630\*=  
/9-1/+31-+)/);+1\*/>8130\*+;/;1.1\*32+/0\*<),+ )72)3+21+ /)\*3+/0/+4+5). /+!

B9C19DE1F3G6	)1.HI#I"%\$\$=23!' J
0K2351L6 35DL81	MI&'J&'&'MMI&
B6D6L3329981	M %&J%M&MI"N&\$N"
O6L6L34F3PQRSRTUUVW5DXYZT	MJ%&\$%M&MI

+63).3171+/)/)\*3+7)231/@0 /)-)2[\*]270.?12;+/. +<[1. +/+72)3+21+ /)\*3+/0 /+4+5). /+ .+3)2.)3=.0 )./2)]0N  
^33<N%%\_\_!\*)?!\*7!\0-!82



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

\*3)/076;).30?01+\*\*1.+/0/1\13+.;).3)  
h2C5399132YSiUjijRYRjYYi

klmnpqrsrtuvwxvxyzk{vuyk[l{f{k}k~v{kwnrrf{ooqlar

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



77777  
(6 @6@0 )! A(#)  
66 ! 00?

!77\*1.50/5=0=>1>9=>2

0<231 1-->	%7 73 1+50.5=0=>
---------------	---------------------

6 !"#\$ %!!&' #

0123567891 17

6! # !!! #(#) )!0(\*+,+-.//0001,.

331\*67# \$#0)% :>>>C)37

(\* -.>D0000

735@\* 7B1 5

1

32231333727333774

1217911

7 73

\$131

1 7

3732

357216372733377911722313713 7191

737817738774

78377 33371313137231633972731771:

232133533373;1112331373914

B1311 3

E\$FG6GE./1

7 73112311331 77137353712311B1311 3512714

7B1 H I:1.3913=0=>



37\$3< 1%77:>0-C31  
7B1 H IC(\*->D0000C13\*D+>/,===11  
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

(77131

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

Data de Envio:  
19/06/2023 13:27:52

De:  
MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:  
cgfm@mcom.gov.br

Assunto:  
Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:  
Processo nº: 53115.009918/2022-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AG - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação de RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA. (CNPJ nº 75.789.966/0001-59), executante do serviço de radiodifusão sonora em município de Itaiópolis/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outro administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada  
**NOTA TÉCNICA Nº 8910/2023/SEI-MCOM**

PROCESSO: 53115.009918/2022-15

INTERESSADO: RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

**SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. Trata-se de processo administrativo do RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA., no bojo do qual manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em fita em Itaiópolis/SC, referente ao seguinte período: 18/08/2022 a 18/08/2032.

**ANÁLISE**

2. Inicialmente, deve-se registrar que a análise dos pedidos de renovação de outorga de radiodifusão sonora e de sons e imagens leva em consideração as disposições constantes da Constituição Federal, especialmente a Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no Decreto nº 52.795/1964.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, no âmbito da regularização do pedido, a qual deverá apresentar o seguinte documento:

**RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS**

3.1. Cópia simplificada da ata da Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, atualizando o quadro societário e diretivo da Entidade;

**CONCLUSÃO**

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, em (trinta) dias contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente o referido parágrafo 3º, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 32.823, de 17 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por Gabriel de Barros Santos, Técnico de Nível Superior, em 19/06/2023, às 14:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 19/06/2023.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> verificando o código **10960685** o código **ACB670AF**

**Minutas e Anexos**

Não Possui.

Referência: Processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 10960685



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 16644/2023/MCOM

Brasília, 19 de junho de 2023.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA. (CNPJ Nº 75.789.966/0001-59)**  
R. José Gonçalves, 333 - Bairro Lucena  
89.340-000 - Itaiópolis/SC

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.009918/2022-15**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 8910/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento deste Ministério das Comunicações, ~~no prazo de 30 (trinta) dias~~ contar da data do recebimento desta notificação.
2. A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio do Sistema de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink abaixo:
  - [Protocolo Digital do MCOM](https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-a-comunicacoes) (<https://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-a-comunicacoes>).
3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua cadastro, solicite-o por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.
4. No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício e do Processo em referência, com o qual o pleito seja analisado.
5. A não apresentação da documentação em tempo adequado poderá ensejar a adoção de medidas administrativas cabíveis.
6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel de Barros Santos**, Técnico de Nível Superior em 19/06/2023, às 14:24:22 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 19/04/2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/v>  
verificando o código 10960716

---

**Anexos:**

- Nota Técnica 8910 (10960685)

---

Referência: Processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 10960716



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

Data de Envio:  
19/06/2023 16:02:21

De:  
MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial <sei@mc

Para:  
gerencia101@demais.fm.br  
rmbertoli@hotmail.com

Assunto:  
ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

Mensagem:  
PROCESSO Nº: 53115.009918/2022-15

INTERESSADA: RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministé

Atenciosamente,  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrôn

Anexos:  
Oficio\_10960716.html  
Nota\_Tecnica\_10960685.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

# Cadastro para acesso ao SEI

## CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Relatório    consultar    Sair

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

75.789.966/0001-59

Razão Social

Pesquisar

10 ▾

1 / 1

Razão Social	CNPJ	Emails
RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA	75.789.966/0001-59	gerencia101@demais.fm.br, rml

10 ▾

1 / 1

**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 53115.009918/2022-15**

Inez Joffily França

Seg, 19/06/2023 16:28

Para: COREP &lt;corep@mcom.gov.br&gt;

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA. (CNPJ nº 75.789.966/0001-59), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itaiópolis/SC, responder aos processos nº53000.064520/2012-59, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 19 de junho de 2023 13:27**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.009918/2022-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA. (CNPJ nº 75.789.966/0001-59), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itaiópolis/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.





!"#

## Diário Oficial da União - Seção >

013456789 8 6388883

\$7% %8@8A%(14.3BACD232  
0<8,% %%-3.3306&877-34EF23230  
6G\$DHIC:C6601E.330,% % %8-5:0.C@\$G:I4AADG:  
BJ@BGA66\$;BAG:AS\$A=AC@\$.5\$0@I0.06K,% % % -  
533E540% % -AJDAG@\$.3515 C.A0IL8%-  
69 \*8(9M& &% %&8&877N8  
8 L 7%68 \* &% %8 &8.C@OP&8878(078  
%8\*8& & )Q87R89 \* 8% 8\* AOA@\$.30S 8%J89 \*-  
J8130.F20T9M& -E.3.3 E.3.350T \*@% \*-  
GUE30EF26E0S%8-30\$34S%8-  
30\$35S%8- 30\$33 S%8-  
30\$332S%8-30\$33340  
4 % 8A77 % -E.3.30

OC:;I032.3.3R23230\$3F

VWXYZX[VVXVY^[]Z]eXe[[]VZ\_Y[]V\_[]VYZab[  
fZghIjkkj

@88;8 )N@m&& 1.3&8\*8 8%8 BN  
S88 \*68\*878% '8\*57%0m A9& \*% 668& n 8  
A 7%8&8%6 % (m7 C \*8%8M& S88 \*8A9& \*% 6  
68& n 8A 7%8&8%\$7% 8G+ CSAGI8  
= &= 7°C.A0IL8%-I8 & \* )No48\*17%8  
D % o6( & \* 9 )Q8767%87 .0CJ@..56136  
828A\*8338 \*%8 )Q870A77 % -K7mt \*%8\*7  
\* ) 5 &8\*8' CSA:G18\$7 C\*( J878' =  
= 7\*0S 8%J89 \*-J8130.F28:0 CJ@..561  
3.330

gfVYedXVd]pd\_eZlqV]VYZr[]VY[YZe^Z

YVgfrXZ[]V]VsfhrZ^VdX[  
YVhb[]dltIuvkiw

I&8% 8\*&% %17 9 (8&8 789 %88\*87 -  
;8% \*C8(078;m&J% 6;06K1F03302.3&&  
(\*8GUE60

5A0I\$J4x:;I4\$J:5A  
;88CA4

OC:4\$;32.3.3R2F230\$33

gfVYedXVd]pd\_eZlqV]VYZr  
]VgZdXZ]\_ZXZYedZ  
4:T:CHi4\$4\$SSCAADGI6\$;ByG:A  
C\$GT:zi4\$;0C6\$zHi4\$6GI4B@IC4\$  
IG:D\$5A0:5AJ

VWXYZX[VVXVY^[]Z]eXe[[]VZ\_Y[]V\_[]VYZab[

\$7m&8-68@8A%(8A&8;8 )N@m&& |  
;88%8-57%0m A9& \*% 668& n 8A 7%8&8%  
5A6A6%8m C \*8%8M& S88 \* A9& \*%  
8 C % % CSAC;6B 8087% -253;06K1  
02F03FE.2(6&877)-5E05.3(88  
%8-68%6 5 & \*84P\*89 8 OC;R;06K01  
32030552.54(IL8%-L 9 )N88778%87  
%P&87878(\*8%887\*8& N8 )Q878% 8%8\*9 7  
7% \* 7 n 8 8:7)N86 %78I9BA \*6  
&P' 84P7 ;89 8 OC;R079M& -3.3.3  
3.3.33(4 % 8A77 % -3.3.3A77 \*8'5A6A-  
K &5 77C '8%88%8S88 \*8 C % ; % C 7%6%  
6;53E03F0F35(8\*5 &P-C0A\*% ; 7G%8&7668  
8%6& & \*84P7;89 8 OC;R;65305052240

gfVYedXVd]pd\_eZlqV]VYZr[]VZ^Z^-

VWXYZX[VVXVY^[]Z]eXe[[]dltIuvkiw8fZghIjkkk

0<8,% %%-3406&877-33544350  
6G\$DHIC:C6601.340,% % %8-5:0.C@\$G:I4AADG:  
BJ@BGA66\$;BAG:AS\$A=AC@\$.5\$0@I0.06K,% % % -  
4E333F30;% % -4\$4\$@:A4IGAGISAGJ@4A  
0IL8%-I@8A%(8&L8%(G889 \*S &86  
&&8)N8(8768 N8 \*%8 )Q8778)788  
& 8(8P& \*76\$6.78\$9 \* 8%7: 7 78 89 )Q878  
& 788%87 ;% %1.340S 8%J89 \*-J8  
30.F2 0T \* @% \*-GU3F303E60 S%8-  
30\$304 % 8A77 % -3.3.30

OC:;I032.3.3R230\$32E

gfVYedXVd]pd\_eZlqV]VYZr[]V\_ZY^-

YVgfrXZ[]V]VsfhrZ^VdX[  
X[^Z]Z[]V^YVAgldltIuvkiw

A:77N8J&8 )N% '<\*887 \*% J  
&8% JN 7 \* 8% 6'887713444553404BTAJ\$  
6GIK\$@IC \$ \_I0C@GB;I\$C \$;C\$J: 5\$6 ;06K  
03430524.5' ;%8 (\*GU3305F6FF0

IC:SAG;IC@A4\$J:T\$;GA  
6878%8 ;77N

OC:4\$;32.3.3R2330\$323

\$7%8& 8%878(8& 888)8\*8%+&,%%\*-.../009(0.0%8%& 80,%\*6  
\*8&1923333

gfVYedXVd]pd\_eZlqV]VYZr[]V^eZf

VWXYZX[V]V\_[]dXYZX[[]dltIuvkiw8fZghIjkkvi

6&877-3233333506G\$DHICG6013.30;%  
% %8-5:0.C@\$G:I4AADG;BJ@BGA66\$;BAG:AS\$A=AC  
@\$;5\$0@I0.06K,% % % -32FF0;% % -  
J:0;AG4A45:0.C@GA4IGA4\$=-\$0S;;:IC\$;G\$J:  
\$660IL8%-% %887% & 878(078988& 8%8  
(8& \*7' %88 7% 8(8& \*7 CSA6:0S 8%  
J89 \*-\*830.F28 \*%8 )870T9M& -E.3.3 E.3.350  
T \*@% \*-GU3305436F0S%8-30\$3ES  
%8-30\$3EFS%8-30\$330  
4 % 8A77 % -E.3.30

OC:;I032.3.3R2330\$3

¡¢£

¤¥¦§¨ª«¬®¯°±²³´µ¶·¸¹º»¼½¾¿ÀÁÂÃÄÅ

hZedVXV[]V^edegXY[

### RETIFICAÇÕES

087% %@8A%(8A % )N8I %9 8  
I5' S56' \* & 4nl& \* BN88  
(8836C8)N26'n9 F6878\*M-\$C6x;:\$-@8  
A%(8A % )N8 %9 8I5' S56 ;% %8  
;&877N&8\*8 8%8 BN8 6\$G5;CC:I0yG:A6S  
)NA%8 A \*0\*8 78-6AG@-\$C-BN8S )NA%8  
A \*0\$C6x;:\$-@8A%(8A % )N8 %9 8I5'  
S56 ;% %8;&877N&8\*8 8%8 BN8 6\$G  
5;CC:I0yG:A6S )NA%8 A \*0

No extrato do Termo Aditivo de Adaptação de Outorga de OM para FM, publicado no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2016, Seção 3, página 7, onde se lê: OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Monteiro, estado da Paraíba. leia-se: OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Itaipópolis, estado de Santa Catarina.

087% %@8A%(8A % )N8I %9 8  
I5' S56' \* & 4nl& \* BN8338  
(8836C8)N26'n9 F6878\*M-\$C6x;:\$-@8  
A%(8A % )N8 %9 8I5' S56 ;% %8  
;&877N&8\*8 8%8 BN8 6\$G5;CC:I0yG:A6S  
)N; \*% \*A\*( 8; & )Q870I=K\$@-I-A % )N  
%9 887&8& )N78(08G 7NC 8I 7  
5m 7' I %9 8G 7NC BS89 M& 5  
\* 6 &P'85 687% GD 8C \*04A@A  
\$ACC:0A@BGA-58(8830D\*8% 77 657%  
887% ;M& 6@8&\*9 6; )Q878; & )Q8768C0  
;\*n J& S )N; \*% \*A\*( 8;  
& )Q870\*8 78-\$C6x;:\$-@8A%(8A % )N8  
%9 8I5' S56 ;% %8;&877N&8\*8 8%8  
BN8 6\$G5;CC:I0yG:A6Gn6 8&784 %J%0  
I=K\$@-I-A % )N %9 887&8& )N78(08G  
7NC 8I 75m 7' I %9 8G 7N  
C 8S89 M& 5 \* 6 &P'84 %66\$7  
% 5 %D7704A@A\$ACC:0A@BGA-58(88  
30D\*8% 77 657%68\$7% ;M& 6@8&\*9 6  
; )Q878; & )Q8768C0K7m8A %m C\*( C1&  
48%888%8 Gn6 8&784 %J%0

Zhpd\_eZldZ\_e[dZr[]VXVrV\_[]fde\_ZaVg

VWXYZX[V]V\_[]dXYZX[[]d % iJwuvkiw8fZghIjkkk

6&877-E2E53F3F40:0\$D:=;J:4A4\$ 015.30  
;% % %8-AD\$0;A0A;:I0AJ4\$@-\$J\$;I5B0;A;I\$C0  
;06K;% % -F3335F30;% % % -SB04A;AI  
4I5;A=GAJ0IIL8%-% % )N S )N4; \*  
87&8& )N8% 8'87% )N878(078& \* &% )N6  
'8P8F88883 F8 8356  
L8%( %8 8 '88) 250%8% 878%8R78(87 A %8\*0  
S 8%J89 \*J83.F28J8353.F0T9M& -F.3.3  
F.E.350T \*@% \*-GU30360S%8-53432  
30\$33E04 % 8A77 % -3.30

OC:;I032.3.3R4243230\$32F

VWXYZX[VVXVY^[]Z]eXe[[]

C89 @8A%(,% %CIG143.33A %8\*4 %  
8A77 % -33.3.3;)% % % -;71&D87%N8\$7\*8&  
O;7%6% P\*8' 78\*87 7:CISG\$@-\$J\$;I5B0;:Az\$C\$  
C:C@\$5ACJ@4A06A=GA0@SCCIBz\$CJ@4A5\$85:  
GA0@\$:0SIG5y@:;AJ@4A5\$R;IL8%- '9 )N  
' 8(9M& &%%8 0 ;\*n 7 \* 4m&  
;I0@GA@I IG:D:0AJ6\*8\*8P820%M7R8787| '  
9 )N S 783;9 8\$78& )N&%%8302  
;\*n 7 \* 1% ( ;I0@GA@I IG:D:0AJ6'55 7|  
'9 )N S 783;9 SP7&S &&&&  
%8403 ;\*n 7 \* 4m& % ;I0@GA@IIG:D:0AJ6  
'55 7|S 8%J89 \*-A%0E5616:8T:8A%0E6:6  
J8130.F2|T \* %(-78( \*8& n|6  
&8771E2EE3.330

Z[eg[]V]VYXeque\_Zab[

AD88%88S ) 76I) 8%8A8& )N A9M  
& 0 & \*8@8\*8& & )Q87A %8\*687&8&P&87 7  
% )Q87\*89 7687&\* 8&89 8\$4:@AJ4\$0I@:S;:AzHI6  
'\* & 4IB 832.3.36C8)N26'n9 3878\*M  
o\$4:@AJ4\$0I@:S;:AzHI0 %5E.383888  
83

AD88%88S ) 76I) 8%8A8& )N A9M  
& 0 & \*8@8\*8& & )Q87A %8\*687&8&P&87 7  
% )Q87\*89 7687&\*878%88% \*60I@:S;:AO7R7 L8%O7R  
' 77(O7R ?6 9 \* 8871&O7Ro6\*8 78o\$4:@AJ4\$  
0I@:S;:AzHI0 %54.38388883  
AD88%88S ) 76I) 8%8A8& )N A9M  
& 0 & \*8@8\*8& & )Q87A %8\*687&8&P&87 7  
% )Q87\*89 7687&\*878%88% \*60I@:S;:AO7R7 L8%O7R  
' 77(O7R ?6 9 \* 8871&O7Ro0

JJ:AOAJ5\$;4A=AGGA  
D88%88S ) 7I) 8%8A8& )N

CB6\$G:0@040;:A4\$GA4:ISG\$B0;:A  
\$S:C;AJ:AzHI  
D\$G0;:AD\$GAJ4\$S:C;AJ:AzHI  
\$C;G:@G:IG\$D:I0AJ0I\$C@A4I  
4\$6\$G0A5=B;I

Z[eg[]V]Vre\_eXZab[  
'YVhb[[]VrVXYde\_[]dltIuvkiw8fZghIjkk

6&877-E2E234330IL8%-689N%8%+&,%  
% )N88'87 ' 87% )N878(07&% 78  
%8)N'8(8%& 8&8%& 889 ' 8%78 & &  
8(87 7 & 76%78& & 876& & 8&8%8  
'8) 76 68 789 78767% \* 7 B 8I8 & \* A %8\*  
\$7% 6 P BI03688988878& )N8%6  
&887\*8& & )Q87&7% %87%8 \*878 7 8?70@% \*8  
:%87J& & 7-0\$% \*-3.3.383.73.88  
4.75.EF0\$88)-G K 9 = 8 6014F3=  
T 98= T 98G\$;:\$S6\$ //0& 79(8 8  
% 709(0.8% \* 425E230\$689 767% 7- %  
83.3.373,7%8//0& 78%09(00A8% 7  
67% 7-5..357,7%8//0& 78%09(00

OC:4\$;32.3.3R42543230\$

'YVhb[[]VrVXYde\_[]d % iJwuvkiw8fZghIjkk

6&877-E2E2343E0IL8%-689N%8%+&A9  
7)N8n9 8 \*789n76 && 89 Q8783J6  
' D8M& G89 \*\$7% 868 &DG6B 8  
I'8 & \*\$7% 8A\* 9 7BI06B 8I8 & \*  
\$7% 6 P BI0388 719N7' %& %870@% \*8  
:%87J& & 7-0\$% \*-3.3.383.73.88  
4.75.EF0\$88)-G K 9 = 8 6014F3=  
T 98= T 98G\$;:\$S6\$ //0& 79(8 8  
% 709(0.8% \* 425E430\$689 767% 7- %  
83.3.373,7%8//0& 78%09(00A8% 7  
67% 7-...357,7%8//0& 78%09(00

C\$GD:IAJT\$C;AT\$04:C  
D88%8 8 D

OC:4\$;32.3.3R42543230\$

4& 8% 77 9% \*8%8&856

% 3033834.3.369 87%8%  
: 87% % 8; (876<\*8 7= 7\*8 ;:6= 7\*0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef





TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de NOVEMBRO do ano dois mil e dezesseis, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a **CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 75.789.966/0001-59, representada por seu procurador, Raniéri Moacir Bertoli, inscrito no RG. n.º 1.253.363, SSP/SC, CPF n.º 558.534.129 - 49, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a **UNIÃO** e a **PERMISSIONÁRIA** objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, decorrente da concessão outorgada à **RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.**, por meio do Decreto n.º 87.251, de 07 de junho de 1982, publicado no Diário Oficial da União de 09 de junho de 1982, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica outorgado à **RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.** o canal 266 (duzentos e sessenta e seis), correspondente à frequência 101,1 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de que trata o Decreto de 13 de outubro de 1994, publicado no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo n. 81, de 1996, publicado no Diário Oficial da União de 20 de agosto de 1996, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a se concretizar.

**Cláusula 2ª.** A **PERMISSIONÁRIA** é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.

**Cláusula 3ª.** O canal de radiofrequência outorgado à **PERMISSIONÁRIA**, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier





disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

**Cláusula 4ª.** O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "b" e "d" da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

**Cláusula 5ª.** Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

**Cláusula 6ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

**Cláusula 7ª.** Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Itaiópolis, estado de Santa Catarina.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

**MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

  
\_\_\_\_\_  
**Permissionária**



  
Testemunha

  
Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 08/11/2016, às 16:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1482640** e o código CRC **52CD77B6**.

Referência: Processo nº 53000.018075/2014-17

SEI nº 1482640





739/4

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PUBLICADO
Nº
DIÁRIO OFICIAL
de 18 / 08 / 19 82
Página N.º 15380
Encarregado de Revista



Termo de Contrato celebrado entre a União Federal e a Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda para estabelecer uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

Aos 09 (nove) dias do mês de agosto do ano de 1982 (mil novecentos e oitenta e dois) no Gabinete do senhor Secretário-Geral do Ministério das Comunicações, Engenheiro Rômulo Villar Furtado, titular do cargo acima citado, e como testemunhas os senhores Antonio Fernandes Neiva, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações - DENTEL e Roberto Blois Montes de Souza, Diretor da Divisão de Radiodifusão do mesmo Departamento, compareceu a senhorita Daniela Galesa de Oliveira, brasileira, solteira, secretária parlamentar, Carteira de Identidade nº 625.646, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, com o CPF nº 225.889.651-72, residente e domiciliada na SQS 403 - Bloco R aptº 303, nesta cidade, Distrito Federal, Procuradora da Rádio Cidade de Itaiópolis, conforme consta do Processo número oitenta e um mil, e setenta e dois, do ano de mil novecentos e oitenta e um, para o fim especial de assinar o presente Termo de Contrato decorrente da concessão outorgada à supramencionada Entidade, através do Decreto número oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta e um, de 07 de junho de mil novecentos e oitenta e dois, publicado no Diário Oficial da União do dia 09 subsequente, para estabelecer na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, regendo-se referida concessão pelas cláusulas e condições seguintes:

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>



CLÁUSULA PRIMEIRA: - Fica assegurado à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda., o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade Itaiópolis Estado Santa Catarina uma estação de radiodifusão em onda média de âmbito regional, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato. CLÁUSULA SEGUNDA: - A presente concessão é outorgada pelo prazo de 10 anos e entrará em vigor a partir da publicação deste contrato no Diário Oficial da União. CLÁUSULA TERCEIRA: - A concessionária é obrigada a: a) ter sua Diretoria constituída exclusivamente de brasileiros natos; b) ter seu quadro social constituído exclusivamente de brasileiros, bem como cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; c) admitir para as funções técnicas ou operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão, somente brasileiros, permitido, porém, com autorização expressa do Ministério das Comunicações, o contrato de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a 6 (seis) meses, exclusivamente na fase de instalação e início de funcionamento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos, na forma dos artigos 7º e 8º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; d) manter, efetivamente, na totalidade dos seus serviços 2/3 (dois terços), no mínimo, de pessoal brasileiro; e) não transferir, direta ou indiretamente, a concessão, sem prévia autorização do Governo Federal; f) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado nos prazos previstos nas leis, regulamentos e instruções vigentes e futuras sobre a matéria, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões, imediatamente após o recebimento da intimação, sem que, por isso, assista à concessionária direito a qualquer indenização; g) submeter-se, na forma da lei e dos regulamentos, à fiscalização do Governo Federal, ao qual fornecerá todos os elementos exigidos para esse fim; h) pagar taxas e contribuições existentes ou que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento; i) executar os serviços na conformidade do artigo 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; j) manter em dia os registros de programação, de acordo com o estipulado no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de





1963; l) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como integrar, gratuitamente, às Redes de Radiodifusão, sob a direção da Empresa Brasileira de Notícias - EBN, sempre que para isso seja convocada pela autoridade competente, para a divulgação de assunto de relevante interesse nacional; m) irradiar, com indispensável prioridade e a título gratuito, os avisos expedidos pela Chefia de Polícia local ou autoridade congênere, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos; n) submeter, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação deste contrato, no Diário Oficial da União, à aprovação do Ministério das Comunicações, o local escolhido para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos; o) inaugurar o serviço definitivo no prazo de 2 (dois) anos, a contar da aprovação de que trata a alínea anterior; p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos e instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço concedido q) não alterar em qualquer tempo, seus estatutos ou contrato social, nem efetivar transferência de ações ou cotas, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal; r) manter a sua estação em perfeito funcionamento com a eficiência necessária e de acordo com as normas técnicas e operacionais que estiverem em vigor ou que vierem a ser fixadas pelo Ministério das Comunicações; s) manter a sua escrita e contabilidade padronizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações; t) não firmar qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências consignadas e à exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia autorização do Ministério das Comunicações; u) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral; v) cumprir todas as prescrições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes à programação. CLÁUSULA QUARTA: - A concessionária é obrigada, também, a reservar o seguinte tempo destinado, especificamente, a: a) programas educacionais compreendendo 5 (cinco) horas semanais conforme o estipulado no artigo 16, §§ 1º e 2º do Decreto-Lei nº 236,





de 28 de fevereiro de 1967 e Portaria nº 568, de 21 de outubro de 1980, dos Ministros das Comunicações e da Educação e Cultura; b) programas informativos - um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, além do estabelecido na letra "l" da cláusula anterior. CLÁUSULA QUINTA: - Fica assegurado à União o direito sobre todo o acervo da Sociedade para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela. CLÁUSULA SEXTA: - A frequência consignada à Sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União. CLÁUSULA SÉTIMA: - Em qualquer tempo são aplicáveis à concessionária os preceitos da legislação sobre desapropriações e requisições. CLÁUSULA OITAVA: - A inobservância de qualquer das estipulações contidas nestas cláusulas sujeitará a concessionária às penalidades estabelecidas em leis e regulamentos. Não havendo penalidade expressamente prevista, aplicar-se-á pena de multa a ser fixada pelo Ministério das Comunicações, observados os princípios do artigo 61 do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, alterado pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. CLÁUSULA NONA: - Findo o prazo da outorga, a que se refere a cláusula II, salvo procedimento tempestivo de renovação e respectivo deferimento, será a mesma declarada perempta, sem que a concessionária tenha direito a qualquer indenização. E, por estarem de acordo, mandou o Senhor Ministro lavrar o presente Termo de Contrato que depois de lido e achado conforme, assina com o Representante da outorgada, com as testemunhas, ao início qualificadas e comigo, Glicia Soares Rodrigues

(Glicia Soares Rodrigues), que o datilografei.

Rômulo Villar Furtado  
RÔMULO VILLAR FURTADO - Secretário-  
Geral do Ministério das Comunicações

Daniela Galesa de Oliveira  
DANIELA GALESA DE OLIVEIRA - Procuradora





ANTONIO FERNANDES NEIVA - Diretor-Geral  
do Departamento Nacional de Telecomuni-  
cações - DENTEL



ROBERTO BLOIS MONTES DE SOUZA - Diretor  
da Divisão de Radiodifusão do Departa-  
mento Nacional de Telecomunicações -  
DENTEL





Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 78, DE 1996

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Independência de Salto do Lontra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salto do Lontra, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de agosto de 1992, que renova, por dez anos, a partir de 21 de janeiro de 1992, a concessão da Rádio Independência de Salto do Lontra Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salto do Lontra, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de agosto de 1996  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 79, DE 1996

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Chamonix Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mogi-Mirim, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de dezembro de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 17 de agosto de 1987, a concessão à Rádio Chamonix Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mogi-Mirim, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de agosto de 1996  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 80, DE 1996

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo Capital Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de julho de 1994, que renova, por quinze anos, a partir de 5 de outubro de 1992, a concessão outorgada à Rádio Globo Capital Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de agosto de 1996  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 81, DE 1996

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 18 de agosto de 1992, a concessão à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de agosto de 1996  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

**Imprensa Nacional - IN**

SIG - Quadra 6, Lote 800. CEP: 70604-900, Brasília, DF  
Telefone: PABX: (061) 313-9400. Fax: (061) 313-9540  
Telex: 61-1356. CGC/MF: 00394494/0016-12

ANTÔNIO EUSTÁQUIO CORRÊA DA COSTA  
Diretor-Geral

JOSÉ GERALDO GUERRA  
Coordenador Geral de Produção Industrial

**DIÁRIO OFICIAL - Seção 1**

Órgão destinado à publicação de atos normativos

CATARINA ACIOLI DE FIGUEIREDO  
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

KÁTIA MARIA MACIEL CASTOR  
Editora

**Publicações** - Os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias, no horário das 7h30 às 16 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais, no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

**Assinaturas** - Valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

(Valores em R\$)

Preço página: 0,0053

	Diário Oficial			Diário da Justiça		
	Seção 1	Seção 2	Seção 3	Seção 1	Seção 2	Seção 3
<b>Imprensa Nacional</b>						
Assinatura semestral	67,32	21,12	63,36	79,20	159,72	64,68
Quantidade média de páginas (últimos 12 meses)	96	30	90	114	228	92
<b>ECT</b>						
Porte (superfície)	56,78	29,04	51,48	56,78	104,28	51,48
Porte (aéreo)	149,16	73,92	149,16	149,16	271,92	149,16
Preço do centímetro para publicação de matérias	8,40					

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas SEAVEN/DICOM  
Telefone: (061) 313-9900 (busca automática)  
Horário: das 7h30 às 19 horas





739-4

DECRETO DE 13 DE OUTUBRO DE 1994

Renova a concessão outorgada à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 62, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 29820.000343/92-85,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por mais dez anos, a partir de 18 de agosto de 1992, a concessão deferida à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda. pelo Decreto nº 87.251, de 7 de junho de 1982, sendo mantido o prazo residual da outorga pelo Decreto de 10 de maio de 1991, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de outubro de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

ITAMAR FRANCO  
Djalma Bastos de Moraes

Nota: Aguardando Decreto Legislativo confirmando esta renovação.





EM 09 JUN 1982

DIÁRIO OFICIAL DE 09 JUN 1982



Decreto n.º 87.251, de 07 de junho de 1982

Outorga concessão à RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA., para estabelecer uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 89, item XV, letra "a", da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 13.934/82 (Edital nº 83/81),

## D E C R E T A :

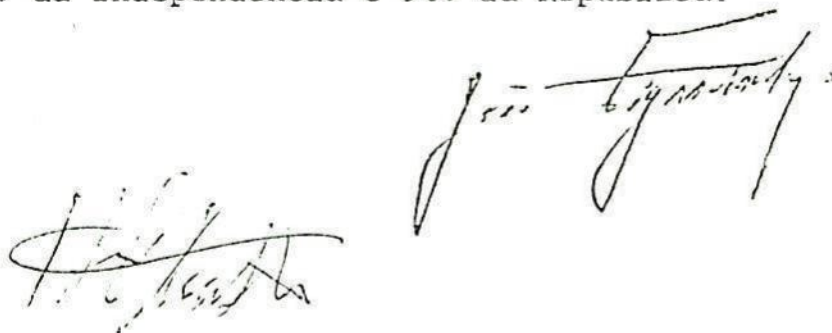
Art. 1º - Fica outorgada concessão à RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA., nos termos do artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único - O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas baixadas com o presente e deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no Diário Oficial da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.



Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, 07 de junho de 1982;  
161º da Independência e 94º da República.

Two handwritten signatures in black ink. The signature on the left is more cursive and compact, while the one on the right is more elongated and features a prominent horizontal stroke.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

CLÁUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO  
Nº 87.251, DE 07 DE JUNHO DE 1982

I

Fica assegurado à RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA., o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, e entrará em vigor a partir da publicação, no Diário Oficial da União, do contrato celebrado entre o Ministério das Comunicações e a concessionária.

III

A concessionária é obrigada a:

a) ter sua Diretoria constituída exclusivamente de brasileiros natos; .

b) ter seu quadro social constituído exclusivamente de brasileiros, bem como cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

c) admitir, para as funções técnicas ou operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão, somente brasileiros, permitido, porém, com autorização expressa do Ministério das Comunicações, o contrato de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a 6 (seis) meses, exclusivamente na fase de instalação e início de funciona

*[Handwritten signature]*





mento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos, na forma dos artigos 7º e 8º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) manter, efetivamente, na totalidade dos seus serviços, 2/3 (dois terços), no mínimo, de pessoal brasileiro;

e) não transferir, direta ou indiretamente, a concessão, sem prévia autorização do Governo Federal;

f) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, nos prazos previstos nas leis, regulamentos e instruções vigentes e futuras sobre a matéria, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões, imediatamente, após o recebimento da intimação, sem que, por isso, assista à concessionária direito a qualquer indenização;

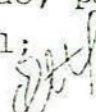
g) submeter-se, na forma da lei e dos regulamentos, à fiscalização do Governo Federal, ao qual fornecerá todos os elementos exigidos para esse fim;

h) pagar taxas e contribuições existentes ou que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento;

i) executar os serviços na conformidade do artigo 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

j) manter em dia os registros de programação, de acordo com o estipulado no artigo 71 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 3º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

l) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como integrar, gratuitamente, as Redes de Radiodifusão, convocadas pela Ministro de Estado Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, por intermédio da Secretaria de Imprensa e Divulgação, para a transmissão de assunto de relevante interesse nacional;



m) irradiar, com indispensável prioridade e a título gratuito, os avisos expedidos pela Chefia de Polícia local ou autoridade congênere, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

n) submeter, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação do contrato, no Diário Oficial da União, à aprovação do Ministério das Comunicações, o local escolhido para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos;

o) inaugurar o serviço definitivo no prazo de 2 (dois) anos, a contar da aprovação de que trata a alínea anterior;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos e instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço concedido;

q) não alterar, em qualquer tempo, seus estatutos ou contrato social, nem efetivar transferência de ações ou cotas, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal;

r) manter sua estação em perfeito funcionamento com a eficiência necessária e de acordo com as normas técnicas e operacionais que estiverem em vigor ou vierem a ser fixadas pelo Ministério das Comunicações;

s) manter a sua escrita e contabilidade padronizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações;

t) não firmar qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências consignadas e à exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia au

204





torização do Ministério das Comunicações;

u) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

v) cumprir todas as prescrições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes à programação.

#### IV

A concessionária é obrigada, também, a reservar o seguinte tempo destinado, especificamente, a:

a) programas educacionais, compreendendo 5 (cinco) horas semanais, conforme o estipulado no artigo 16, §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e Portaria Interministerial nº 568, de 21 de outubro de 1980, dos Ministros das Comunicações e da Educação e Cultura;

b) programas informativos - um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, além do estabelecido na letra "l" da cláusula anterior.

#### V

Fica assegurado à União o direito sobre todo o acervo da Sociedade para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela.

#### VI

A frequência consignada à Sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

*[Assinatura]*





## VII

Em qualquer tempo são aplicáveis à concessionária os preceitos da legislação sobre desapropriações e requisições.

## VIII

A inobservância de qualquer das estipulações contidas nestas cláusulas sujeitará a concessionária às penalidades estabelecidas em leis e regulamentos. Não havendo penalidade expressamente prevista, aplicar-se-á pena de multa a ser fixada pelo Ministério das Comunicações, observados os princípios do artigo 61 do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, alterado pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

## IX

Findo o prazo da outorga, a que se refere a Cláusula II, salvo procedimento tempestivo de renovação e respectivo deferimento, será a mesma declarada perempta, sem que a concessionária tenha direito a qualquer indenização.



Dados da consulta   Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		75.789.966/0001-59									
RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MOACIR BERTOLI	<a href="#">005.580.449-72</a>	RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA	<a href="#">75.789.966/0001-59</a>	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Itaiópolis
RANIERI MOACIR BERTOLI	<a href="#">558.534.129-49</a>	RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA	<a href="#">75.789.966/0001-59</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Itaiópolis
SIMONE WERNER	<a href="#">613.570.229-72</a>	RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA	<a href="#">75.789.966/0001-59</a>	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Itaiópolis

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **24/07/2023**

Hora: **20:15:08**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		005.580.449-72									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MOACIR BERTOLI	005.580.449-72	REDE SERRANA DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">75.835.629/0001-50</a>	Sócio	345000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Presidente Getúlio
		REDE SERRANA DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">75.835.629/0001-50</a>	Sócio	345000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Taió
		RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA	<a href="#">75.789.966/0001-59</a>	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Itaiópolis

Usuário: **carlaf.mc** - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: **24/07/2023**

Hora: **20:15:20**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

Dados da consulta

Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		558.534.129-49									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RANIERI MOACIR BERTOLI	558.534.129-49	REDE SERRANA DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">75.835.629/0001-50</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Presidente Getúlio
		RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA	<a href="#">75.789.966/0001-59</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Itaiópolis
		REDE SERRANA DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">75.835.629/0001-50</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Taió
		RADIO O GURI AM LTDA	<a href="#">02.274.269/0001-91</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Balneário Camboriú
		RADIO O GURI AM LTDA	<a href="#">02.274.269/0001-91</a>	Sócio	30000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Balneário Camboriú

Usuário: [carlaf.mc](#) - Carla Fabiane da Costa Ferreira

Data: 24/07/2023

Hora: 20:15:35



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		613.570.229-72									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SIMONE WERNER	613.570.229-72	REDE SERRANA DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">75.835.629/0001-50</a>	Sócio	344942	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Presidente Getúlio
		REDE SERRANA DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">75.835.629/0001-50</a>	Sócio	344942	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Taió
		RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA	<a href="#">75.789.966/0001-59</a>	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Itaiópolis

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **24/07/2023**

Hora: **20:15:51**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	CNPJ
<b>CNPJ:</b>	75.789.966/0001-59

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **24/07/2023**

Hora: **20:17:12**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** **RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA**

**CNPJ:** **75.789.966/0001-59**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 20:18:33 do dia 24/07/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/08/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Superintendência de Administração Geral  
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças  
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data/Hora: **24/07/2023 20:34:45**

## Extrato de Lançamentos

**Nome da Entidade:** RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA

**Nº FISTEL:** 50414496191

**Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

**CNPJ/CPF:** 75789966000159

**Situação:** Não licenciada

**Data Validade:**

☒ **CADIN:** Não

**Incide FUST:**

**Data Início Operação Comercial:**

**Div. Ativa:** Não

**Tipo Usuário:**

Integral

☒ **UF:** SC

**Proc. Caducidade:** Não

**End. Sede:** RUA JOSÉ GONÇALVES 333

**Bairro:** LUCENA

**Município:** Itaiópolis

**CEP:** 89340-000

**UF:** SC

**End. Corresp.:** Rua José Gonçalves 333

**Bairro:** Lucena

**Município:** Itaiópolis

**CEP:** 89340-000

**UF:** SC

### Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2017	03/04/2017	R\$ 200,00	31/03/2017	200,00	200,00	0001	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2018	29/04/2018	R\$ 2.600,00	22/03/2018	2.600,00	2.600,00	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 858,00	29/03/2019	858,00	858,00	0003	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 130,00	29/03/2019	130,00	130,00	0004	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 858,00	13/03/2020	858,00	858,00	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 130,00	13/03/2020	130,00	130,00	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 858,00	26/03/2021	858,00	858,00	0009	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 130,00	26/03/2021	130,00	130,00	0010	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 858,00	21/03/2022	858,00	858,00	0011	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 130,00	21/03/2022	130,00	130,00	0012	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2022	13/10/2022	R\$ 280,70	13/09/2022	280,70	280,70	0013	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2022	15/11/2022	R\$ 2.600,00	07/10/2022	2.600,00	2.600,00	0014	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 858,00	20/03/2023	858,00	858,00	0015	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 130,00	20/03/2023	130,00	130,00	0016	Quitado	0,00

**Total devido em 24/07/2023 (em reais):**

0,00

**Total de créditos em 24/07/2023 (em reais):**

0,00

### Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)  
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)  
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança  
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado  
RJ - Lançamento com Recurso Judicial  
RN - Lançamento com Recurso Denegado  
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União  
CD - Lançamento Inscrito no CADIN  
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa  
E - Lançamento em Execução Judicial  
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006  
MO - Multa de Ofício  
LO - Lançamento de Ofício  
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado  
PA - Parcelamento: Parcela  
BF - Benefício Fiscal



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



## Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 )
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 )
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

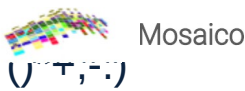
Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761>
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



/+01+234/5+6+\*.137893:0

;<=>?@A<▼

B CDE=>F

GH=D=>EHIAHFAJK<=>F<GHLHMN H   MN   HO HP=Q>EKR>FH S HTKE=F>F						
UVWXY	Z[\]Y ^	_`ab ^	cd ef X ^	`]gheY[Xi ^	_]\[Xj ^	hed\ief X ^
CK<Q>EKR>FHAHT ▼	TLH>>EHKAK>ID	MNNNGM	PHP;H;HPPH	MNGGG		DAFK>E



Id solicitação: 57dbac5682a0d

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (47) 3652-2279	<b>E-mail:</b> comercial@cidade1380.am.br
<b>CNPJ:</b> 75.789.966/0001-59	<b>Número do Fistel:</b> 50414496191
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 18/08/1992	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 09/06/2032	
<b>Observações:</b> Ato nº 5.139, de 13 de agosto de 2015, publicado na Pag. 51, Seção 1 do DOU de 17/8/15. Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. Ato nº 647, de 14 de março de 2016, publicado no DOU de 23/03/2016, Seção 1, Página 67.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA JOSÉ GONÇALVES	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> LUCENA	<b>Numero:</b> 333	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 89340000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Rua José Gonçalves	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Lucena	<b>Numero:</b> 333	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 89340000

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Rua Carlos Buba	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Alto Paraguaçu	<b>Numero:</b> S/Nº	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 89340000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Rua José Gonçalves	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Lucena	<b>Numero:</b> 333	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 89340000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 266	<b>Frequência:</b> 101.1 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP Máxima:</b> 2.3427kW
<b>HCI:</b> 64 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2



## Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1006099406						Número Indicativo: ZYV306					
Data Último Licenciamento: 10/10/2022						Número da Licença: 53500.321536/2022-13					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 26° 23' 43.01" S				Longitude: 49° 54' 42.98" W				Cota da base: 1002.9 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 027381200422						Modelo: ETG1000i					
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment						Potência de Operação: 1.0 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF78-50JA						Fabricante: Radio Frequency Systems - RFS					
Comprimento da Linha: 75 m		Atenuação: 1.137 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB			Impedância: 50 ohms				
Antena Principal											
Modelo: BECP/6L						Fabricante: Teel Tele-Eletrônica Ltda					
Ganho: 5.05 dBd		Beam-Tilt: 3 °		Orientação NV: 30 °		Polarização: Circular		HCI: 64 m		ERP Máxima: 2.34 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 2.87	5°: 2.93	10°: 2.97	15°: 3.01	20°: 3.03	25°: 3.04	30°: 3.03	35°: 3	40°: 2.94	45°: 2.87	50°: 2.78	55°: 2.69
60°: 2.6	65°: 2.5	70°: 2.4	75°: 2.29	80°: 2.19	85°: 2.09	90°: 2	95°: 1.91	100°: 1.82	105°: 1.73	110°: 1.66	115°: 1.62
120°: 1.62	125°: 1.68	130°: 1.77	135°: 1.9	140°: 2.05	145°: 2.2	150°: 2.36	155°: 2.52	160°: 2.69	165°: 2.87	170°: 3.04	175°: 3.2
180°: 3.35	185°: 3.49	190°: 3.62	195°: 3.75	200°: 3.85	205°: 3.92	210°: 3.96	215°: 3.94	220°: 3.89	225°: 3.81	230°: 3.71	235°: 3.6
240°: 3.48	245°: 3.36	250°: 3.23	255°: 3.09	260°: 2.94	265°: 2.8	270°: 2.67	275°: 2.54	280°: 2.42	285°: 2.3	290°: 2.19	295°: 2.11
300°: 2.06	305°: 2.06	310°: 2.09	315°: 2.14	320°: 2.21	325°: 2.28	330°: 2.36	335°: 2.44	340°: 2.53	345°: 2.63	350°: 2.72	355°: 2.8
Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -
Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											



<b>Código Equipamento:</b> 011800300422	<b>Modelo:</b> ETG 1000
<b>Fabricante:</b> Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	<b>Potência de Operação:</b> 0.8 kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b> LCF78-50-JA	<b>Fabricante:</b> Radio Frequency Systems		
<b>Comprimento da Linha:</b> 60 m	<b>Atenuação:</b> 1.137 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB	<b>Impedância:</b> 50 ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b> FC4H266	<b>Fabricante:</b> Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda				
<b>Ganho:</b> 2.87 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> 30 °	<b>Polarização:</b> Circular	<b>HCI:</b> 60 m	<b>ERP Máxima:</b> 2.34 kW
RDS					
<b>Código PI:</b>					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
139341982	87251	Decreto	PR	07/06/1982	09/06/1982	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
01250001073201613	109	Despacho	MCTIC	09/02/2018	14/03/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		04/10/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
298200003431985	81	Decreto Legislativo	CN	28/08/1996	29/08/1996	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.031398/2016-27	5584	Ato	ORLE	21/12/2016	17/02/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	





NOME/RAZÃO SOCIAL <b>RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA</b>				CNPJ <b>75789966000159</b>
Nº DA ESTAÇÃO <b>1006099406</b>	SERVIÇO <b>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada</b>	NAT. SERV.	LATITUDE <b>26° 23' 43.01" S</b>	LONGITUDE <b>49° 54' 42.98" W</b>

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO <b>Rua Carlos Buba, nº S/Nº.</b>	DISTRITO	
BAIRRO <b>Alto Paraguaçu</b>	MUNICÍPIO <b>Itaiópolis</b>	UF <b>SC</b>

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 09/06/2032

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO: Itaiópolis UF: SC

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 101.1 MHz CANAL: 266

CLASSE: A4 COTA BASE DA TORRE: 1002.9

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYV306

NOME FANTASIA: NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Itaiópolis

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Rua José Gonçalves BAIRRO: Lucena

MUNICÍPIO: Itaiópolis UF: SC

NUMERO: 333 COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment MODELO: ETG1000i

CÓDIGO: 027381200422 POTÊNCIA: 1.0 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment MODELO: ETG 1000

CÓDIGO: 011800300422 POTÊNCIA: 0.8 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO: POTÊNCIA: kW

CÓDIGO: POTÊNCIA:

ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: Teel Tele-Eletrônica Ltda MODELO: BECP/6L

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 5.05 dBd

DESCRIÇÃO: 6 elementos ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 30 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 64 m BEAM TILT: 3 graus

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda MODELO: FC4H266

POLARIZAÇÃO: Circular GANHO: 2.87 dBd

DESCRIÇÃO: 4 elementos ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV: 30 graus

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 60 m BEAM TILT: graus

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: Radio Frequency Systems - RFS MODELO: LCF78-50JA

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: Radio Frequency Systems MODELO: LCF78-50-JA

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 25/07/2023 15:34:15



Emitido Em  
10/10/2022

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/legis/3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Esta licença pode ser validada em

<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NCY1xTQ1JcQ2xhc3NMZWlnbmNhOjoyMDIzNiRiZiA5ZDAxLGMWYys=3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>



2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

**LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS  
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL  
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)**

Processo nº 53115.009918/2022-15

Entidade RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.

CNPJ nº 75.789.966/0001-59

FISTEL nº 50414496191

Localidade Itaiópolis/SC

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga 18/08/2022

Período: 18/08/2022 a 18/08/2032

**Tipo de outorga a ser renovada:**

( ) Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.

(X) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM) **Adaptada** em caráter comercial. (

( ) Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponível no MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das cópias de que:	(X) Sim ( ) Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; ( ) Não se aplica	(X) Sim ( ) Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	(X) Sim ( ) Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de caráter ou funções dos quais decorra foro especial;	(X) Sim ( ) Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	(X) Sim ( ) Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	(X) Sim ( ) Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, e das alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, nos termos elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.
i) inexistir parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, da prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.
2. Comprovação de respeito aos direitos de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11027323 Págs.1-5	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10966831 Pág. 1	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10960547 Pág. 5	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, no caso, da filial.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10960547 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
6. Prova de regularidade perante a Fazenda federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	F 10960547 Pág. 6	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		E 10960547 Pág. 7		
		M 10960547 Pág. 8		
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações - Fistel.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11027323 Pág. 6	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à Previdência Social - INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	INSS 10960547 Pág. 6	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		FGTS 10960547 Pág. 3		
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10960547 Pág. 4	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	



10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (certidão de residência); (ii) Carteira de identidade; (iii) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (iv) Carteira profissional; (v) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS com suporte.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	9701927 MOACIR BERTOLI Pág. 5  9701927 SIMONE WERNER Pág. 6  9701927 RANIÉRI MOACIR BERTOLI Pág. 7	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.				
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11027323 Pág. 14	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	
12. Serviço executado em faixa de fronteira?	( ) Sim (X) Não	n/a	- Decreto nº 11.076, de 20 de maio de 2022.	
13. A pessoa jurídica optou pelo parcelamento?	( ) Sim (X) Não	11027323 Págs. 7-9	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963	
14. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações - CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	( ) Sim (X) Não ( ) Não se aplica	10961380	Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU	

#### APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
15. Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia, de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	( ) Sim (X) Não ( ) Não se aplica	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

#### Observações Adicionais



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

- n/a

#### Conclusão

A documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel Almeida dos Santos**, Técnico de Nível Superior, em 02/08/2023, às 11:27 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 11 de maio de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> o código **CC180BF4**

Referência: Processo nº 53115.009918/2022-15

SEI nº 10960552



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado, judicial colegiado, pela prática de atos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei nº 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação eventual concessão de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em decisão especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda a outorga do serviço de radiodifusão de onda média, conforme Decreto nº 87.251, de 7 de junho de 1982, publicado no Diário Oficial da União (SUPER 10997383 - Págs. 13-19). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda foi publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de agosto de 1982 (SUPER 10997383 - Págs. 6-10).

7. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação foi realizada por meio de Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SUPER 10997383 - Págs. 11-12).

8. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o pedido de renovação de outorga foi deferido pela Administração Pública se refere ao decênio com o Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1992, publicado no Diário Oficial da União do dia 14 de outubro de 1994, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 18 de agosto de 1992, ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de agosto de 1996 (SUPER 10997383 - Págs. 11-12).

9. Concernente ao pedido de renovação de outorga, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação em 18 de abril de 2012, gerando o protocolo nº 53000.020691/2012-76, acompanhado de parte da documentação necessária. O pedido de renovação de outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época, a saber, o art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 18 de maio de 2012 e 18 de agosto de 2012. O processo foi alvo de diversas análises, sendo que não houve manifestação no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva.

10. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas, não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

11. Nesse contexto, importante reconhecer a insuficiência material e humana que constitui uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, a devida apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem a resultados que não pode ser vista como descaso para com os cidadãos e os princípios da administração pública.

12. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar a análise dos pedidos de concessão/renovação de outorga dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a grande manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores. Apesar de todas as dificuldades, a análise dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento.

13. Pela análise dos autos, observando-se que a pessoa jurídica ora interessada apresentou o pedido de renovação de outorga em 18 de abril de 2012, gerando o protocolo nº 53000.020691/2012-76, acompanhado de parte da documentação necessária. O pedido de renovação de outorga foi apresentado no prazo legal vigente, previsto na redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 18 de agosto de 2012.

14. A documentação apresentada pela pessoa jurídica interessada pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação anexa aos autos (SUPER 10997383 - Págs. 13-19). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, e foram considerados válidos por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização da administração prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º e 2º). As solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que por isso dificultam o procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade o comprovatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo solicitante.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>



§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não precisam apresentar certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as hipóteses em que a lei exigir.

II - informações sobre pessoa jurídica;

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação exigida pelo Ministério das Comunicações, pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 dias da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelo Decreto nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostumado a simplificar a tarefa pelo órgão de registro competente em arquivos os seus atos, demonstrando que os quadros societário e diretores que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 10966831).

17. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com o art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Empresas em 24 de julho de 2023 (SUPER 11027323 - Págs. 1-5).

18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário, a empresa não presta o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como entidade jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios Moacir Bertoli e Simone Werneck não são pessoas jurídicas executantes do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Balneário Camboriú/SC e Presidente Getúlio/SC. Outrossim, o diretor administrador Raniéri Moacir Bertoli figura no quadro de outras pessoas físicas não inscritas no CNPJ, não sendo, portanto, pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Balneário Camboriú/SC e Presidente Getúlio/SC.

19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação desfavorável em dados do curso da prestação de serviço de radiodifusão (SUPER 1027323) e (SUPER 107323) e (SUPER 107323). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que a aplicação de multa não é cabível, pois não há de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 10961380).

20. A pessoa jurídica ora interessada apresenta pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em sede de falência, nos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações perante a Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, a declaração do Trabalho, atestando a inexistência de inscrição no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10960552).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbra quaisquer elementos que pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar o acesso ao serviço de radiodifusão.

22. Salienta-se, ainda, que a vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 7.747/2013, não é necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos de serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1-de

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as técnicas e os materiais a serem utilizados no projeto técnico de instalação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade instaladora.

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/202

d) o índice de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (O rigem: P RT/GM/S 3º, § 2º, I, d)



II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020,

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico ou do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica habilitado, que ateste que as características da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.000/2019. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto no art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão não poderá ser renovada após o prazo de validade da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação, no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, não poderá ser concluída antes da conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência de interesse na renovação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão de nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deve manter as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado e assinado pelo profissional habilitado, permanecendo em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão sonora em onda média, após o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963), a consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a renovação da outorga para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão de nova licença para funcionamento da estação.

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica não possui a licença de funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão sonora em onda média, com validade até 9 de junho de 2032 (SUPER 11027323 - Págs. 10 e 14).

26. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Mosaico, a pessoa jurídica possui créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica não possui o parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere aos "serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada pela ANATEL, em 2023. Portanto, a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica a esta pessoa jurídica.

27. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de outorga para o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão modulada, na localidade de Itaiópolis/SC, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e do Decreto nº 52.795/1963.

## CONCLUSÃO

28. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento da manifestação para o Gabinete do Secretário de Comunicação Social, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, inciso I, do Regulamento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria nº 1.000/2021.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>



Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

29. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- envio dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em 15 minutos de P09976415 SUPER Exposição de Motivos (SUPER 10997651), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 123/2006;
- em caso de manifestação favorável da unidade consultada à renovação da outorga, remessa dos autos ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações para deliberação, nos termos do art. 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

30. Pede-se, ainda, o envio do Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de entrega.

31. Após arquivem-se os autos nesta unidade administrativa que ocorra a devida noificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção de providências previstas no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel de Mello dos Santos**, Técnico de Nível Superior, em 02/08/2023, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 11 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fátima da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 02/08/2023, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 11 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 02/08/2023, às 11:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 11 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 02/08/2023, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 11 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Manoel Neto**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 02/08/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 11 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica> utilizando o código **98918C79**.

#### Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (10997641)
- Minuta Exposição de Motivos (10997651)

Referência: Processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 10997410



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



# MINUTA

MINUTA DE  
PORTARIA nº \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE 2023.

MINUTA DE DOCUMENTO

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, uso da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115, as razões presentes na Nota Técnica nº 10346/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_,

## RESOLVE

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, de agosto de 2022, a concessão outorgada à RADIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA (CNPJ nº \_\_\_\_\_), Decreto nº 87.251, datado em 7 de junho de 1982, publicado em 9 de junho de 1982, e renovada em 1994, publicado em 14 de outubro de 1994, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Itaiópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por este Decreto, observadas as disposições das leis e regulamentos subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, em conformidade com o art. 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações

## AVISO:

**O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.**

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel de Mello dos Santos**, Técnico de Nível Superior, em 02/08/2023, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 11 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Estanislau da Costa Ferreira**, Assistente Técnico, em 02/08/2023, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 11 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 02/08/2023, às 11:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 02/08/2023, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Manoel Neto**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 02/08/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código **10997641** e o código **886081D6**.



# MINUTA

MINUTA DE  
EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

MINUTA DE DOCUMENTO

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.009918/2022-15, in  
Nota Técnica nº 10346/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_, acompanhado  
de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de 8 de agosto de 2022, a concessão  
outorgada à RADIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA (CNPJ nº 75.789.966/0001-59), nos termos do Decreto  
junho de 1982, publicado em 9 de junho de 1982, e renovada pelo Decreto s/nº, de 13 de  
outubro de 1994, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado em 29 de  
direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado  
sonora em frequência modulada, no Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 1º, da Constituição Federal, com  
respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

## AVISO:

**O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.**

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriel de Barros Santos**, Técnico de Nível Superior em 02/08/2023, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 11 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fátima da Costa Ferreira**, Assistente Técnico em 02/08/2023, às 17:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 11 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco**, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada em 02/08/2023, às 11:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wendell Pereira de Souza**, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada em 02/08/2023, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Manoel Neto**, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada em 02/08/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> o código **10997651** e o código **50811D58**.



Ofício Interno nº 39566/2023/MCOM

Brasília, 03 de agosto de 2023

A Senhor  
Felipe Nogueira Fernandes  
Consultor Jurídico  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 10346/2023/SEI-MCOM (10997410)**

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-me, referencio a Nota Técnica nº 10346/2023/SEI-MCOM (10997410), que trata de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em substituição ao FISTEL nº 50414496191, referente ao período de 18 de agosto de 2022 a 18 de agosto de 2032.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

**Caroline Menicucci Salgado**  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado**, Chefe de Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, em 04/08/2023, às 11:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código **11044769** e o código **62402538**.

Referência: Processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 11044769



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



**PARECER n. 00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 53115.009918/2022-15**

**INTERESSADOS: RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA** em o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no **município de Itaiópolis, estado de Santa Catarina** no período de **18 de agosto de 2022 a 18 de agosto de 2032**.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto como Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 10346/2023/SEI-MCOM** concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, caput e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 23, da MP nº 1.154/2023.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, em prosseguimento, **com recomendações**.

Senhor Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão,

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento pela **RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA**, encaminhado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veiculou pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de **Itaiópolis** estado de **Santa Catarina** referente ao período de **18 de agosto de 2022 a 18 de agosto de 2032**.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 10346/2023/SEI-MCOM (SUPER 10997410)**, a outorga foi concedida e aprovada pelos agentes públicos competentes, remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos:

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 87.251, de 7 de junho de 1982, publicado no Diário Oficial da União do dia 9 de junho de 1982 (SUPER [10997383](#) - Págs. 13-19). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de agosto de 1982 (SUPER [10997383](#) - Págs. 6-10).

7. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SUPER [10997383](#) - Págs. 1-5).

8. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1992-2002** acordo com o Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 14 de outubro de 1994, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 18 de agosto de 1992**, pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de agosto de 1996 (SUPER [10997383](#) - Págs. 11-12).



9. Concerne ao período de **2012-2022** pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 27 de abril de 2012, gerando o protocolo nº [53000.020691/2012-76](#), acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 18 de fevereiro de 2012 e 18 de maio de 2012. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em janeiro de 2021. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

10. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

11. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

12. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análise dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

13. Pela análise dos autos, observa-se que, em **18 de abril de 2022**, pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [9701927](#) - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorreria no prazo legal vigente, previsto na redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 18 de agosto de 2021 a 18 de agosto de 2022.

3. No requerimento protocolado em **18 de abril de 2022** (SUPER 9701927 - fls. 01 e 02), a entidade solicitou renovação da outorga, deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica mencionada, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada: "*Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão de frequência modulada, na localidade de Itaiópolis/SC, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795/1963.*"

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

### II.1. Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao controle desta Consultoria**, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre questões jurídicas, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, se necessário, formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

## II.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e imagens"*.

11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".

12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, caput e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependente de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados sucessivos e iguais"*.

17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*. A atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o § 1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão declarando-a perempta"*. A referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23, da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

## II.3 Do Pedido de Renovação

21. Como já relatado, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 146/2023/SEI-MCOM (SUPER 10997410)**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



22. Quanto à tempestividade, em relação ao pedido referente ao período de **2012-2022**, art. 4º da Lei nº 5.785/72, conforme redação vigente à época, estabelecia que o requerimento deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo. No caso, o pedido de renovação foi apresentado no citado prazo legal então vigente, sem que houvesse, no entanto, decisão conclusiva quanto ao pedido.

23. Diante do novo pedido de renovação de outorga referente ao período **2022-2032**, observa-se que **o pedido é tempestivo**, pois foi protocolizado no prazo aplicável da redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972:

**Atual redação da Lei 5.785/1972:**

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.

24. A propósito, a área técnica assim se pronunciou na supracitada manifestação:

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 87.251, de 7 de junho de 1982, publicado no Diário Oficial da União do dia 9 de junho de 1982 (SUPER [10997383](#) - Págs. 13-19). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de agosto de 1982 (SUPER [10997383](#) - Págs. 6-10).

(...)

8. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1992-2002** acordo com o Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 14 de outubro de 1994, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 18 de agosto de 1992**, pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de agosto de 1996 (SUPER [10997383](#) - Págs. 11-12).

9. Concerente ao período de **2012-2022**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 27 de abril de 2012, gerando o protocolo nº [53000.020691/2012-76](#), acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 18 de fevereiro de 2012 e 18 de maio de 2012. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em janeiro de 2021. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

(...)

13. Pela análise dos autos, observa-se que, em **18 de abril de 2022**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [9701927](#) - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrerá no prazo legal vigente, previsto na redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 18 de agosto de 2021 a 18 de agosto de 2022.

25. Anote-se que a petição foi subscrita pelo **Sr. Ranieri Moacir Bertoli**, indicado como administrador da entidade, conforme a certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (**SUPER 10966831 - fls. 01 e 02**).

26. Registre-se que o requerimento está de acordo com o novo formulário disponibilizado pelo Poder Público, que já contém as declarações exigidas pelo Regulamento de Radiodifusão (**SUPER 9701927- fls. 01 e 02**)

27. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica atestou adequação dos documentos apresentados, segundo **Checklist (SUPER 10960552)**.

28. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

III - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

- V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- X - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020\)](#)
- XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

29.

Sobre o assunto, o órgão técnico se manifestou da seguinte forma:

14.A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER [10960552](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes do Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER [10966831](#)).

(...)

20. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10960552).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

30. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SUPER 10966831 - fls. 01 e 02) e negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SUPER 10960547 - fl. 05) e inscrição no CNPJ (SUPER 10960547 - fls. 01 e 02), prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a seguridade social (SUPER 10960547 - fls. 06) e entidades estadual (SUPER 10960547 - fl. 07) e municipal da sede da pessoa jurídica (SUPER 10960547 - fl. 08), prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL (SUPER 11027323 - fl. 06) e de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SUPER 10960547 - fl. 06 e SUPER 10960547 - fl. 03) e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI 10960547 - fl. 04).

31. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas no requerimento, em conformidade com as exigências normativas (SEI 9701927 - fls. 01 e 02).

32. **Em relação à regularidade técnica**, requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica prestou os seguintes esclarecimentos:

22. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)



§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação*

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de outubro de 2022, com validade até 9 de junho de 2032 (SUPER [11027323](#) - Págs. 10 e 14).

33. Ressalte-se que cabe à área técnica verificar a existência de compatibilidade entre o serviço efetivamente prestado pela interessada e o autorizado por este Ministério.

34. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, das Secretariadas verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER [11027323](#) - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER [10961380](#)).

35. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

17. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 24 de julho de 2023 (SUPER [11027323](#) - Págs. 1-5).

18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios Moacir Bertoli e Simone Werner compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Taió/SC e Presidente Getúlio/SC. Outrossim, o diretor administrador Raniéri Moacir Bertoli figura no quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Balneário Camboriú/SC, Taió/SC e Presidente Getúlio/SC.

36. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. **Questões não jurídicas não são apreciadas pelo Conselho Jurídico, inclusive aspectos discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.**

37. Por fim, quanto às minutas de portaria e de exposição de motivos propostas, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, aptas a produzirem os efeitos legais pretendidos.

38. Importa, ainda, consignar **necessidade de assinatura determinante aditivo pela parte interessada junto ao Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço"*

Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação*

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>



2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

39. Em relação ao pagamento do valor da outorga, a SECOE atestou que:

26. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão". A tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER [11027323](#) - Págs. 7-9). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

40. Por derradeiro, é mister salientar que, **na hipótese de o pagamento do valor atualizado da outorga não ser efetuado, a pessoa jurídica inadimplente ficará impossibilitada de renová-la por novo período** (artigo 3º-A, § 7º do Regulamento de Serviços de Radiodifusão).

### III - CONCLUSÃO

41. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no procedimento, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para prosseguimento.

42. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente nos **itens 38 e 40**.

À consideração,

Brasília, 02 de outubro de 2023.

ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO  
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) [53115009918202215](#) e da chave de acesso ca571b0e



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1286970701 e chave de acesso ca571b0e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 02-10-2023 12:20. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02034/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:**53115.009918/2022-15

**INTERESSADO:**Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

**ASSUNTO:**Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora (adaptado)

1. Aprovo a conclusão do **PARECER n.00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** elaborado pela **Dr(a). Alessandra Castro Rodrigues, advogada da União** à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado).
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade **Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda** para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de **Itaiópolis/SC** período de **18 de agosto de 2022 a 18 de agosto de 2032**.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio do **NOTA TÉCNICA Nº 10346/2023/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de **Itaiópolis/SC**, concedida à entidade **Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda**.
4. Conforme os termos do **PARECER n.00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, seguindo para as orientações apresentadas nos itens 38 e 40 do referido PARECER, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
5. Em relação ao item 38 do **PARECER n.00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, em que a documentação necessária seja reavaliada por este Ministério no momento da celebração do termo aditivo, sem prejuízo, portanto, da tramitação da renovação da outorga. No que se refere ao item 40 do referido PARECER, tem-se que o item 31 do **NOTA TÉCNICA Nº 10346/2023/SEI-MCOM**, afirma que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto Nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto Nº 10.804, de 2021, não se aplica ao caso em questão, pois não houve parcelamento do preço público da outorga.
6. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de **18 de agosto de 2022 a 18 de agosto de 2032**.
7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à entidade **Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda**.
8. **Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas pertinentes à edição da portaria ministerial.**
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 02 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115009918202215 e da chave de acesso ca571b0e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1296963076 e chave de acesso ca571b0e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 02-10-2023 15:17. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

---

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>





ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02043/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 53115.009918/2022-15**

**INTERESSADOS: RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Renovação de outorga.**

Aprovo o PARECER n. 00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 02034/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 3 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115009918202215 e da chave de acesso ca571b0e



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1298456827 e chave de acesso ca571b0e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-10-2023 12:33. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 10690, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.009918/2022-15, as razões presentes na Nota Técnica nº 10346/2023/SEI-MCOM, cancelada pelo Parecer Jurídico nº 00619/2023/CO NJUR-MCOM/CGU/AGU,

### RESOLVE:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, de agosto de 2022, a concessão outorgada à RADIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA. (CNPJ nº 06.908.115/0001-90), Decreto nº 87.251, datado em 7 de junho de 1982, publicado em 9 de junho de 1982, e renovada em 1994, publicado em 14 de outubro de 1994, cancelado pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itaiópolis, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por este ato, fica sujeita às disposições do Regulamento Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 59, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por José Nestor dos Santos Rezende, Ministro de Estado das Comunicações, em 26/10/2023, às 11:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º da Lei nº 11.151/2005, de 20 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar>, informando o código de verificação 1151158 o código 5088858.

Referência: Processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 1151158

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 5 de outubro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.009918/2022, presentes na Nota Técnica nº 10346/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer MCOM/CGU/AGU nº 10.690/2023, de 5 de outubro de 2023, publicada em 05/10/2023, que renova, pelo prazo de ~~doze~~ doze meses, a concessão de uso do RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA. (CNPJ nº 75.789.966/0001-59), nos termos do Decreto nº 10.690, de 5 de junho de 1982, publicado em 9 de junho de 1982, e renovada pelo Decreto s/nº, de 14 de outubro de 1994, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 22 da Constituição Federal, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria para decisão do Presidente da República.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por José Carlos dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações, em 26/10/2023, às 11:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º da Lei nº 11.150/2005, de 20 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar>, utilizando o código de verificação 1151150-80981213.

Referência: Processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 1151150-80981213



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 42463/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 10690/2023/MCOM (11151158) e Exposição de Motivos (11151159)

Senhor Chefe de Gabinete,  
De acordo com disposto na Notícia nº 10346/2023/SEI-MCOM (10997410) e o nº 00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11146398), encaminho a Portaria nº 10690/2023/MCOM (11151158) e Exposição de Motivos (11151159), para apreciação e as providências subsequentes.  
Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 23/10/2023, às 17:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 11.151, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código **11151162** ou o código **DS7CA97D**.

Referência: Processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 11151162



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>


2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias  
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 27/10/2023 14:18:57  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** Rosiane Caixeta da Silva  
**Ofício:** 9943132  
**Data prevista de publicação:** 30/10/2023  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21083191	PORTARIA NA 10689.rtf	da64ee51c9bb88210d1ba1cf322f1792	9,00	R\$ 350,28
21083192	PORTARIA NA 10690.rtf	0b52323cab951d1b1ad5a3de32b0e860	9,00	R\$ 350,28
21083193	PORTARIA NA 10691.rtf	43eeb90de2e5398e5028dbd65a52cf2e	9,00	R\$ 350,28
21083194	PORTARIA NA 10713.rtf	f6d968112dc4258335e49d43bc30c626	9,00	R\$ 350,28
TOTAL DO OFICIO			36,00	R\$ 1.401,12

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/10/2023 | Edição: 206 | Seção: 1 | Página: 5

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 10.690, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição do parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o processo Administrativo nº 53115.009918/2022-15, invocando as razões presentes no processo 10346/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00619/2023, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 1962, por 5 anos, a partir de 18 de agosto de 2022, a concessão outorgada à Rádio Itaiópolis (CNPJ nº 75.789.966/0001-59), nos termos do Decreto nº 87.251, datado em 19 de maio de 1982, em 9 de junho de 1982, e renovada pelo Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Itaiópolis, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão será reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Conselho de Estado, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Id solicitação: 57dbac5682a0d

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (47) 3652-2279	<b>E-mail:</b> comercial@cidade1380.am.br
<b>CNPJ:</b> 75.789.966/0001-59	<b>Número do Fistel:</b> 50414496191
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 18/08/1992	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 09/06/2032	
<b>Observações:</b> Ato nº 5.139, de 13 de agosto de 2015, publicado na Pag. 51, Seção 1 do DOU de 17/8/15. Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. Ato nº 647, de 14 de março de 2016, publicado no DOU de 23/03/2016, Seção 1, Página 67.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA JOSÉ GONÇALVES	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> LUCENA	<b>Numero:</b> 333	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 89340000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Rua José Gonçalves	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Lucena	<b>Numero:</b> 333	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 89340000

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Rua Carlos Buba	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Alto Paraguaçu	<b>Numero:</b> S/Nº	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 89340000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Rua José Gonçalves	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Lucena	<b>Numero:</b> 333	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 89340000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 266	<b>Frequência:</b> 101.1 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP Máxima:</b> 2.3427kW
<b>HCI:</b> 64 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2



## Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1006099406						Número Indicativo: ZYV306					
Data Último Licenciamento: 10/10/2022						Número da Licença: 53500.321536/2022-13					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 26° 23' 43.01" S				Longitude: 49° 54' 42.98" W				Cota da base: 1002.9 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 027381200422						Modelo: ETG1000i					
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment						Potência de Operação: 1.0 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF78-50JA						Fabricante: Radio Frequency Systems - RFS					
Comprimento da Linha: 75 m		Atenuação: 1.137 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB			Impedância: 50 ohms				
Antena Principal											
Modelo: BECP/6L						Fabricante: Teel Tele-Eletrônica Ltda					
Ganho: 5.05 dBd		Beam-Tilt: 3 °		Orientação NV: 30 °		Polarização: Circular		HCI: 64 m		ERP Máxima: 2.34 kW	
Padrão de Antena dBd											
0º: 2.87	5º: 2.93	10º: 2.97	15º: 3.01	20º: 3.03	25º: 3.04	30º: 3.03	35º: 3	40º: 2.94	45º: 2.87	50º: 2.78	55º: 2.69
60º: 2.6	65º: 2.5	70º: 2.4	75º: 2.29	80º: 2.19	85º: 2.09	90º: 2	95º: 1.91	100º: 1.82	105º: 1.73	110º: 1.66	115º: 1.62
120º: 1.62	125º: 1.68	130º: 1.77	135º: 1.9	140º: 2.05	145º: 2.2	150º: 2.36	155º: 2.52	160º: 2.69	165º: 2.87	170º: 3.04	175º: 3.2
180º: 3.35	185º: 3.49	190º: 3.62	195º: 3.75	200º: 3.85	205º: 3.92	210º: 3.96	215º: 3.94	220º: 3.89	225º: 3.81	230º: 3.71	235º: 3.6
240º: 3.48	245º: 3.36	250º: 3.23	255º: 3.09	260º: 2.94	265º: 2.8	270º: 2.67	275º: 2.54	280º: 2.42	285º: 2.3	290º: 2.19	295º: 2.11
300º: 2.06	305º: 2.06	310º: 2.09	315º: 2.14	320º: 2.21	325º: 2.28	330º: 2.36	335º: 2.44	340º: 2.53	345º: 2.63	350º: 2.72	355º: 2.8
Coordenadas por radial											
0º: Lat - Lon -	5º: Lat - Lon -	10º: Lat - Lon -	15º: Lat - Lon -	20º: Lat - Lon -	25º: Lat - Lon -	30º: Lat - Lon -	35º: Lat - Lon -	40º: Lat - Lon -	45º: Lat - Lon -	50º: Lat - Lon -	55º: Lat - Lon -
60º: Lat - Lon -	65º: Lat - Lon -	70º: Lat - Lon -	75º: Lat - Lon -	80º: Lat - Lon -	85º: Lat - Lon -	90º: Lat - Lon -	95º: Lat - Lon -	100º: Lat - Lon -	105º: Lat - Lon -	110º: Lat - Lon -	115º: Lat - Lon -
120º: Lat - Lon -	125º: Lat - Lon -	130º: Lat - Lon -	135º: Lat - Lon -	140º: Lat - Lon -	145º: Lat - Lon -	150º: Lat - Lon -	155º: Lat - Lon -	160º: Lat - Lon -	165º: Lat - Lon -	170º: Lat - Lon -	175º: Lat - Lon -
180º: Lat - Lon -	185º: Lat - Lon -	190º: Lat - Lon -	195º: Lat - Lon -	200º: Lat - Lon -	205º: Lat - Lon -	210º: Lat - Lon -	215º: Lat - Lon -	220º: Lat - Lon -	225º: Lat - Lon -	230º: Lat - Lon -	235º: Lat - Lon -
240º: Lat - Lon -	245º: Lat - Lon -	250º: Lat - Lon -	255º: Lat - Lon -	260º: Lat - Lon -	265º: Lat - Lon -	270º: Lat - Lon -	275º: Lat - Lon -	280º: Lat - Lon -	285º: Lat - Lon -	290º: Lat - Lon -	295º: Lat - Lon -
300º: Lat - Lon -	305º: Lat - Lon -	310º: Lat - Lon -	315º: Lat - Lon -	320º: Lat - Lon -	325º: Lat - Lon -	330º: Lat - Lon -	335º: Lat - Lon -	340º: Lat - Lon -	345º: Lat - Lon -	350º: Lat - Lon -	355º: Lat - Lon -
Distância por radial											
0º:	5º:	10º:	15º:	20º:	25º:	30º:	35º:	40º:	45º:	50º:	55º:
60º:	65º:	70º:	75º:	80º:	85º:	90º:	95º:	100º:	105º:	110º:	115º:
120º:	125º:	130º:	135º:	140º:	145º:	150º:	155º:	160º:	165º:	170º:	175º:
180º:	185º:	190º:	195º:	200º:	205º:	210º:	215º:	220º:	225º:	230º:	235º:
240º:	245º:	250º:	255º:	260º:	265º:	270º:	275º:	280º:	285º:	290º:	295º:
300º:	305º:	310º:	315º:	320º:	325º:	330º:	335º:	340º:	345º:	350º:	355º:
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											



<b>Código Equipamento:</b> 011800300422	<b>Modelo:</b> ETG 1000
<b>Fabricante:</b> Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	<b>Potência de Operação:</b> 0.8 kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b> LCF78-50-JA	<b>Fabricante:</b> Radio Frequency Systems		
<b>Comprimento da Linha:</b> 60 m	<b>Atenuação:</b> 1.137 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB	<b>Impedância:</b> 50 ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b> FC4H266	<b>Fabricante:</b> Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda				
<b>Ganho:</b> 2.87 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> 30 °	<b>Polarização:</b> Circular	<b>HCI:</b> 60 m	<b>ERP Máxima:</b> 2.34 kW
RDS					
<b>Código PI:</b>					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
139341982	87251	Decreto	PR	07/06/1982	09/06/1982	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
01250001073201613	109	Despacho	MCTIC	09/02/2018	14/03/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		04/10/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
298200003431985	81	Decreto Legislativo	CN	28/08/1996	29/08/1996	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.031398/2016-27	5584	Ato	ORLE	21/12/2016	17/02/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115009918202215	10690	Portaria	MC	05/10/2023	30/10/2023	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento	





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 43449/2023/MCOM

Brasília, 31 de outubro de 2023

Ao Senhor  
**Enio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 330 (11151159)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 10346/2023/SEI-MCOM (11190210),  
Exposição de Motivos 330 (11151159), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, Assistente, em 31/10/2023, às 14:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> o código **11193894** e o código **8E9D5C8**.

Referência: Processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 11193894

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Brasília, 9 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.009918/2022-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10346/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.690, de 5 de outubro de 2023, publicada em 30 de outubro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de agosto de 2022, a concessão outorgada à RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA. (CNPJ nº 75.789.966/0001-59), nos termos do Decreto nº 87.251, datado em 7 de junho de 1982, publicado em 9 de junho de 1982, e renovada pelo Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, publicado em 14 de outubro de 1994, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado em 29 de agosto de 1996, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itaiópolis, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 33179/2023/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.009918/2022-15.**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDA, para outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

**ÊNIO SOARES DIAS**  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 09/11/2023, às 10:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.558/2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verificar> utilizando o código **30C033FB**.

Referência: Processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 11207285



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



## REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
<b>Nome da Pessoa Jurídica:</b>		RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.	
<b>CNPJ:</b>	75.789.966/0001-59	<b>CEP sede:</b>	da 89340-000
<b>Endereço da sede:</b>		RUA JOSÉ GONÇALVES, 333, LUCENA, ITAIÓPOLIS/SC	
<b>E-mail de contato:</b>		gerencia101@demais.fm.br	
<b>Serviço a ser renovado:</b>		<input checked="" type="checkbox"/> ( X ) em frequência modulada	
		<input type="checkbox"/> ( ) em ondas curtas	
		<input checked="" type="checkbox"/> ( X ) Radiodifusão sonora	
		<input type="checkbox"/> ( ) em ondas médias	
		<input type="checkbox"/> ( ) em ondas tropicais	
		<input type="checkbox"/> ( ) Radiodifusão de sons e imagens	
<b>Período da renovação:</b>		18/08/2022 a 18/08/2032	
<b>Localidade da renovação:</b>		ITAIÓPOLIS	<b>UF:</b> SC

Eu, **RANIERI MOACIR BERTOLI**, inscrito no CPF sob o nº **558.534.129-49**, na qualidade de representante legal da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, com base no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, em relação ao serviço, ao período e à localidade descritos acima, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

### DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

Requerimento de Renovação de Outorga - pag. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES



- (b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- (c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- (e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal;
- (f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;
- (g) nenhum dos dirigentes e sócios da entidade se encontra condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado nos ilícitos previstos no art. 1º, inciso I, alíneas b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da Lei Complementar nº 64/1990;
- (h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;
- (i) inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

ITAIÓPOLIS/SC, 08 DE ABRIL DE 2022.

Assinatura do representante legal

Requerimento de Renovação de Outorga - pág. 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL



Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede) 42200531616	CNPJ 75.789.966/0001-59	Arquivamento do ato Constitutivo 19/11/1981	Início da atividade 19/11/1981
Endereço: RUA JOSE GONCALVES, 333, LUCENA, ITAIÓPOLIS, SC - CEP: 89340000			
OBJETO SOCIAL			
DIVULGAÇÃO DE PROGRAMAS DE CARÁTER EDUCATIVO, CULTURAL, INFORMATIVO E RECREATIVO, PROMOVENDO AO MESMO TEMPO, A PUBLICIDADE COMERCIAL PARA A SUPOORTAÇÃO DOS ENCARGOS E SUA NECESSÁRIA EXPANSÃO.			
CAPITAL SOCIAL	PORTE	PRAZO DE DURAÇÃO	
R\$ 120.000,00 CENTO E VINTE MIL REAIS  R\$ Capital integralizado: 120.000,00 CENTO E VINTE MIL REAIS	Não	XXXXXX	
QUADRO SOCIOS E ADMINISTRADORES			
Nome/CPF	Participação R\$	Cond./Administrador	Término do mandato
MOACIR BERTOLI 005.580.449-72	60.000,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
RANIERI MOACIR BERTOLI 558.534.129-49	0,00	ADMINISTRADOR - ADMINISTRADOR	XX/XX/XXXX
SIMONE WERNER 613.570.229-72	60.000,00	SOCIO	XX/XX/XXXX
ÚLTIMO ARQUIVAMENTO		SITUAÇÃO	STATUS
Data 19/11/2021	Número 20217551998	REGISTRO ATIVO	Sem Status
Ato: 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO Evento: 310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO			
FILIAL(AIS) NESTA UNIDADE DA FEDERAÇÃO OU FORA DELA			
NIRE: XXXXXX CNPJ: XXXXXX Endereço: XXXXXX			
Observação			

225999331



página: 1/2

CONTROLE: 20159022071166 CPF SOLICITANTE: 352.597.369-15 NIRE: 42200531616 EMITIDA: 24/03/2022 PROTOCOLO: 225999331  
Petição (9701927) SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Secretaria da Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração

CERTIDÃO SIMPLIFICADA DIGITAL



Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados nesta Junta Comercial e são vigentes na data de sua expedição.

EMPRESA			
Nome Empresarial: RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA			
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA			
NIRE(sede)	CNPJ	Arquivamento do ato Constitutivo	Início da atividade
42200531616	75.789.966/0001-59	19/11/1981	19/11/1981
Endereço: RUA JOSE GONCALVES, 333, LUCENA, ITAIÓPOLIS, SC - CEP: 89340000			

FLORIANÓPOLIS - SC, 24 de Março de 2022

BLASCO BORGES BARCELLOS

225999331



página: 2/2

CONTROLE: 20159022071166 CPF SOLICITANTE: 352.597.369-15 NIRE: 42200531616 EMITIDA: 24/03/2022 PROTOCOLO: 225999331  
Petição (9701927) SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 4



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

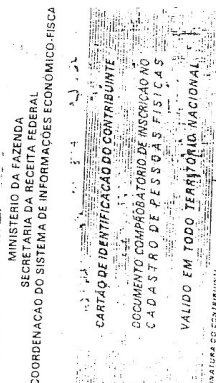
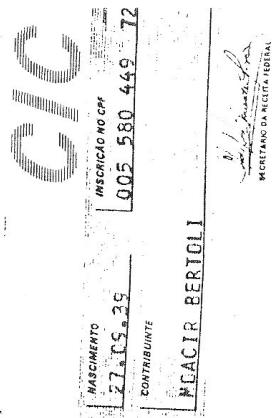


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Petição (9701927)

SEF35115.005918/2022-15 / pg. 5



2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
INSTITUTO GERAL DE PERÍCIA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

PROIBIDO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 1.038.216 DATA DE EXPEDIÇÃO

NOME SIMONE WERNER

FILIAÇÃO ARTENIR WERNER  
MARLENE NASCHENVENG WERNER

NATURALIDADE RIO DO SUL SC

DOC. ORIGEM CERT. CAS. 2752 LV B-13  
CART. KURTH-RIO DO SUL

CPF 613.570.229-72 PAULO

FLORIANÓPOLIS - SC Diretor de In

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

Petição (9701927)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 6

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>



(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES  
DIRETORIA DE POLÍCIA TÉCNICA  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 1/R-1.253.363

NOME RANIERI MOACIR BERTOLI

Moacir Bertoli

FILIAÇÃO Renata Ern Bertoli

TAIO = SC 31/03/1964

NATURALIDADE FLORIANÓPOLIS, SC 03/05/1982

*Sumé Medeiros*

DIRETOR Sumé Medeiros

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CASA DA MOEDA DO BRASIL

(CEDULA DE IDENTIDADE)

POLEGAR DIREITO

*Ranieri Moacir Bertoli*

ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CASA DA MOEDA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS

CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DE INSCRIÇÃO NO  
CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ASSINATURA DO CONTRIBUINTE

*Ranieri Moacir Bertoli*

C/C

NASCIMENTO 31.03.64

INSCRIÇÃO NO CPF 558 534 129 49

CONTRIBUINTE

RANIERI MOACIR BERTOLI

*Antônio Nave*

SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME RANIERI MOACIR BERTOLI

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF 1253363 SSI SC

CPF 558.534.129-49 DATA NASCIMENTO 31/03/1964

FILIAÇÃO MOACIR BERTOLI  
RENATA ERN BERTOLI

PERMISSÃO ACC CAHAB B

Nº REGISTRO 03204830337 VALIDADE 25/01/2014 1ª HABILITAÇÃO 15/04/1982

OBSERVAÇÕES

*Ranieri Moacir Bertoli*

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL FLORIANÓPOLIS, SC DATA EMISSÃO 27/01/2009

Vanderlei O. Rosso

25338302689  
SC055243927

100267788

67788



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Petição (9701527)

SEF53115.005918.2022-15 / pg. 7

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



30/03/2022

0012086767

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
Comarca de Itaiópolis

**CERTIDÃO**  
**FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

**CERTIDÃO Nº: 9390186****FOLHA: 1/1**

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Itaiópolis, com distribuição anterior à data de 29/03/2022, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

**RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA, portador do CNPJ: 75.789.966/0001-59. \*\*\*\*\***

**OBSERVAÇÕES:**

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

**ATENÇÃO:** A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjsc.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Itaiópolis, quarta-feira, 30 de março de 2022.

**PEDIDO Nº:****0012086767**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.jus.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Petição (9701927)

SEP3115:005918/2022-15 / pg. 8


2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

01234156789 9 7 41 9 9 861 066 846

061

01746 1 61 9 97861 6 9 16 46 9 9 1594 694 59476 3415979 781 !" 6 6  
686#61 66 846\$

% 7&14261 1'49 1 31489 9 17 86 79 89 1234156789 ( 6 96466 391 1784'789\$

		*,-. /01234+5+*260723583.*290/ 125296*83:2108:2/3523,+99823;<*=5012	
>?@ABCD EADF>GHBFJCD KLMKNOMOPQRRRSTLO U26*0VD	18U,*872:6+35+30:91*0WX83+35+3906<2WX8 125296*2/	EYZYDEADYABZ8YD SOQSSQSONSD	
>C@ADA@JBAGYBFY"D *2508310525+35+306208,8/093/6523			
Z,ZY"CECDAGZY[A*AHF@A>ZCD>C@ADEADaY>ZYGFYbD ccccccccD		ICBZAD 5+U209D	
HdEfECDAEAGHBFJCD EYDYZFHEYEADAHc>q@FHYDjBF>HFjY"D PRMSRTSTRR3T32hijklkmn3km3opkiqD			
HdEfECDAEAGHBFJCD EYDYZFHEYEAGDAHC>q@FHYGDGAH>ErBFYGD :sq3ituqovikl3			
HdEfECDAEAGHBFJCD EYD>YZBawYdxIB_EFHYD yRPTy3T39qimiklm3+v[omnpol3/ivihkl3			
*CeBYECBCD *3;89+3j8:12/7+93	>?@ABCD }}}3	HC@j"A@A>ZCD cccccccc3	
HAJD NOMj-RTRRR3	IYFBCEFGZBFZCD /<1+:23	@i>FH_JFCD 06208,8/093	IuD 91D
A>EABAICDA*AZBg>FHCD		ZA*AcC>AD	
A>ZADaEABYZFICDBAGjC>GfA"D_AaBbD ccccc3			
GFZYIJCDHYEGZBY"D 260723		EYZYDEYDGFZYIJCDHYEGZBY"D jRQRSQYRRSD	
@CZPICDEADGFZYIJCDHYEGZBY"D			
GFZYIJCDAGjAHFY"D cccccccc3		EYZYDEYDGFZYIJCDAGjAHFY"D cccccccc3	

YDDFD>DBa[DDDDDDDD

ADDDjRQRjQyRyyDSDSySNRR3`DDDD[b

] i¢DSQS

£ 0a¥j\$"% ©%	a «a\$"%	↵
---------------	----------	---

% !" 64699 6 6 5 86\$ 646 7&1426@9 1'49 3186 9 345669 9 1      9 6 \_\_\_\_\_ \$

6 1 6 36 1 3646 1 0¥      017 86 0¥      - 868 86      64941      9451 0¥



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.dej.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Petição (9701927)      SEF33115.005918/2022-15 / pg. 9

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

7687 9 87 9 7 98

023456789 8 9



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA  
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA**  
**CNPJ: 75.789.966/0001-59**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.  
Emitida às 13:59:17 do dia 28/03/2022 <hora e data de Brasília>.  
Válida até 24/09/2022.

Código de controle da certidão: **2776.9849.DEBE.2A73**  
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA  
CNPJ/CPF: 75.789.966/0001-59

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	220140051006156
Data de emissão:	30/03/2022 11:37:56
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	29/05/2022

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

Este documento foi assinado digitalmente  
Impresso em: 30/03/2022 11:37:56



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>





## CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

Nome / Razão Social

RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA CNPJ: 75789966000159

Endereço: Rua JOSE GONCALVES, 333 - Lucena

CEP: 89340000

Cidade/UF: Itaiópolis/SC

Aviso

Sem débitos pendentes até a presente data.

Comprovação Junto à

Finalidade

Mensagem

Certificamos que até a presente data não constam débitos tributários relativos à inscrição abaixo caracterizada.

A Fazenda Municipal se reserva o direito de cobrar débitos que venham a ser constatados, mesmo se referentes a períodos compreendidos nesta certidão.

Código de Controle

CWKRZXLGO04Q1KM1

A validade do documento pode ser consultada no site da prefeitura por meio do código de controle informado.

Itaiópolis (SC), 24 de Março de 2022





12345678 245 62 6548 62 321254 65 5436 2  
42

3658 15662 62 545885 46  
1 !"

##%&'()\*+,-./\$01,).0-&\*+2\*3\$-&\*4\*&\*25\$0460)\*-\$+ -\$/0,+2%\$7\*&8\*-9-%\$)\$'&\*-4+'0'&%\*4\*-5\$7\*  
:0\*&\$72%\$--\*78\*4,,4'%\$&,4\$-&\*\*;60)\*4\$),<%\*%./\*-./\$%4=8'4\*-4\$%\$-5,0-\*<'7'4\*4\$4,.)0&%</'0&\$\*)'+\*./\$8'\$%\$+  
\*-\$%\*5/%\*4\*->

?-&\*)\$%&'41,%\$(\$%\$@-\$A)7/'8\*+\$0&\$9-'&/'B1,4,.)0&%</'0&\$0,C+<'&,4\$-&\*\*;60)\*201,).0-&'&/'04,25,%  
,0-\$;/'0&\$25%,8\*4\$'0\$A'&60)\*4\$43<'&,-'0-)%'&,-\$+ D=8'4\*:&8\*4\*E0'1,2\*4+'0'&%\*4,-5\$7\*F%,)/%\*4,%\*G\$%\*74\*  
H\*I\$04\*J\*'),0\*7>

?+'&'4\*9-KKLMKLN04,4\*PNQNPQRNRRST,%\*\$4\*&\*4\$U%\*-7\*V>

WX7'4\*\*&3RYQNZQRNRR>

##%&'41,\$A5\$4'4\*;%\*&/'&\*+\$0&\$>



12345254 6789 4



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

[Voltar](#)[Imprimir](#)

## Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

**Inscrição:** 75.789.966/0001-59

**Razão Social:** RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA

**Endereço:** R JOSE GONCALVES 333 / LUCENA / ITAIOPOLIS / SC / 89340-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 04/04/2022 a 03/05/2022

**Certificação Número:** 2022040401464901262302

Informação obtida em 18/04/2022 14:32:08

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

[a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/impressao.jsf](http://a-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/impressao.jsf)

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Folha 01 de 01

SEI 33115.005916/2022-15 / pg. 16

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS**

Nome: RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)  
CNPJ: 75.789.966/0001-59  
Certidão nº: 10193553/2022  
Expedição: 30/03/2022, às 16:38:49  
Validade: 26/09/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **75.789.966/0001-59**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas. Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho. No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais. A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>). Certidão emitida gratuitamente.

### **INFORMAÇÃO IMPORTANTE**

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



Dúvidas e sugestões: [cnadt@tst.jus.br](mailto:cnadt@tst.jus.br)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Petição (9701924) - SEI 103115.005916/2022-15 / pg. 17

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

NOME/RAZÃO SOCIAL RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA				CNPJ 75789966000159		
Nº DA ESTAÇÃO 1006099406		SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada		NAT. SERV.	LATITUDE 26° 23' 43.01" S	LONGITUDE 49° 54' 42.98" W
ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO Rua Carlos Buba, nº S/Nº.				DISTRITO		
BAIRRO Alto Paraguaçu				MUNICÍPIO Itaiópolis		UF SC

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:		18/08/2022	
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICIPIO:	Itaiópolis	UF:	SC
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	101.1 MHz	CANAL:	266
CLASSE:	A4	COTA BASE DA TORRE:	1002.9
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYV306		
NOME FANTASIA:		NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Itaiópolis		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	Rua José Gonçalves	BAIRRO:	Lucena
MUNICÍPIO:	Itaiópolis	UF:	SC
NUMERO:	333	COMPLEMENTO:	
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:		UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Diretivo		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	MODELO:	ETG1000i
CÓDIGO:	027381200422	POTÊNCIA:	1.0 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR			
FABRICANTE:	Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	MODELO:	ETG 1000
CÓDIGO:	011800300422	POTÊNCIA:	0.8 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR 2			
FABRICANTE:		MODELO:	
		POTÊNCIA:	kW
CÓDIGO:			
ANTENA PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Teel Tele-Eletrônica Ltda	MODELO:	BECP/6L
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	5.05 dBd
DESCRIÇÃO:	6 elementos	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	30 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	64 m	BEAM TILT:	3 graus
ANTENA AUXILIAR			
FABRICANTE:	Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda	MODELO:	FC4H266
POLARIZAÇÃO:	Circular	GANHO:	2.87 dBd
DESCRIÇÃO:	4 elementos	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	30 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	60 m	BEAM TILT:	graus
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL			
FABRICANTE:		MODELO:	LCF78-50JA
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:		MODELO:	LCF78-50-JA
RDS			
Código PI:			

VALIDADE DA LICENCA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREOUËNCIA'

XXXXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 23/03/2022 16:55:38



Autenticado eletronicamente, após conferência com o original	Emitido Em 26/03/2018	Esta licença é válida para o uso de até 10 computadores. Para obter uma nova licença, basta clicar no botão "Renovar" no canto superior direito da interface.
--	--------------------------	---

Esta licença pode ser validada em  
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=02xhc3NMaWNlbmNhOioyMDE4NWFiOTNkNWRIbWZlZQ==>



9b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



1234561415674189 8 57 4651

!"#\$

7 % &64 49 4 9 7 7&21 & 5 &7'%& 1(791123456141567418  
9 8 57 4651 )141 8\*+,-./-0-1+23/45\*160-1+\*-+0\*4/+6-3+-4+\*+0748\$/  
6\*16-+-."/962/\*4+:\*4/7\*+.095\*160016+\*0;./;/1+2,\*610<=->\*04/;037+?0.+3/;0  
"/-+;,<@+\*\$./A./0B76;./#C/

57469 &1497+.6-3+-4+\*+-07D9+\$C.0E/6\*A8F./\$/G,;H+./AAFI

57469 &1497+.6-3+-4+\*0"/-+;,<@+\*\$F.//\*+?/2B7+./AAJ,/037+?0  
+"/9,;02/\*4+K1\*61+307026--70-./"0.6+.6L,-@+M+\*+70/2N7/J,5\*160 +.,;0.0/\*+/17/4+  
8FA./C./+,4,B7+./A\$CJ,/037+?0+/"9,;02/\*4+.-M/7?6<+-./"0.6+.6L,-@+I

57469 &1497+.6-3+-4+\*+/"9,;02/\*4+./O-+.-3/147+./"0.6+L7/J,5\*160-  
037+?0.+3/;0"/-+;,<@+\*\$F./C.//\*+?/2B7+./#\$I

57469 &149700476B,6<@+./1+23/45\*160/-40B/;/16.0\*0P+740760\*./I  
G,\*H+./#C.+Q+\*-/;H+67/4+7.0\*04/;I

57469 &1497+1+\*-40\*4/.-0,4+-P7+1/--+\*C##8#CCAR#\$>F

& 78S T

748,4+7907,4+76U0<@+./O-+./"0.6+L7/J,5\*160V":Q::PE:M  
EQPWF8FA8A\$R####>A/X/1,40\*4/+.M/7?6<+./"0.6+.6L,-@+M+\*+70/2N7/J,5\*160  
+.,;0.0\*0;+10;6.0./:/406Y3+;6-./-40+./M0\*40Q04076\*02/.60\*4/0,D;6U0<@+0  
70.6+L7/J,5\*160./#8 ZU1+77/-3+\*./\*4/0+10\*0;\$04K0.040./RR#-/\*+.,-+0  
70.6+L7/J,5\*160\*@+X1,;-6?+/2107[4/737/1[76+/3762[76+8

748N6X07/2"#####].U/\*4+-7/06-^+37/<+3\_B;61+3/;+.67/64+./,-+0  
70.6+L7/J,5\*1600,4+76U0.0\*+0748`10\*+1+\*.616+\*0.00/\*470.0/2?69+7.037/-/\*4/,4+76U0<@+  
./O-+./"0.6+L7/J,5\*160V/L/D?0<@+./+7/1+;H62/\*4+./7/L/76.+?0;+78

748C-40B/;/1/7+370U+./].+U/^2/-1+\*40.+03,B;610<@+./-4/4+\*+O  
3070J,/0/\*D.0./037/-/\*4/;0,+./?6-4+760.0/-40<@+;/0B+70.+3+737+`-6+\*0;H0B6;640.+3070  
`-./;61/\*1602/\*4+8

748-4/4+/\*470/2?69+7\*0.040./3,B;610<@+./-/;/X4704+\*+6[76+`160;.0  
O\*6@+8



+1,2/\*4+0--6\*0.+;/47+\*6102/\*4/3+7Sabcd eafac2cgfhg7eaigadjgkglgfmngdakbgkhgkbg  
hg7mbcdojg&gpmdfcfq%dgfbjrs/2R#R#FV-FtA1+\*L+72/H+7[76++`160;./!70-u;60  
1+2L,\*02/\*4+\*+0748C#:.0P+740760\*8F\$R#.0\*04/;8



0,4/\*D16.0./-4/+.1,2/\*4+3+.-/71+\*L/76.0/2Hv3tRRwww80\*04/;89+?8B7R0,4/\*D16.0/  
6\*L+720\*+1Y.69+?/76`10.+7xyzy{z|+1Y.69+Q"Q{}~9}{|8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidad-assinatura.camara.gov.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

8277438 33

8631 3 47 3 1

3 8 3 47 3 1														
!"#\$%&'()*\$%\$"* 0+ , + -+ ,./ 0 /-+														
!"#1%(%2)%*														
3"4"5 ""* 678 9;;								&<!(%)4* 816732=7 3 1>9?3?6						
@AB* ?;?;C>;								D!"E #\$ #1)2("4* 7>77;>;>						
3)F #G2HIE) * + .67J3 3								3)F #3%K%* 41L632						
M%(%#\$ #N '(E%( * >CC>;								O"EP)Q * 9 : 03 78 7R8 08863 1 S61TRU73 V8 R23 3						
@%E%("E* .67W678								X N%4#"2F"NY5)N *						
Z"\$**								@%("[ E)%#\$%#&2(%Q\ * .677]32						
^%4_#Z1* ;CC9														
`a2"EP%Qb"2* +48 c ?>9;d 1 >9 1 3L848 1 >d ]R273 8 3 .3L? >d c 7d 1 >7 1 368 1 >d ]R273 8 8 ,e 1 9C9C>d 018 >d														

1618 01 1													
X [E%\$ HE * 0e+ g,0h i,jk+/l0							@ !F4"!'"( *						
m%)EE * /ej+							H!"E * 999						
nH')NYF) * 4375]827							G1*	0	@&A*	;97			

1618 8661]8 U73													
X [E%\$ HE * 0R3 g8o i832J1							@ !F4"!'"( *						
m%)EE * /R13							H!"E * 999						
nH')NYF) * 4375]827							G1*	0	@&A*	;97			

1618 8 -63786													
X [E%\$ HE * 0R3 3628 pR3							@ !F4"!'"( *						
m%)EE * +248 .363LR3q							H!"E * 0Cjc						
nH')NYF) * 4375]827							G1*	0	@&A*	;97			

1618 8 4q 78 .677]32													
X [E%\$ HE * 0R3 g8o i832J1							@ !F4"!'"( *						
m%)EE * /R13							H!"E * 999						
nH')NYF) * 4375]827							G1*	0	@&A*	;97			

1618 8 4q 78 +Rr72736													
X [E%\$ HE *							@ !F4"!'"( *						
m%)EE *							H!"E *						
nH')NYF) *							G1*		@&A*				

8631 8 .238 p378

/8327s38													
nH')NYF) * 4375]827							G1*	0					

.36t1468 -o78													
@%%"4*				1E"uHvN)%* >>?> Vws				@4%22"* +7 &ZA#nIK)!%* ?97xy					
z@{* 7				A%E"%!"( *				M"N%4%["!* 1%2"*					



Assinatura eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-8801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Anexo Consultas ANATEL (10360551)

SEI 55115.000918/2022-15 / pg. 21

>C9

2b40ff06-8801-4964-9c55-96e91f1c97ef



!""	\$% &'
)*+, &218- /0/0/ 1683 23-473 &4576714	89.;+;< / =>

'63-77--86 ?5@72736 #	
	\$% &457637148 A8 128463 8
)*+,	89.;+;< =>

07B3 1 '63-77--A8 ?5@72736	
\$% OCD EFEG?	)*+, 03 78 C614512H .H-417-
+IJ K 7 L;< /!D 1M7	8+NL,NN+N /F 1 OP, F 8B7-

?413 ?5@72736	
\$% C"Q#KK	)*+, R 132 R S-4673 1 87T6278 1 ?413- 04 3
UJ #/ D 1 VWX% Y :+;<Z[ ! Y	8%+;< 7625236 ]O K 7 ^8\$_` #/!" =>
0a.	
8O	

Rb8673cd1- 8 8257148 1 e548633	
fS7 g6821--8S7 a8257148768 a8257148 e63A8 a343 8 a343825 aeh 03iA8 8 a82 f34561i3	
!j"j # D#F a126148 g0 DMKMj # jMKMj # e548633 G56k 728	

Rb8673cd1- 8 8257148 1 ?668l3cA8 1 08237-	
fS7 g6821--8S7 a8257148768 a8257148 e63A8 a343 8 a343825 aeh 03iA8 8 a82 f34561i3	
#FD!#K ! j a1-632B8 m'R jM#M# "M!M# ?668l3cA8 1 08232 'T2728	

Q7-456728 1 a8257148- &7747 8-	
fS7 g6821--8S7 a8257148768 a8257148 e63A8 a343 8 a343825 aeh 03iA8 8 a82 f34561i3	
	?48 e00& "MM### ?54867i3 8 h-8 1 'T272878b6145n273
#j #/!"j F a126148 0137-2347l8 f # M MjjK #jM MjjK a127o16/ 8 / f327832G56k 728	
FfF/!lj M# KE#D FF " ?48 e00& #M#M#K DM#M#D ?54867i3 8 h-8 1 'T272878b6145n273	

Q86p678 1 b527837148	

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Assinado eletronicamente, após conferência com original.

!M!

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Anexo Consultas ANATEL (10360551)

SEI 55115.000918/2022-15 / pg. 23







Mosaico

! # \$%&'( ) \* + , - . / : ;

./0\$(1"234\*324\*1"/5"#6(12.\*72/0

892  <=9>7g9ABCA?AD;

[illegible]

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>



,-./012345-67/08741-419:0/3;41-4.-,-0/7;471<050;/.717;4=->7  
757/->

5?@AB .71034,0171-41-40/703=3>0;4>/17

,5=CB DEFDGHFHIIJKKKLMEH

NNNNNNNNNOPQRSTSUVWXYZ[PN]XNUXIYRVW^NVR\_NPYRVN^VRV^NaP\`b\USVYNPWNP[N\XWP^NQPcVRSdVYNeYNQPUPSRVYNV`WS\SYRQV`VYN  
f\VRPc^NQPYVcdV`XNXN`SQPSRXN`PYRVNVgblUSVN`PNUXhQVQNZ[VSYZ[PQN`idS`VYN`PNQPYaXIYVhScS`V`PN`XNUXI\RQSh[SI\RPNVUSWVNZ[PNdSP  
VNYPQNVa[QV`VY]

NNNNNNNNNkYRVNUPQRS`]XNQPTPQPIYPNPmUc[YsdVWP\RPNeNYSR[Vn]XN`XNUXI\RQSh[SI\RPNIXNoWhSRXN`PYRVNVgblUSV^N]XNUXI\YRSR[SI`X^Na  
UXIYPg[SI\RP^NaQXdVN`PNS\IpmSYRb\USVN`PN`\_hSRXYNS\YUQSRXYNPWNpidS`VNfRSdVN`VNq\S]X^NV`WS\SYRQV`XYNaPcVNrQXU[QV`XQSVNspQVcN  
tVuP\`VNvVUSXIVcj

NNNNNNNNNkWSRS`VNeYNwxyz[y]]N`XN`SVNw}-z-zxNXQVNPV`VRVN`PNQVYicSVj

NNNNNNNNNcS`VNVR\_Nw}-z-zxj

NNNNNNNN

NNNNNNNNNOPQRS`]XNPmaP`S`VNgQVR[SRVWP\RPj

WaQSWSQ

XcRVQ



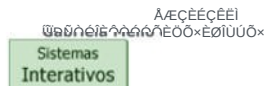
Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

2 \$% &0'(&)\*#+

https://infoleg.br/autenticacao-assinatura-camara-legislativa/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

Anexo Consultas ANATEL (10360551)

SEI 55115.005918/2022-15 / pg. 26



 **Menu Principal** ▼

^XZ: 0000^W^0ZVWX^ 0000;47589:2q0QÜSgPSKNOMNdPRiPLMRsKYN:0000200000780 02P8320

0123450320647589:20 0;47589:20

000

00 <=>?@>ABCD BE@FG@HDF>AI

JKLMNOPQRSTUVWXYZ0123456789abcdefghijklmnopqrstuvwxyz

J_N`abcQdU	e3f0ff14010
------------	-------------

bMghTiKU jkl0m0V23n43no85p40^474q20rs0tqru8v76n20w4389232

xJyz{xy`U	e  11443330e1
-----------	---------------

bTS}Pi~KU p409n6r76n232

PSPNPTOPOMU

**+**NxaJU p4

aRTOMN`bcU

PSPNaRTKNMgPi~KNxKLMgTPU

ThNSThPU p4

cTKN}gTKU

X7:rq29

$$+N^U \wedge;$$

ygKNxPO}TOPOMU p4

QRONbMOMU VW0Y^0YWjZ^0kkk

PTggKU ];ZW

}RTTKU X:2n49n5

xQyU klmll

 $\cup$ 

QRONxKggMU V8204504729r50kkk

PTggKU ]86r72















}RTTKU X:2n49n5

xQyU klmll

 $\cup^{\wedge}$ 

xgOTSKNaRgTSKNRKNxaJ

p40Zn5:rs0;q3n:450n756qn:450740;W1X02q20r5:r0srq403r0tn5:r9

MMTSP	QSN{ Ml{ yPg	RK	PSP MRTLMSRK	PKg gTϕTRP	PSPNOK yPϕPLMSRK	PKg yPϕK	PKg STTEPOK	bMα	bTS}Pi-K	PKg ¥TSK{xgOTSK iS
00000©j°0m0\\1V	l	j <sup>Ⓐ</sup> ©	lk«kçj <sup>Ⓐ</sup> ©	V-0jlll	k <sup>Ⓐ</sup> «lk«çj <sup>Ⓐ</sup> ©	jlll	jlll	<div>3330</div> <div>0@n5.qn640340j272sr7:4</div>	~8n:234	lll
00000©°°0m0[tX	a	j <sup>Ⓐ</sup>	j«kçj <sup>Ⓐ</sup>	V-0j±°lll	jj«lk«çj <sup>Ⓐ</sup>	j±°lll	j±°lll	<div>3335</div> <div>0@n5.qn640340j272sr7:4</div>	~8n:234	lll
00000 <sup>°</sup> kj0m0[t	a	j <sup>Ⓐ</sup>	k <sup>Ⓐ</sup> «lk«çj <sup>Ⓐ</sup>	V-0°ll	j«lk«çj <sup>Ⓐ</sup>	°ll	°ll	<div>3336</div> <div>0@n5.qn640340j272sr7:4</div>	~8n:234	lll
00000jll0m0;tV\	a	j <sup>Ⓐ</sup>	k <sup>Ⓐ</sup> «lk«çj <sup>Ⓐ</sup>	V-0 <sup>°</sup> klll	j«lk«çj <sup>Ⓐ</sup>	<sup>°</sup> klll	<sup>°</sup> klll	<div>333f</div> <div>0@n5.qn640340j272sr7:4</div>	~8n:234	lll
00000 <sup>°</sup> kj0m0[t	a	j j	k <sup>Ⓐ</sup> «kçj j	V-0°ll	<sup>°</sup> k«lk«çj j	°ll	°ll	<div>333</div> <div>0@n5.qn640340j272sr7:4</div>	~8n:234	lll
00000jll0m0;tV\	a	j j	k <sup>Ⓐ</sup> «kçj j	V-0 <sup>°</sup> klll	<sup>°</sup> k«lk«çj j	<sup>°</sup> klll	<sup>°</sup> klll	<div>333 </div> <div>0@n5.qn640340j272sr7:4</div>	~8n:234	lll
00000 <sup>°</sup> kj0m0[t	a	j j <sup>Ⓐ</sup>	k <sup>Ⓐ</sup> «lk«çj j <sup>Ⓐ</sup>	V-0°ll	j°«lk«çj j <sup>Ⓐ</sup>	°ll	°ll	<div>3331</div> <div>0@n5.qn640340j272sr7:4</div>	~8n:234	lll
00000jll0m0;tV\	a	j j <sup>Ⓐ</sup>	k <sup>Ⓐ</sup> «lk«çj j <sup>Ⓐ</sup>	V-0 <sup>°</sup> klll	j°«lk«çj j <sup>Ⓐ</sup>	<sup>°</sup> klll	<sup>°</sup> klll	<div>3303</div> <div>0@n5.qn640340j272sr7:4</div>	~8n:234	lll
00000 <sup>°</sup> kj0m0[t	a	j j j	k <sup>Ⓐ</sup> «lk«çj j j	V-0°ll	j <sup>Ⓐ</sup> «lk«çj j j	°ll	°ll	<div>3300</div> <div>0@n5.qn640340j272sr7:4</div>	~8n:234	lll
00000jll0m0;tV\	a	j j j	k <sup>Ⓐ</sup> «lk«çj j j	V-0 <sup>°</sup> klll	j <sup>Ⓐ</sup> «lk«çj j j	<sup>°</sup> klll	<sup>°</sup> klll	<div>3305</div> <div>0@n5.qn640340j272sr7:4</div>	~8n:234	lll
00000©j 0m0\\1V	a	j j j	<sup>Ⓐ</sup> k« <sup>Ⓐ</sup> kçj j j	V-0j «	<sup>Ⓐ</sup> k«kçj j j	j «	j «	<div>3306</div> <div>0@n5.qn640340j272sr7:4</div>	~8n:234	lll
00000©°°°0m0[tX	a	j j j	<sup>Ⓐ</sup> « <sup>Ⓐ</sup> « <sup>Ⓐ</sup> kçj j j	V-0j±°lll	«« <sup>Ⓐ</sup> kçj j j	j±°lll	j±°lll	<div>330f</div> <div>0@n5.qn640340j272sr7:4</div>	~8n:234	lll
00000 <sup>°</sup> kj0m0[t	a	j j k	k <sup>Ⓐ</sup> «lk«çj j k	V-0°ll	j «lk«çj j k	°ll	°ll	<div>330e</div> <div>0@n5.qn640340j272sr7:4</div>	~8n:234	lll
00000jll0m0;tV\	a	j j k	k <sup>Ⓐ</sup> «lk«çj j k	V-0 <sup>°</sup> klll	j «lk«çj j k	<sup>°</sup> klll	<sup>°</sup> klll	<div>3304</div> <div>0@n5.qn640340j272sr7:4</div>	~8n:234	lll
								cKSPNOMhTOKNMLN <sup>3°</sup> {μ}f{-μ-. N;MLNgMPT`U		lll
								cKSPNOMNgOTSKNMLN <sup>3°</sup> {μ}f{-μ-. N;MLNgMPT`U		lll

dM€MROPNOKNxPLKNbTs)Pi-K  
0V;Z0m0J]272sr7:4064s0Vr68q540W3sn7n5:q2:n40¹:4s0Zorn:40°85r75n4°  
0V°Z0m0J]272sr7:4064s0Vr68q540W3sn7n5:q2:n40¹rs0Zorn:40°85r75n4°  
0V[;0m0J]272sr7:4064s0Vr5:qnp40[rs4q»qnp203r0;4¼q272  
0:Z0Vr42340m0Zorn:40°85r75n40Vr4234  
0V0m0J]272sr7:4064s0Vr68q54083n6n29  
0V0m0J]272sr7:4064s0Vr68q5401r7r234  
01Y0m0J]272sr7:4064s012:203r0l8¼9n62p407401n»qna40Yon6n2903207np4  
0:10m0J]272sr7:40X756qn:40740;W1X  
01W0m0J]272sr7:40X756qn:407201½n320W:n2  
0Z0m0J]272sr7:40rs0Zr68p4083n6n29  
0²Z0m0°85r752020mn¼An9n323r04q0o4q20340ws0J©k«Vtt;t«Vtt;03r0l«l«jll©01r6qr:407¼0²±jll«jll0r01r6n5p40;10¼l0qr87np40¼j««jll°  
0wY0m0w89:203r0Yo½6n4  
0JY0m0J]272sr7:403r0Yo½6n4  
0l0m0l2q6r92sr7:4A0J]272sr7:40l2q6r9234  
0lW0m0l2q6r92sr7:4A0l2q6r92  
0A0m0Ar7ro½6n40tn5629

ÂNOM NqMçTSqK

yC TRPUNNÄ<sup>3</sup>ÄNNNNNÄagÄNNÄ MÄÄN

0000Ycgnpnd	00074g:2g076r00
-------------	-----------------

300

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

)\*%2'+ 2!\*- %) )'2/%)%!)\*)(\*%!2%.)"&  
https://infoleg.gub.uy/leg/leg-acta/leg-acta-1964-1965-1966-1967-1968-1969-1970-1971-1972-1973-1974-1975-1976-1977-1978-1979-1980-1981-1982-1983-1984-1985-1986-1987-1988-1989-1990-1991-1992-1993-1994-1995-1996-1997-1998-1999-2000-2001-2002-2003-2004-2005-2006-2007-2008-2009-2010-2011-2012-2013-2014-2015-2016-2017-2018-2019-2020-2021-2022-2023-2024-2025-2026-2027-2028-2029-2030-2031-2032-2033-2034-2035-2036-2037-2038-2039-2040-2041-2042-2043-2044-2045-2046-2047-2048-2049-2050-2051-2052-2053-2054-2055-2056-2057-2058-2059-2060-2061-2062-2063-2064-2065-2066-2067-2068-2069-2070-2071-2072-2073-2074-2075-2076-2077-2078-2079-2080-2081-2082-2083-2084-2085-2086-2087-2088-2089-2090-2091-2092-2093-2094-2095-2096-2097-2098-2099-2100-2101-2102-2103-2104-2105-2106-2107-2108-2109-2110-2111-2112-2113-2114-2115-2116-2117-2118-2119-2120-2121-2122-2123-2124-2125-2126-2127-2128-2129-2130-2131-2132-2133-2134-2135-2136-2137-2138-2139-2140-2141-2142-2143-2144-2145-2146-2147-2148-2149-2150-2151-2152-2153-2154-2155-2156-2157-2158-2159-2160-2161-2162-2163-2164-2165-2166-2167-2168-2169-2170-2171-2172-2173-2174-2175-2176-2177-2178-2179-2180-2181-2182-2183-2184-2185-2186-2187-2188-2189-2190-2191-2192-2193-2194-2195-2196-2197-2198-2199-2200-2201-2202-2203-2204-2205-2206-2207-2208-2209-2210-2211-2212-2213-2214-2215-2216-2217-2218-2219-2220-2221-2222-2223-2224-2225-2226-2227-2228-2229-2230-2231-2232-2233-2234-2235-2236-2237-2238-2239-2240-2241-2242-2243-2244-2245-2246-2247-2248-2249-2250-2251-2252-2253-2254-2255-2256-2257-2258-2259-2260-2261-2262-2263-2264-2265-2266-2267-2268-2269-2270-2271-2272-2273-2274-2275-2276-2277-2278-2279-2280-2281-2282-2283-2284-2285-2286-2287-2288-2289-2290-2291-2292-2293-2294-2295-2296-2297-2298-2299-2300-2301-2302-2303-2304-2305-2306-2307-2308-2309-2310-2311-2312-2313-2314-2315-2316-2317-2318-2319-2320-2321-2322-2323-2324-2325-2326-2327-2328-2329-2330-2331-2332-2333-2334-2335-2336-2337-2338-2339-2340-2341-2342-2343-2344-2345-2346-2347-2348-2349-2350-2351-2352-2353-2354-2355-2356-2357-2358-2359-2360-2361-2362-2363-2364-2365-2366-2367-2368-2369-2370-2371-2372-2373-2374-2375-2376-2377-2378-2379-2380-2381-2382-2383-2384-2385-2386-2387-2388-2389-2390-2391-2392-2393-2394-2395-2396-2397-2398-2399-2400-2401-2402-2403-2404-2405-2406-2407-2408-2409-2410-2411-2412-2413-2414-2415-2416-2417-2418-2419-2420-2421-2422-2423-2424-2425-2426-2427-2428-2429-2430-2431-2432-2433-2434-2435-2436-2437-2438-2439-2440-2441-2442-2443-2444-2445-2446-2447-2448-2449-2450-2451-2452-2453-2454-2455-2456-2457-2458-2459-2460-2461-2462-2463-2464-2465-2466-2467-2468-2469-2470-2471-2472-2473-2474-2475-2476-2477-2478-2479-2480-2481-2482-2483-2484-2485-2486-2487-2488-2489-2490-2491-2492-2493-2494-2495-2496-2497-2498-2499-2500-2501-2502-2503-2504-2505-2506-2507-2508-2509-2510-2511-2512-2513-2514-2515-2516-2517-2518-2519-2520-2521-2522-2523-2524-2525-2526-2527-2528-2529-2530-2531-2532-2533-2534-2535-2536-2537-2538-2539-2540-2541-2542-2543-2544-2545-2546-2547-2548-2549-2550-2551-2552-2553-2554-2555-2556-2557-2558-2559-2560-2561-2562-2563-2564-2565-2566-2567-2568-2569-2570-2571-2572-2573-2574-2575-2576-2577-2578-2579-2580-2581-2582-2583-2584-2585-2586-2587-2588-2589-2590-2591-2592-2593-2594-2595-2596-2597-2598-2599-2600-2601-2602-2603-2604-2605-2606-2607-2608-2609-2610-2611-2612-2613-2614-2615-2616-2617-2618-2619-2620-2621-2622-2623-2624-2625-2626-2627-2628-2629-2630-2631-2632-2633-2634-2635-2636-2637-2638-2639-2640-2641-2642-2643-2644-2645-2646-2647-2648-2649-2650-2651-2652-2653-2654-2655-2656-2657-2658-2659-2660-2661-2662-2663-2664-2665-2666-2667-2668-2669-2670-2671-2672-2673-2674-2675-2676-2677-2678-2679-2680-2681-2682-2683-2684-2685-2686-2687-2688-2689-2690-2691-2692-2693-2694-2695-2696-2697-2698-2699-2700-2701-2702-2703-2704-2705-2706-2707-2708-2709-2710-2711-2712-2713-2714-2715-2716-2717-2718-2719-2720-2721-2722-2723-2724-2725-2726-2727-2728-2729-2730-2731-2732-2733-2734-2735-2736-2737-2738-2739-2740-2741-2742-2743-2744-2745-2746-2747-2748-2749-2750-2751-2752-2753-2754-2755-2756-2757-2758-2759-2760-2761-2762-2763-2764-2765-2766-2767-2768-2769-2770-2771-2772-27

020

legautenticidadeassinatura.camara.leg.br/2b40ff06-38

64-9c55-96e91f1c97ef SEP 53 11:50 9918/2022-15 / pg. 27

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Agência Nat  
de Telecomu

BOA TARDE

Ricardo Henrique Pereira Nolasco

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

SIGEC >>> CONSULTAS GERAIS >>> Consultar **Códigos de Receita** | internet | teia | menu | ajuda


Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarificação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDA ATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDA ATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA / JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea

5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato Atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 )
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 )
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício



2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Menu Principal

Sistemas Interativos

/01234/21/53647891/

/:3647891/

//,;<=>?@ABC;<DE<>FGH<CIBCJ=AFIBIKLLL

MNOPQRSQTPUVWXYZ[:\]^

T\_a[/bcdbe fdfgghiiijkcf


lmnopQTonmnqQnqQoMmop`prosQrMnm


_ptq	T_`auT`v	q_Monmnq tT	T_a	Tmlwp	xYRy TPYZV	`mIMy p_	`mIMy _	sqlzo{ps Mo`p  v t _oTo`op			
}~:	<u>iicdceidfk</u> <u>b_</u>	0~ :00/0 ~]~ 0	<u>bcdbe fdfgghiiijk</u> <u>cf</u>	53	giiii iii iii			}	kk	:	91384
\ }~:	<u>ccedcdifk</u> <u>f_</u>	0~ :00/0 ~]~ 0	<u>bcdbe fdfgghiiijk</u> <u>cf</u>	093 0}0~	i	kk	kk	}	kk	:	91384
}~\	<u>gidcbidfk</u> <u>b_</u>	0~ :00/0 ~]~ 0	<u>bcdbe fdfgghiiijk</u> <u>cf</u>	53	giiii iii iii			}	kk	:	91384

|VWNP[QZNSXZyPyPXZQqWZNSXZQ:SXXPQRPVQsZUYPVQ

QQQQQQQQQQnZYZ[Quu ;QQQQQQQQQQ#PZ[Q;[E[





Menu Principal ▾

/01234/21/53647891/

/;4789123/

UQVWQYOS[SQR`[ZOOPl»QRTUQPQV|/69;6;9

///9;1 ///| ¼;67/ ||1½721/

Sistemas Interativos

///


//<=>?@ABCD<=EF=?GHI=DJCDK>BGJCJLMMM

NOPQRSTUQVWXYZ[V]^_											
U`aVbbcdcebdffghij											
klmn	Uk`opU`a	nkNqrsrn mU	Uk`o	Ustul	vZSw UQZ[W	`stNw lk	`stNw `k	xntyqzlx Nq`l	{a m{kqUq`q		
}~ :/:}	bbcdcebdffgh ij	:0/::~~ 0 :~0}0_~} 0~	<a href="#">icdecdiagbbbh</a> <a href="#">cb</a>	53 fcbbb bbb bbb				_	hh	]	1
		:0/::~~ 0 :~0}0_~} 0~	<a href="#">icdecdiagbbbh</a> <a href="#">cb</a>	53 fcbbb bbb bbb				_	hh	]	^;42;69; ;983
		:~0}/0~0 0/~}^} 0~	<a href="#">icdiegdqbbbh</a> <a href="#">cq</a>	53 bbbb bbb bbb				_	hh	]	91384


{WXOQ\IR[OTY[wQwQY[RRu[OTY[RmTYYQRSQWRx[VZQWRRRRRRRRRRR[Z\IRppRRRRRRRRRRR Q[\R\i\¢

R

R



© 2014-2022  
Sistemas Interativos

 Menu Principal ▾

-[]] /%4%4b6478914/;14 /%4%4UQVWQYOS[SQR`[ZOOPL&AQRTUQPQ[V69;69 ///9;1 /// /;67/ //1Á721/

/01234/21/53647891/ /;4789123/


///

//<=>?@ABCD<=EF=?GHI=DJCDK>BGJCJLMMM

NOPQRSTUQVWXYZ[V]^_											
U`aVbbcdbebfdghijfi											
klmn	Uk`opU`a	nkNqrsrn mU	Uk`o	Ustul	vZSw UQZ[W	`stNw lk	`stNw `k	xntyqzlx Nq`l	{a m{kqUq`q		
: }~::~   ~:: ::~	bbcdbebfdghij fi	:0/:: } 0 : 0~0~_  0	<u>bdcebdhigi</u> <u>b</u>	0;93  0~}-: 0:		jj	jj	-	jj	]	^;42;69; ;983
		: 0~ /~0 0 0/~ ~^~ 0	<u>bdcidigi</u> <u>bi</u>	0;93  0~}-: 0:		jj	jj	-	jj	]	-91384
		:0/:: } 0 : 0~0~_  0	<u>bdcebdhigi</u> <u>b</u>	0;93  0~}-: 0:		jj	jj	-	jj	]	1
		: 0~ /~:~  /0	<u>hdhfdhigi</u> <u>iq</u>	0;93  0~}-: 0:		jj	jj	-	jj	]	186;3 ]13
		: 0~ /~:~  /0	<u>hdhfdhigi</u> <u>iq</u>	53	e			-	jj	]	186;3 ]13

{WXOQIR[OTY[wQwQY[RRu[OTY[RmTYYQRSQWRx[VZQWRRRRRRRRRRRr[Z|IR p\_i¢p£i£pRRRRRRRRRRR¥Q|IR¢i;|S

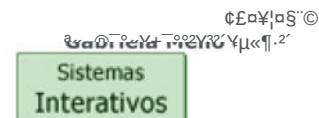
R  
R



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
https://info@autenticadadigital.com.br/legenda/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

020



 Menu Principal ▼

}~]] /,,/ ]36478914/;14 /,,/ UQVWQYOS[SQR`[ZOOPI<sup>10</sup>QRTRUQPQW|O<sup>69</sup>6;9 ///9;1 //// »;67/ //1¼721/

/01234/21/53647891/

/:;4789123/

///

```
//<=>?@ABCD<=EF=?GHI=DJCDK>BGJCLMMM
```

NOPQRSTUVWXYZ[V]^_											
U`aVbcdefgheijklgk											
Imno	Ul`pqU`a	oInrstsonU	Ul`p	Utuv	wZSxUQZ[W	`tuNxml	`tuNx`l	youzr{my Nr`m	la nllrUr`rm		
}~/::	<u>bcdefgheijkl</u> <u>qi</u>	:0/:: 0 :0~0~} 0	<u>afedfebijhhck</u> <u>fh</u>	}53 dji hhh hhh				—	kk	}}	1
		:0/:: 0 :0~0~} 0	<u>afedfebijhhck</u> <u>fh</u>	}53 dji hhh hhh				—	kk	}}	^;42;69; ;983
		:0~/~00 0/~^~} 0	<u>afegiejbbhhck</u> <u>fi</u>	}53 bhhhh hhh hhh				—	kk	}}	~91384

|WxOQ\|R[OTY[xQxQY[RRv[OTY[RnTYYQRSQWRy[VZQWRRRRRRRRRRRs[Z\|RqqRRRRRRRRRRR Q[\R\|

R

R



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

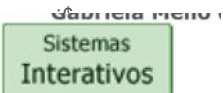
)%2')+!2!!')+!2-)%!'!2!\*!-')!)%'+&+)!(&!+)!2%-")&

leg.br/autenticidade/assinatura.camara.leg.br/2640106-38

54-9c55-96e91f1c97ef  
SEI 55f15.009918/2022-15 / pg. 33

020

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Menu Principal ▾

£¤¥¦§¨ /SS/ :36478914/ r1p4SS/ VRWXRZPT\TRSbW[P|PQ\©ªRSUSVR{QRXpQRq//p69r6q//9qp1/// sq67/ //1«721/

/01234/21/53647891/	/:3647891/
---------------------	------------

///

//,;<=>?@ABCDBEAFGFHBIJ<CKBCL=AFKBKMC=B>CLNHEM>B>

OPQRSTUSVRWXYZ[\]/: ^ _`
Vabc]/defdghfhijjkkklmeh

f

^n3/o3p/q65369r123/21234/53s/q441/p6o3rs1tn3
--

uXYvwPR]SxlywPUZlz[IR{z[RZlyS]S~lywPUZ\SUZZRSTRXSW[RXSSSSSSSSSS[\]SSSSSSSSSSRw\]S]]

S  
S

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.  
https://info3g-autenticacao-assinatura.camara-legis/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

01234156789 9 7 41 9 9 861 066 846

061

01746 1 61 9 97861 6 9 16 46 9 9 1594 694 59476 3415979 781 !" 6 6

686#61 66 846\$

% 7&14261 1'49 1 31489 9 17 86 79 89 1234156789 ( 6 96466 391 1784'789\$

		*+, -./01234+5+*260723583.*290/	
125296*83:2108:2/3523,+99823;<*=5012			
>?@ABCEADF>GHBFIJC KLMKNOMOPPPRRRSTLO U26*0V		18U,*872:6+35+30:91*0WX83+35+3906<2WX8 125296*2/	EYZYDEADYABZIBY SOQSSQSONS
>C@ADA@JBAGYBFY^ *2508310525+35+306208,8/093/652			
Z_ZI^CDECDAGZY[A^AHF@A>ZCD^>C@ADEADaY>ZYGFYb CCCCCCCC			JCBZA 5+U209
HdFeCDADeAGHBFIJCDEYDYZFIFEYEAHAHC>q@FHYDJBFB>HFJY^ PRMSRTSTRRT3T3hijiklmn3km3opkiq			
HdFeCDADeAGHBFIJCDEYDYZFIFEYEAHAHC>q@FHYDJBFB>HFJY^ PsMSOTITRRRT3,qohilinu3voqjmkqomn3km3wqxhmykq3m3qzhoqn3nmoji{qn3km3ix qo} {-q3x13ixhmoxmh KsMSOTRTOO3T3Bzhohn3hijiklmn3km3vziwiklm3x-q3mnmvwi iwln3lxhmoiqo}mxhm			
HdFeCDADeAGHBFIJCDEYD>YZIBAYDIB EFHY RPT3T39qwimklm3+}vomnpoi3/ijhikl			
^CeBYECIBC *3;89+38:12/7+9		>?@ABC SSS	HC@J^A@A>ZC CCCCCCCC
HAI NOMstRTRRR	IYFBBCEFGZBFZC /<1+;2	@I>FH JFC 06208,8/09	va 91
A>EABAIcDA^AZBg>FHC		ZA^AaC>A	
A>ZADaAEABYZFICDBAGJC>GrtA^D AaBb CCCCC			
GFZYIJCdHYEGZBY^ 26072		EYZYDEYDGFZYIJCdHYEGZBY^ sRQRSQRRS	
@CZFIcDEADGFZYIJCdHYEGZBY^			
GFZYIJCdAGJAHFY^ CCCCCCCC		EYZYDEYDGFZYIJCdAGJAHFY^ CCCCCCCC	

YDDFD>DBa[DDDDDD DDi

ADDDSOQRPQRsD¢DSsESRsO3' DD=DD[¥b

J|S'DSQS

© 0ª«~@% ¯%	° ±ª@%	2 3 3
-------------	--------	-------

% !" 64699 6 6 5 86\$ 646 7&1426'9 1'49 3186 9 345669 9 1

9 6 \_\_\_\_\_ \$

6 1 6 36 1 3646 1 0«

017 86 0«

u 868 86

64941

9451 0«



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Anexo Certificados (10560647)

02/03/15:06:59:18/2022-15 / pg. 35

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

01234567947 1 13 2367 139

"#\$%\$#&\$'(&)(* (3(*%")(*)	! +,-.0-.,/,-0-.1.2- 20, +4!5 6 702618265739
---------------------------------	--

.947 1 13 2367 1379 91236726 7:73 7 13 107 7361;71275 713317<4= 770;1<9>1  
3?426@

ABCDABC%\$BEFCGHHFIHJK.0-+L/+0.2- MNHJIOPHQRA S	55 1 S	S	S	S
ABCDABC%\$BEFCGHHFIHJ+;./+-K.0-+L/+0.2- MNHJIOPHQRA S	2367 1 S	S	S	S
ABCDABC%\$BEFCGHHFIHJK.;/T/+;./+ MNHJIOPHQRA S	55 1 S	S	S	S

1772U17VW3576873XY76Y7VZ1219 6733710016[7 1 ?675141Y774742 7 7  
+\\L  
/6 121 7]^D\_`Da\_abX3]b]]%7 767c17 L73=579

de.20+

f-K1+-K-+

173317Y7331Y7710:1<    0123456730:1<    /3676=3673    1713    8V130:1<







\$%&'(\*)+,-.,%./%012+&(+,%  
,-.3456.7.\$/3

89;<=>?@A      BCDBEFDFGGHIIJKCF  
LMN?@      QRSTUVWTSRSXVSXVTYRTUZU[TV[YSR  
O@,=MPA  
]9^\_<\_>@A      QV^U\XVaUbWR[cXIVdddVHV[eWXbRVHVTYRTUZU[TIVHVVVHVVEFdfIKIII

RVWghigVXjklmnhjgVopqprgstVlkVuvkVqgVgwrhxuhyzkV{upVs|pVjkl}prpVkVRrwd  
BtVqgV[phVEDIdGtVqpVJJVqpVnghkVqpVJFFItVjprwh}hjgV{uptVlpvvgVqgwtVg  
pn~rpvgVgjhngVhqplwh}hjgqgVpljklwrgKvpVpnVvhwugyzkVrpugrV~prglwpVk  
oulqkVqpVagrglwhgVqkVYpn~kVqpV\prhjkVKVoaY\D

UV~rpvplwpVWprwh}hjgqkVlzkVvprhrVqpV~rkgVjklwrgVjkxrglygVqp  
{ughv{uprVqxhwkvVrp}prplwpvVgVjklwrhxuhypvVpHkuVpljgrkvVqphqkvt  
qpjkrplwpvVqgvVkxrhgypvVjknVkVoaY\D

MP=^M^\_AJCHIGHIdVgVJfHIBHId  
\_<==;M>?@\_<@AIdIGJCIdICGCGIdGJIC

Tl}krngyzkVkwxwhqgVpnVJFHIGHIdVJdJCI

RVuwshgzykVqpvwpVWprwh}hjgqkV~grgVkvV}hlvV~rphwwkvVpnV[phVpvg  
jklqhjhklgqgVgVprh}hjgyzkVqpVguwplwhjhqgqpVlkVvhwpVqgVWghig  
;M=M@<





(Im  
(l"n[!o

0123456791 34515 4373243

!"#\$%&!"  
 ()\*+),-+-. /00012\*-  
 3456789:,101;0-/0:<  
 =>65?71-/0:/0:<@AB1<1<:0  
 CDE56D61./1:/0:<21,0#F845484D'65DB@F84D6B6D6D4D  
 6BGD=>65?7+

345H5FD2BIG 254704551514347J7435KL324M1N444O @  
 58BF354#D'8 (BP89 QRSQTUSUVVWXXXYZP@ 9670793 F  
 58D65>E848[D8FDF58DE6\63B3DPDE]5B4DB+  
 345675456DFPDB8BD34B+.;2, <26D8BE56D?7  
 6DB!5B63DPDE]@DF3BF84D6B>EDB!5B8B+^1+;;0/:011  
 1<+;./:01)@8401/:0::6D\_(@6:16`D8536:0::+  
 B6D6BF8B4D84B6B4D34567B763B>8BDP5E56D66B  
 35PG8D5B63DPDE]+  
 FDB6>BBD`G3a65FD@D34567D4B4DD>3BD3ED?7  
 D46BBBGBB4DPEF584B@Dbc8F5DBGH5E5D5B+  
 DF54D?76B4DF34567F865F58D2BA\35H5FD?76BGD  
 DG4845F56D68>34DE635PG8DE"G>35363DPDE]8D  
 84384#]44>///ddd+4B4+`GB+P3'+  
 345675456Db3D4G54D84+

49N72Le674LJ723931  
 [D8FDF58DE6\63B3DPDE]5B4DBF8B4DB6D6B  
 8FBBf35BA56845H5FD?76DB>BBDB8D4G3D5B`G3a65FDB  
 58D65>E84B>3D84D(GB45?D63DPDE]IGD84ABP35bD?gB  
 B4DPEF56DBB848?DF868D4h35D43D8B54D6D`GEbD6G  
 DF36B`G65F5D5B43DPDE]5B4DB@58FEGB5\8F8F3884DB  
 3FE]584B>3\568F5f35B@D]83f35B@DFGB4DB@D  
 EG84BGD3FE]584B64358D6BE5iG6F3384B  
 6=FG?76DF36BH53D6B>3D84\$585B4j35 kPE5F6  
 3DPDE]@5BB768F5E5D?7 3j\5DG6D5B4a4GEBIG@>3  
 65B>B5?7EbDE@F845\3H3?D=FG45\D+



k\56DBBGbB4gBF864p4B4+`GB+P3

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Anexo Certidão (10560647)

SEI 33115.009918/2022-15 / pg. 38

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

012345672109 12 79540413295404104  
0 !"3#!2" #!\$!% \$"\$&#'

0123440(7)\*+,-./01-+2-+345\*+674\*+8/,973:-,2/+9+959:41-9+;0/84997-59\*+6707)3(41  
:0-15:-<=/+,-9+8/1-08-9+2/+>9:-2/+24+?-,:-+@-:-05,-+AB1)4(1321)1(&12+8/,;0-C

7(1254704551514347 74)35  
D-5E+2/+@FGHC+IJKILMKMNN+  
G-O9+4,2404</+2-+9424+C+PDQ?RS+  
>9:-2/+4,2404</+2-+9424+C+?QFTQ+@QTQDRFQ+  
U7,58O;5/+4,2404</+2-+9424+C+RTQRVGVSR?+  
>,2404</+2-+9424+C+DK+HV?>+WVF@QSX>?\*+YYY+PQRDDV+SZ@>FQ+

@40:52=/+415:52-+[9+YCY]J+24+M^\_N^`\_`YK+

-a+V9+2-2/9+674+940b50-1+24+;-0c14:0/+;-0-+-+04-35E-<=/+2-+d798-+4+;-0-+4e;425<=/+249:-+840:52=/+9=/+24  
049;/,9-d5352-24+2/f-a+9/3585-,-;4\*+5,4e59:5,2/+67-36740+8/,4e=/+8/1+-+D4845:-+g4240-3+/7+/7:0-+5,9:5:75<=/  
;hd358-+;-0-+-7:4,:58-<=/+2-9+5,./01-<i49+;049:-2-9\*+8/1;4:5,2/+/-f[a+5,:40499-2/f-a+/7+249:5,-:j05/f-a  
97-+8/,40k,85-K

da+@40:52=/+4e;4252-+l0:-75:-14,:4\*+;/9+;401/9+2-+D49/37<=/+@FH+,K+^`^`\_`\_+4+D49/37<=/+@/,m7,-  
WG^@WH+,K+N^`\_`YK+





01213456179 29  
36  
2

6419 773141! 70 14739 2 41! 9 9514736 " 41!73 73461#473  
9 6 13 \$9%!19 41! 9 #21 7

&  
2'(6 91719 9 9 14 177"13"49  
2)(\*+,\*-.,//01112+.

345567869:&.&9;<4;=:&94&6&>6?4@96&A6B;:@67&B:C<6<&4&;@5B<484<&DE6;5DE4<&9F8;965&94  
<45G:@56C;7;9694&9:&5EH4;=:&G655;8:&6B;l6&;94@=;J;B69:&DE4&8;4<4l&6&54<&6GE<6965K&L&B4<=;J;B69:

deB:@5=6l&9LC;=:5&69l;@;5=<69:5&G476&N4B<4=6<;6&96&34B4;=6&>494<67&9:&O<65;7&P3>OQ&B:l  
4R;S;C;7;9694&5E5G4@56&@:5&=4<l:5&9:&6<=T&UVU&8&6&TW4;K@94&YV&94&:E=EC<:&94&UZ[[&l  
j^9;S:&\_<;CE='<:&A6B;:@67&P]\_AQK&:E&:CH4=:&94&94B;5a:&HE9;B;67&DE4&94=4<l;@6&5E6  
945B:@5;94<6ba:&G6<6&J;@5&94&B4<=;J;B6ba:&96<4SE76<;9694&J;5B67K&:E&6;@96&@a:&84@B;9:5o

le @a:&B:@5=6l&;@5B<;bf45&4l&gF8;96&h=;86&96&i@;a:&PghiQ&@6&j<:BE<69:<;6lk4<67&96&>6?4@96  
A6B;:@67&Pjk>AQT

]@J:<l4&9;5G:5=:&@:5&6<=5T&YmV&4&Ym[&9:]\_AK&45=4&9:BEl4@=:&=4l&:5&l45l:5&4J4;=:5&96&B4<=;9a:  
@4S6=;86T

n5=6&B4<=;9a:&L&8`7;96&G6<6&:&45=6C474B;l4@=:&l6=<;?&4&5E65&J;7;6;5&4K&@:&B65:&94&4@=4&J494<6=  
=:9:5&:5&^<Sa:5&4&JE@9:5&GoC7;B:5&96&69l;@;5=<6ba:&9;<4=6&6&474&8;@BE769:5T&34J4<4l54&p&5;=E6ba  
5EH4;=:&G655;8:&@:&qIC;=:&96&3>O&4&96&jk>A&4&6C<6@S4&;@B7E5;84&65&B:@=<;CE;bf45&5:B;6;5&G<48;  
@65&67F@465&r6r&6&r9r&9:&G6<`S<6J:&o@;B:&9:&6<=&5&VU&K&6&QW4;8@4&HE7u:&94&UZZUT

h&6B4;=6ba:&945=6&B4<=;9a:&45=`&B:@9;B;:@696&p&84<;J;B6ba:&94&5E6&6E=4@=;B;9694&@6&v@=4<@4=K  
4@94<4b:5&wu==GMxx<JCTS:8TC<y&:E&wu==GMxxzzzTGSJ@TS:8TC<yT

j4<=;9a:&4l;=:96&S<6=E;=6l4@=4&B:l&C654&@6&j:<=6<;6&]:@HE@=6&3>QWJ&X&W&K&94&YxUmXymUtT  
nl;=:96&p5&mXMV{MtX&9:&9;6&YsxmYxYmY{&wu:<6&4&96=6&94&O<65F7;6yT  
|`7;96&6=L&YXxmsxYmY{T  
j^9;S:&94&B:@=<:74&96&B4<=;9a:M&+}} ,9+\*},~+\* ,++/\*  
E67DE4<&<65E<6&:E&4l4@96&;@867;96<`&45=4&9:BEl4@=:T



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Anexo Certidão (1056047)

SEI 33115-009918/2022-15 / pg. 40

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



4a`

b`cdefg

012345678191 6

0 !"#!#\$%&&&'(#

)\*\*+, -./00/12)130/+4+5)./+\*3+/6+,/1.\*72)-)2)7082+2+\*/9-1/+\*6)-1)2);+\*)2+<62+/\*=>7)231?17+/0  
:6).@070.\*3+;=.+<2)\*).3)/+3+=<)./A.71+\*);.0;)/070.321861.3)+71;+1/).31?17+/0=2),+31-+\*+0\*3218630\*=  
/9-1/+31-+)/);+1\*/>8130\*+;/;1.1\*32+/0\*<),+72)3+21+/\*3+/0/+4+5)./+!

B9C19DE1F3G6	)1.HI#I"%\$\$=23!' J
0K2351L6 35DL81	MI&'J&'&'MMI&
B6D6L3329981	M %&J%M&MI"N&\$N"
O6L6L34F3PQRSRTUUVW5DXYZT	MJ%&\$%M&MI

+63).3171+/)/)\*3+7)231/@0 /)-)2[\*]270.?12;+/.+<[1.+/(+)72)3+21+/\*3+/0 /+4+5)./++.3)2.)3=.0 )./2)]0N  
^33<N%%\_\_!\*)?!\*7!\0-!82



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Anexo Certidão (10560647)

31/05/2022-15 / pg. 41

\*3)/076;).30?01+\*\*1.+/0/1\13+.;).3)  
h2C5399132YSiUjjRYRjYYi

klmnopqrsrtuvwxxykzkl{vruyk[lr{k}k~v{krrrrf{ooqlar

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



77777  
(6 @6@0 )! A(#)  
66 ! 00?

!77\*1.50/5=0=>1>9=>2  
0<231      %7 73  
1-->      1+50.5=0=>

6 !"#\$%&'&' #

0123567891 17

6! # !!! #(#) )!0(\*+,+-.//0001,.

331\*67# \$#0)% :>>>C)37

(\*      -.>D0000

735@\* 7B1 5

1

32231333727333774

1217911      7 73

\$131      1 7

3732

357216372733377911722313713 7191  
737817738774  
78377 33371313137231633972731771:  
232133533373;1112331373914

B1311 3

E\$FG6GE./1

7 73112311331 77137353712311B1311 3512714

7B1 H I:1.3913=0=>



2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



**Data de Envio:**

19/06/2023 13:27:52

**De:**

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

**Para:**

cgfm@mcom.gov.br

**Assunto:**

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

**Mensagem:**

Processo nº: 53115.009918/2022-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA. (CNPJ nº 75.789.966/0001-59), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itaiópolis/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

## NOTA TÉCNICA Nº 8910/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.009918/2022-15

INTERESSADO: RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NECESSIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL.

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo de interesse da RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA., no bojo do qual foi manifestado o interesse na renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Itaiópolis/SC, referente ao seguinte período: 18/08/2022 a 18/08/2032.

### ANÁLISE

2. Inicialmente, deve-se registrar que a análise dos pedidos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens leva em consideração as disposições constantes, em especial, na Constituição Federal, na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967, bem como no Decreto nº 52.795/1963.

3. Com efeito, procedeu-se à análise da documentação apresentada pela Entidade, restando concluído que, para a regularização do pedido, **a interessada deverá apresentar o seguinte documento**

### RELATIVOS À ENTIDADE E AOS SÓCIOS

3.1. certidão simplificada emitida pela Junta Comercial (ou órgão de registro equivalente), atualizada, em que conste o atual quadro societário e diretivo da Entidade;

### CONCLUSÃO

4. Diante do exposto, opina-se pela remessa de cópia desta Nota Técnica à Entidade, a fim de que, no prazo de **30 (trinta) dias** contado da data de recebimento do ofício de encaminhamento, apresente o referido documento relacionado no **parágrafo 3º**, na forma da Portaria nº 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no Diário Oficial da União do dia 18 de maio de 2023.

À consideração superior.

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos**, **Técnica de Nível Superior**, em 19/06/2023, às 14:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801c4964-9c55-96e91f1c97ef>

Nota Técnica 8910 (1699069)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 44

2b40ff06-3801c4964-9c55-96e91f1c97ef



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10960685** código CRC **A1D670AF**

## Minutas e Anexos

Não Possui.

**Referência:** processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 10960685



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Nota Técnica 8910 (10960685)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 45

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

OFÍCIO Nº 16644/2023/MCOM

Brasília, 19 de junho de 2023.

Ao (À) Senhor (a)  
Representante Legal da  
**RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA. (CNPJ Nº 75.789.966/0001-59)**  
R. José Gonçalves, 333 - Bairro Lucena  
89.340-000 - Itaiópolis/SC

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO OU ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 53115.009918/2022-15**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Encaminho cópia da Nota Técnica nº 8910/2023/SEI-MCOM, com vistas ao atendimento da exigência formulada por este Ministério das Comunicações, **no prazo de 30 (trinta) dias** da data do recebimento desta notificação.

2. **A documentação deverá ser encaminhada exclusivamente por intermédio de Protocolo Digital do Ministério das Comunicações, acessível a partir do hiperlink**

- **Protocolo Digital do MCom** (<http://www.gov.br/pt-br/servicos/protocolar-documentos-junto-ao-ministerio-das-comunicacoes>).

3. Para utilizá-lo, é necessário a realização de cadastro no portal gov.br. Caso não possua o referido cadastro, é possível solicitá-lo por meio do seguinte endereço: <https://acesso.gov.br/>.

4. **No expediente da resposta deverá ser mencionado o número deste Ofício em referência, condição para que o pleito seja analisado.**

5. A não apresentação da documentação a tempo e modo adequado poderá ensejar na adoção de medidas administrativas cabíveis.

6. Por fim, reafirmo que esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica permanece à disposição para prestar quaisquer outros esclarecimentos necessários.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Ofício 16644 (10366716)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 46

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

Atenciosamente,

Documento assinado por delegação da Secretaria de Comunicações Social Eletrônica, na forma da Portaria n.º 9.383, de 17 de maio de 2023, publicada no D.O.U. de 18 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos**, **Técnic** de **Nível Superior** em 19/06/2023, às 14:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10960716** código CRC **458E3914**

#### Anexos:

- Nota Técnica 8910 (10960685)

**Referência:** Processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 10960716



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.deg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Ofício 18844 (10960716)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 47

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

**Data de Envio:**

19/06/2023 16:02:21

**De:**

MCOM/Unidade de Documentação da Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Comercial  
<sei@mcom.gov.br>

**Para:**

gerencia101@demais.fm.br  
rmbertoli@hotmail.com

**Assunto:**

ENVIO DE CORRESPONDENCIA OFICIAL DO MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES

**Mensagem:**

PROCESSO Nº: 53115.009918/2022-15

INTERESSADA: RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.

ASSUNTO: RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL.

Prezado(a) Representante Legal,

Segue anexa a documentação alusiva à análise do processo de renovação acima referenciado, no âmbito do Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Ministério das Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.  
O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

**Anexos:**

Oficio\_10960716.html  
Nota\_Tecnica\_10960685.html



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>



# Cadastro para acesso ao SEI

## CADSEI

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

[Relatório](#)[Consultar](#)[Sair](#)

Consultar e-mails

☐ CPF

☒ CNPJ

CNPJ:

75.789.966/0001-59

Razão Social

Pesquisar

10 ▾1 / 1

Razão Social	CNPJ	Emails
RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA	75.789.966/0001-59	gerencia101@demais.fm.br, rm

10 ▾1 / 1



**RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 53115.009918/2022-15**

Inez Joffily França

Seg, 19/06/2023 16:28

Para: COREP &lt;corep@mcom.gov.br&gt;

Prezado(a),

Informa-se que, apesar da emissora de RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA. (CNPJ nº 75.789.966/0001-59), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itaiópolis/SC, responder aos processos nº53000.064520/2012-59, não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de CASSAÇÃO de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

---

**De:** MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** segunda-feira, 19 de junho de 2023 13:27**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.009918/2022-15

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA. (CNPJ nº 75.789.966/0001-59), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itaiópolis/SC, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://office365.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJIMDOWLWRkODItNGY4NC05ZDYxLW00OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCR...> 1/1

Email Resposta CGFM (40991886)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 50

2b40ff06-3801-4964-9551-96e9114c9146



! "#

## Diário Oficial da União - Seção >

013456789 8 6388883

\$7% %8@8A%(14.3BACD232  
0<8,% %-.3306&877-34EF23230  
6G\$DHIC:C6601E.330,% % %8-5:0.C@\$G:I4AADG:  
BJ@BGA66\$;BAG:AS\$A=AC@%\$:5\$0@I0.06K,% % % -  
533E540% % -AJDAG@%\$:3515 C.A0IL8%-  
69 \*8(9M& &% %&8&877N8  
8 L 7%6( \*%& %8 &8:C@OP&8878(078  
%8\*8& & )Q87R89 \* 8% 8\* AOA@%\$J0S 8%J89 \*-  
J8130.F20T9M& -E.3.3 E.3.350T \*@% \*-  
GUE30EF26E0S%8-30\$34S%8-  
30\$35S%8- 30\$33 S%8-  
30\$332S%8-30\$33340  
4 % 8A77 % -E.3.30

OC:;I032.3.3R23230\$3F

VWXYZX[VVXVY^[]V [VYVZab[Xc\_de\_Zl8  
fZghIjkkj

@88;8 )N@m&& 1.3&8\*8 8%8 BN  
S88 \*68\*878% '8\*57%0m A9& \*% 668& n 8  
A 7%8&8%6 % (m7 C \*8%8M& S88 \*8A9& \*% 6  
68& n 8A 7%8&8%\$7% 8G+ CSAGI8  
= &= 7\*C.A0IL8%-I8 & \* )No48\*17%8  
D % o6( & \* 9 )Q8767%87 .0CJ@:.56136  
828A\*8338 \*%8 )Q870A77 % -K7mt \*%8\*7  
\* ) 5 &8\*8' CSA:5I8\$7 C\* J878' =  
= 7\*0S 8%J89 \*-J8130.F28:0 CJ@:.561  
3.330

gfVYedXVd]pd\_eZlqV]VYZn[VY[YZe^Z

YVgfrXZ[V]VsfhrZ^VdX[  
YVhb[|dtluuvkiw

I&8% 8\*&% %17 9 (8&8 789 %88\*87 -  
;8% \*C8(078;m&J% 6;06K1F03302.3&&  
(\*8GUE060

5A0I\$J4x:;I4\$J:5A  
;88CA4

OC:4\$;32.3.3R2F230\$33

gfVYedXVd]pd\_eZlqV]VYZr  
]VgZdXZ]\_ZXZYedZ  
4:T:CHi4\$4\$SSCAADGI6\$;ByG:A  
C\$GT:zi4\$;0C6\$zHi4\$6GI4B@IC4\$  
IG:D\$5A0:5AJ

VWXYZX[VVXVY^[]Z]eXe[[]VZ\_Y[V]V [VYVZab[

\$7m&8-68@8A%(8A&8;8 )N@m&& |  
;88%8-57%0m A9& \*% 668& n 8A 7%8&8%  
5A6A6%8m C \*8%8M& S88 \* A9& \*%  
8 C % % CSAC;0B 8087% -25J;06K1  
02F03FE.2(6&877)-5E05.3(8  
%8-68%6 5 & \*84P\*89 8 OC;R;06K01  
32030552.54IL8%-I.9 )N88778%87  
%P&87878(\*8%8878& N8 )Q878% 8%8\*9 7  
7% \* 7 n 8 8:7)N86 %78I9BA \*6  
&P' 84P7 ;89 8 OC;R079M& -3.3.3  
3.3.33I4 % 8A77 % -3.3.3A77 \*8'5A6A-  
K &5 77C '8%88%8S88 \*8 C % ;% C 7%6% %  
&653E03F0F35(8\*5 &P-C0A\*% ; 7G% %87668  
8%65 & \*84P7;89 8 OC;R;65305052240

gfVYedXVd]pd\_eZlqV]VYZn[V]Z^Z^-

VWXYZX[VVXVY^[]Z]eXe[[]dtluuvkiw8fZghIjkkk

0<8,% %-.3406&877-33544350  
6G\$DHIC:C6601.340,% % %8-5:0.C@\$G:I4AADG:  
BJ@BGA66\$;BAG:AS\$A=AC@%\$:5\$0@I0.06K,% % % -  
4E333F30;% % -4\$4\$@:A4IGAGISAGJ@4A  
0IL8%-I@8A%(8&L8%(G889 \*S &86  
&&8)N8(\*8768 N8 \*%8 )Q8778)788  
& 8(8P& \*76\$6.78\$9 \* 8%7: 7 78 9 )Q878  
& 788%87 % %1.340S 8%J89 \*-J8  
30.F2 0T \* @% \*-GU3F303E60 S%8-  
30\$304 % 8A77 % -3.3.30

OC:;I032.3.3R230\$32E

gfVYedXVd]pd\_eZlqV]VYZn[V]\_VZY-

YVgfrXZ[V]VsfhrZ^VdX[  
X[^Z]Z[V]VYVg[|dtluuvkiw

A:77N8J&8 )N% '<\*887 \*% J  
&8% JN 7' &8 6\*87713444553404BTAJ\$  
6GIK\$@IC \$ \_I0C@GB;I\$C \$:CSJ: 5\$6 ;06K  
03430524.5' %8(\*GU3305F6FF0

IC:SAG;IC@A4\$J:TS:GA  
6878%8 ;77N

OC:4\$;32.3.3R2330\$323

\$7%8& 8%878(8& 888)8\*8%+&,%%\*-.../009(0.0%8%& 80,%\*6  
'8&1923333

gfVYedXVd]pd\_eZlqV]VYZn[V]eZf

VWXYZX[V]V [dXYZX[|dtluuvkiw8fZghIjkkvi

6&877-3233333506G\$DHICG6013.30;%  
% %8-5:0.C@\$G:I4AADG;BJ@BGA66\$;BAG:AS\$A=AC  
@\$;5\$0@I0.06K,% % % -32FF0,% % % -  
J:0:AG4A45:0.C@GA4IGA4\$=-\$0S;;:IC\$;G\$J:  
\$660IL8%-;% %887% & 878(078988& 8%8  
(8& \*7' %88 7% 8(8& \*7 CSA6:0S 8%  
J89 \*-\*830.F28 \*%8 )870T9M& -E.3.3 E.3.350  
T \*@% \*-GU3305436F0S%8-30\$3ES  
%8-30\$3EFS%8-30\$330  
4 % 8A77 % -E.3.30

OC:;I032.3.3R2330\$33

¡ ¢

¤ ¥ ¦ § ¨  
© ª « ¬ ® ¯

hZedVXV[[]^edegXY[

### RETIFICAÇÕES

087% %@8A%(8A % )N8I %9 8  
I5' S56' \* & 4nl& \* BN88  
(8836C8)N26'n9 F6878\*M-\$C6x;:\$-@8  
A%(8A % )N8 %9 8I5' S56 % %8  
;&877N&8\*8 8%8 BN8 6\$G5:CC:I0yG:A6S  
)NA%8 A \*0\*8 78-6AG@-\$C-BN8S )NA%8  
A \*0\$C6x;:\$-@8A%(8A % )N8 %9 8I5'  
S56 % %8;&877N&8\*8 8%8 BN8 6\$G  
5:CC:I0yG:A6S )NA%8 A \*0

No extrato do Termo Aditivo de Adaptação de Outorga de OM para FM, publicado no Diário Oficial da União de 18 de novembro de 2016, Seção 3, página 7, onde se lê: OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Monteiro, estado da Paraíba, leia-se: OBJETO: Adaptação da outorga de execução do serviço de Radiodifusão Sonora em Ondas Médias para a Outorga de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, no município de Itaipópolis, estado de Santa Catarina.

087% %@8A%(8A % )N8I %9 8  
I5' S56' \* & 4nl& \* BN8338  
(8836C8)N26'n9 F6878\*M-\$C6x;:\$-@8  
A%(8A % )N8 %9 8I5' S56 % %8  
;&877N&8\*8 8%8 BN8 6\$G5:CC:I0yG:A6S  
)N; %% \*A\*( 8; & )Q870I=\$@-I-A % )N  
%9 887&8 )N78(08G 7NC 8I 7  
5m 7' I %9 8G 7NC BS89 M& 5  
\* 6 &P'85 687% GD 8C \*04A@A  
\$ACC:0A@BGA-58(8830D\*8% 77 657%  
887% ;M& 6@8&\*9 6; )Q878; & )Q8768C0  
;\*n J& S )N; \*% \*A\*( 8;  
& )Q870\*8 78-\$C6x;:\$-@8A%(8A % )N8  
%9 8I5' S56 % %8;&877N&8\*8 8%8  
BN8 6\$G5:CC:I0yG:A6Gn6 8&784 %J% 0  
I=\$@-I-A % )N %9 887&8 )N78(08G  
7NC 8I 75m 7' I %9 8G 7N  
C 8S89 M& 5 \* 6 &P'84 %66\$7  
% 5 %D7704A@A\$ACC:0A@BGA-58(88  
30D\*8% 77 657%88\$7% ;M& 6@8&\*9 6  
; )Q878; & )Q8768C0K7m8A %m C\*( C1&  
48%888%8 Gn6 8&784 %J% 0

Zhpd\_eZldZ\_e[dZn[V]XVrV [^fde\_ZaVg

VWXYZX[V]V [dXYZX[|d % ijuvkiw8fZghIjkkk

6&877-E2E53F3F40:0\$D:=;J:4A4\$ 015.30  
;% % %8-AD\$0;:A0A;:I0AJ4\$@-\$J\$;I5B0;:A;I\$C0  
;06K;% % -F3335F30;% % % -SB04A;AI  
4I5;A=GAJ0I0L8%-;% % )N S )N4; \*  
87&8& )N8% 8'87% )N878(078& ' &% )N6  
'8P8F88883 F8 8356  
L8%( %8 8 '88) 250% % 878%8R78(87 A %8\*0  
S 8%J89 \* J83.F28J8353.F0T9M& -F.3.3  
F.E.350T \*@% \*-GU30360S%8-53432  
30\$33E04 % 8A77 % -3.30

OC:;I032.3.3R4243230\$32F

VWXYZX[VVXVY^[]Z]eXe[[]

C89 @8A%(,% %CIG143.33A %8\*4 %  
8A77 % -33.3.3;)% % % -;71&D87%N8\$7'8&%  
O;7%6% P\*8' 78\*87 7:CISG\$@-\$J\$;I5B0;:Az\$C\$  
C:C@\$5ACJ@4A06A=GA0@\$C\$CIBz\$CJ@4A5\$85:  
GA0@\$:0SIG5y@:;AJ@4A5\$R|IL8%- '9 )N  
' 8(9M& &%%8 0 ;\*n 7 \* 4m&  
;I0@GA@I IG:D:0AJ6\*8\*8P820%M7R8787| '  
9 )N S 783;9 8\$78& )N&%%8302  
;\*n 7 \* 1% ( ;I0@GA@I IG:D:0AJ6'55 7|  
'9 )N S 783;9 SP7&S &&&%  
%8403 ;\*n 7 \* 4m& % ;I0@GA@IIG:D:0AJ6  
'55 7|S 8%J89 \*-A%0E5616:8T:8A%0E6::6  
J8130.F2|T \* %(-78( \*8& n|6  
&8771E2EE3.330

Z[eg[V]VYVXeqe\_Zab[

AD88%88S ) 76I) 8%8A8& )N A9M  
& 0 & \*8@8\*8& & )Q87A %8\*687&8P&87 7  
%)Q87\*89 7687&\* 8&89 8\$4:@AJ4\$0I@:S;:AzHI6  
'\* & 4IB 832.3.36C8)N26'n9 3878\*M  
o\$4:@AJ4\$0I@:S;:AzHI0 %5E.383888  
83

AD88%88S ) 76I) 8%8A8& )N A9M  
& 0 & \*8@8\*8& & )Q87A %8\*687&8P&87 7  
%)Q87\*89 7687&\*878%88% \*60I@:S;:AO7R7 L8%O7R  
' 77(O7R ?6 9 \* 8871&O7R06\*8 78o\$4:@AJ4\$  
0I@:S;:AzHI0 %54.38388883  
AD88%88S ) 76I) 8%8A8& )N A9M  
& 0 & \*8@8\*8& & )Q87A %8\*687&8P&87 7  
%)Q87\*89 7687&\*878%88% \*60I@:S;:AO7R7 L8%O7R  
' 77(O7R ?6 9 \* 8871&O7R0o

JJ:AOAJ5\$;4A=AGGA  
D88%88S ) 7I) 8%8A8& )N

CB6\$G:0@040;:A4\$GA4:ISG\$B0;:A  
\$S:C;:AJ:AzHI  
D\$G0;:AD\$GAJ4\$S:C;:AJ:AzHI  
\$C;:G@:GIG\$D:I0AJ0I\$C@A4I  
4\$6\$G0A5=B;I

Z[eg[V]Vre\_eXZab[  
'YVhb[VrVXYde\_]dtluuvkiw8fZghIjkk

6&877-E2E234330IL8%-689N%8%+&,%  
%)N88'87 ' 87% )N878(07&% 78  
%8)N'8(8%& 8&8%8 889 ' 8%78 & &  
8(87 7 & 76%78& & 876& \* 8&8%8  
'8) 76 %8 789 78767% \* 7 B 8I8 & \* A %8\*  
\$7% 6 P BI03688988878& )N8% 6  
&887'8& & )Q87&7% %878% \*878 7 8?70@% \*8  
:%87J& % 7-0\$% \*-3.3.383.73.88  
4.75.EF0\$88)-G K 9 = 8 6014F3=  
T 98= T 98G\$;:\$S6\$ //0& 79(8 8  
% 709(0.8% \* .425E230\$689 767% 7- ' %  
83.3.373,7%8//0& 78%09(00A8% 7  
67% 7-5..357,7%8//0& 78%09(00

OC:4\$;32.3.3R42543230\$

'YVhb[VrVXYde\_]d % uvkiw8fZghIjkk

6&877-E2E2343E0IL8%-689N%8%+&A9  
7)N8n9 8 \*789n76 && 89 Q8783J6  
' D8M& G89 \*\$7% 868 &DG6B 8  
I'8 & \*\$7% 8A\* 9 7BI06B 8I'8 & \*  
\$7% 6 P BI0388 719N7' %& %870@% \*8  
:%87J& % 7-0\$% \*-3.3.383.73.88  
4.75.EF0\$88)-G K 9 = 8 6014F3=  
T 98= T 98G\$;:\$S6\$ //0& 79(8 8  
% 709(0.8% \* .425E430\$689 767% 7- ' %  
83.3.373,7%8//0& 78%09(00A8% 7  
67% 7-...357,7%8//0& 78%09(00

C\$GD:IAJT\$C:AT\$04:C  
D88%8 8 D

OC:4\$;32.3.3R42543230\$

4& 8% 77 9% \*8%8&856

% 3033834.3.369 87%8%  
: 87% % 8; (876<\* & 7= 7\*8 ;:6= 7\*0



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg.autenticidadeassinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

Anexo Atos de Renovação (10597563)

SER 55115:009918/2022-15 / pg. 51

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

0133456789 7 5477734

Diário Oficial da União - Seção =



"3<>?4?4>@2AB@C"3">?2@  
D">E0:9?D">?F

GHIJKLNMNOPHPQJKRMSHTLO

"29B?F2"@U">B?0141+34  
4#7667@79 141+34V@W79\*F #7# 797%\$976  
97766 6 #69 9\$ &X7W 9 # ' 7 %\$&X7#7  
# ' Y &X7\$ 67#9 767%7667.\$7 66# \$6  
# ZZB7#'. " % ZZ->6'9767\$) 679 6%  
#69 9\$ &X7\$)7 67% %\$&X7\$ 667X 69  
\$[6 6%\$9767#776#7 67.\$ 9777# 6  
6 # &X":7 7 67U9\$ #9\$F 4<C: 9 74<C<  
>\$ 7]". ' 70<C>\$ 7]4\$&X7  
\$ 6 V"6" \$ U 6#)74<C: 9 74<C>\$ 7  
]". ' 74<C: 9 7<C>\$ 7]4\$&X7  
\$ 6 V"6" \$ B) 67994<C>\$ 754<CU 6  
# 54<Ca % 54<CF 54<C>7. '74<C<  
3 ]". ' 5D 2 # 2 64<C: 9 74<C<  
>\$ 7]". ' 74<C: 9 74<C>\$ 7]4\$&X7\$ 6  
7]4\$&X7\$ 6 599 4974<C>\$ 7]4\$&X7\$ 6  
' 74<C>\$ 7]4\$&X7\$ 6 5: ' C  
?<797 4<C>\$ 774<CU 6#] ]". ' -

U>"2">9:@b?0?03?:c?2@2A>d"C  
D7797D7'

"3<>?4?B>9D@

MefiOPNHPKfgfLMhiO  
jGHRiOPTkPlmnopqrP6PJMRPqspso

014#766\*414+34-@W79\*47.X"79( #?8\$ 6 &X7 . 6  
/7 6]6)7976 % % 78%7 7967# %5#\$ 6  
9' &X79 .7 u7 " % B .5# ' Y 74 66U\$  
>C-B9 '79976F # 9 6\*4.' 9 \*4+44+347)0v6  
44)7747)0v641)-"77&\*> <35a3w7: 8  
469 '714> 4?CC@UA02@>C\$...#% 6.7  
79 6-.-+7 9 '40t03tw34-"97. 64%69 6\* % 9  
74+44+34v6)06 97...#% 679-...779\$ 6  
4%69 6\*0+44+34v6)06 97...#% 679-...

C">D9@>@<">B@2@BB@  
)77D7'

]C92":41+44+34\_40t034030340"wwwww

IHgGHLMGfMPNHPMxJfgJKLJGMPHPjHlgM

HyLGMLOIPNHPLHGSOIPMNIfEoi

B">3@?29B9@010?@:@0E09@010+347  
B7#7 B7? 9 :z 10+3475C9:@01  
73+34754#76610t-43w7+347345:#7797\*A X5  
% 97' 3 69' ?.\$9\$ 547#Su 7? 697# 79  
'04^+3U[-0w-wt+43:-7797'3\$ #)% \. 7  
0 Y ' +475:04^+3U1-t-0t4-+4wt-@W79\*4. &X  
% Y7 .z# :z 10+3475C9:@01)73+3475  
% 047\$9\$7341-766 9\$ 6'2 ]6U ]' 7C\$Y  
C7#79u 778\$ #9\$ 7476# :4U+3U\*47-44-w737573 \$  
?78 76C 96C\$Y 477 93\$ # % \. 70 Y ' +4?  
'4U\*17-wt-3307-2 9 66 9\$ \*047\$9\$734-

B">3@?29B9@01t?@:@0E09@017+344  
~\$ 9B7? 9 :z 17+3445C9:@01  
1110t+34454#76610t-170+344415:#7797\*  
A X5% 97' 3 69' ?.\$9\$ 547#Su 7? 6  
97# 79:04^+3U[-0w-wt+43:-7797'3\$  
#)% \. 6-7 6+>:5:04^+3U1-3w-413-71+4w-@W79\*  
4. &X% Y7 .z# :z 17+3445C9:@01  
1110t+3445% 07\$9\$7341-766 9\$ 6'2 ]6  
U ]' 7C\$Y C7#79u 778\$ #9\$ 7476# :4U+3U\*  
44-44-w737573 #7 &X: ' 6>] 477 93\$  
# % '476 797: 697< #<C:.'4U\*731-w4-w17-2 9  
66 9\$ \*07\$9\$734-

IHgGHLMGfMPNHPNHIMPGRGOjHgJGfM  
:@@>2"0?d@D">?F2"?4@9@

F?<@>?B>9@0?79@0?F?D>@4":A>9@  
"34"2>@F"@4@F2@

MefiOPNHPKfgfLMhiO  
jGHRiOPTkPnoprP6PJMRPqsppl

014#766\*3444wt34-@W79\*47.X"79( #  
78\$ 6 &X7 69' &X7' u % ' 9/ 7967 9  
F 9/0 # ' ?.%7#Su +3D-B9 '79976F # 9 6\*  
4t- ' 9 \*4+44+347)v643)7740)v641)-  
'77&?-\$^ 6C+5:79:8-9669 t:79  
'4">@F"@4@F2@ 3D\$ ...#% 6.7 7  
9 6-.-+7 9 '40t4134-"97. 64%69 6\* % 9  
74+44+34v6)06 97...#% 679-...779\$ 6  
4%69 6\*4+43+34v6w)6 97...#% 679-...

>"0?B@FA9bD@0:"F"C?>?A^@  
)77C7 &7:7% 6F. +3D

]C92":41+44+34\_40t4340\*44

"697#\$79%7677 # 777&79( #)99%\*+,- -.-> \$979 # 7-)95  
%7#7. 0344441

IHgGHLMGfMPNHPSoFkNMNHPiOgfMK  
NOPiGONJLOGPGJGJK  
HPNOPgOOjHGMLfeIfSO

HyLGMLOPNHPLHGSOPMNIfEoi

4>93"9>@B">3@?29B9@?@?2"B">3@2""".Ad@  
2"C:"0B>?F9b?2?010t7177Y7734-  
"6% # 7\*4. &X7 .z# B77"87#&X276#7  
9 ' Y '77 7973 69' ?.\$9\$ 547#Su 7  
? 697# 797 A 76 7U77 '73 6D7 6AU3D-  
4#766\*34+34t43-2 9 7 66 9\$ \*1+43+34t5  
%. .z# % 04+t+341-47?76:z 079  
C7#79u C\$69 9\$9C3+3?474 \$: 3 9 6.4U\*  
7-347-777w'7?9\$> [7Y:4U\*tt'7-4tt-  
>7 9 AU3D-

IJHGfTLHTNTgfMPHNHGMKPTOPHILMNO  
NHPJHGTM\$JgO

MefiOPNHPKfgfLMhiO  
jGHRiOPTkPnoprP6PJMRPqsppl

014#766\*34034034t-@W79\*47.X"79( #?  
W79 %76797 # 9 &X7. 697%7&67% 8\$ 6 &X7  
7669 %67 97 6778%7 7975#7 #. &765  
# &7658\$ 9 76778 .z# 6769 77# 67697' 9 '767\$6  
786-B9 '79976F # 9 6\*7-' 9 \*4+44+347)  
v643)7747)v641)-"77&?>D7-C 3 9 54  
<W <W >".9U"4"\$...#% 6.7 7  
9 6-.-+7 9 '403tt734-"97. 64%69 6\* % 9  
74+44+34v6)6 97...#% 679-...779\$ 6  
4%69 6\*0+44+34v6w)6 97...#% 679-...

^?9F"0"3?>9?2"F93?  
%+47.X

]C92":41+44+34\_40t34340"

IJHGfTLHTNTgfMPHNHGMKPTOPHILMNO  
NOPMSMj

HyLGMLOPNHPLHGSOPMNIfEOPTkPqnopqrP6PJMRPqspapp

0:7:9 9\*0+34t-  
014#766\*3470134t0-  
4">"Dd@C9C4401+347-9 9 97\*3909CB">9@2??D>9  
:AFBA>?54".A?>9?"<?CB":93"0B@:-04^:9 9 \*  
4030443-9 9 6\*-A"9>@b3?9"FC"DA>?0  
:"9D9F70:9?FB2?@-@W79\*4. &X% Y7  
7# #9 9 . %43]Y7 76765 #9  
73+43+34 4+43+341-U\$ 79F7. \*F7 -+w0-  
:z# \*3+43+34 4+43+341-\ B9 \*\*>7-t5-U97\*  
4340"t-2 9 7766 9\$ \*w+44+34-

]C9:@041+44+34\_4044340"0t

MefiOPNHPKfgfLMhiO  
jGHRiOPTkPnoprP6PJMRPqspapp

014#766\*34-4100+34-@W79\*47.X"79( #?8\$  
6 &X"AD"0@F3"BF9:@5"AD"0@F33"B@97]3  
4">"049F U"0@F5#\$797#) 7379) ""\$757  
8\$ 6 &X?FD@2d@?3"@F"B"@2@0B@FD9:@-B9 '7  
9976F # 9 6\*3-' 9 \*4+44+347)v643)77  
47)v641)tw-"77&?-\$ B 797657w:79:79  
37?:?4? 74 \$ ...#% 6.7 79 6-.-+7  
9 '404t34-"97. 64%69 6\* % 9 74+44+34  
v6)6 97...#% 679-...779\$ 64%69 6\*  
0+44+34v6w)06 97...#% 679-...

<"029B@D@AF?>B2"C@Ab?  
47.7  
C\$69 9\$9

]C92":41+44+34\_4044340"0t

IJHGfTLHTNTgfMPHNHGMKPTOPHILMNO  
NOP\$MLOPRGOIOPNOPIJK

HyLGMLOPNHPLHGSOPMNIfEOPTkPonoprP6PJMRPqspprc

0:7:9 9\*+347-  
014#766\*3433474-  
4">"Dd@C9C4401+347-9 9 97\*3909CB">9@2??D>9  
:AFBA>?54".A?>9?"<?CB":93"0B@:-04^:9 9 \*  
w4431743-9 9 ?F?B"F":@3:@3A09:??@  
34FB93929?FB273"@W79\*797 6#u\$6\$ 6-\$ 9  
]4 Y7].z# 7-\$ 9 ]2 276%76 7 #?6\$X #u\$6\$  
C7.\$: &767c ' 9 &X]7# 79797# % -U\$  
79F7. \*F7 1-+4ww0-\z# "0+4-34  
3w+4+341-\ B9 \*\*>33-7t5-U97\* 4  
340"44-2 9 7766 9\$ \*31+4+34-

]C9:@041+44+34\_4034340\*434

IJHGfTLHTNTgfMPHNHGMKPTOPHILMNO  
NOPGfOPRGMTNHPNOPTOGLH

MefiOPNHPKfgfLMhiO  
jGHRiOPTkPsnoprP6PJMRPqsppos

014#766\*34714w34t-@W79\*47.X"79( #>  
. 697%7&6% #9 9 &X77%76 76%7# 'Y % #  
7#&X77# 797# 6 \$979 9 657' % #  
659 9 % # 67#) 765# 7 65%769 &X767 &67  
#)% 7#) 765 79\$ 7#765 u 67. 797 67 69' &X  
77#) \$ 6% u 67. 797 65% 977v67#76  
6 76 CU?>+05#7# &7658\$ 9 76778 .z# 6  
769 77# 697777z# B9 '79976F # 9 6\*04-  
" 9 \*4+44+347)v644)07747)v641)-  
77&?>".-c 7 7D 654t5> 7 > 7 0?B?F  
>0\$ ...#% 6.7 79 6-.-+7 9 '4030t0  
34-"97. 64%69 6\* % 9 74+44+34v6)6 97  
...#% 679-...779\$ 6 4%69 6\*0+44+34v6  
44)6 97...#% 679-...

C?90B:F?9>:73?>?2@CC?0B@C  
F90c?>C  
C\$%7 97797

]C92":41+44+34\_40304340"10

ⱮⱮⱮ  
ⱮⱮⱮⱮⱮⱮⱮⱮⱮ

RMfTLHPNOP\$TfILGO

HyLGMLOIPNHPLHGSOIPMNIfEoi

:@0B>?B@2":@0:"CCd@  
4?>B"C\*A X7 >u : 69F9 -  
"C4:9""B7? 9 7? %9 &X7\$9. 7@3% U35  
'9 97-#766X#77 797 A X7 4">39C  
C9@0>975>u : 69F9 -  
@<"B@?>? %9 &X \$9. 7787#\$&X67 &7>  
\$6XC 7@ 63' 6% @\$9. 7> \$6XC  
7U78\$z# 3\$ 5\$ #)% 7: 69769 4 u-  
VDE0:9??"77 &X7697B7? 9 X '97 % Y7  
.z# \$9. .u -  
2?B?"?CC90?BA>?"177734-D '79a 66 5  
3 697'69 :z# 5B7#'. 59 &767:\$ # &7657-\$  
&7657C->7 :. 6 69 >u : 69F9 -

4?>B"C\*A X7>u U30974 7 F9 -  
"C4:9""B7? 9 7? %9 &X7\$9. 7@3% U35  
'9 97-#766X#77 797 A09@D 7 4">39C  
C9@0>975>u U30974 7 F9 -  
@<"B@?>? %9 &X \$9. 7787#\$&X67 &7>  
\$6XC 7@ 63' 6% @\$9. 7> \$6XC  
C 7 U78\$z# 3\$ 5\$ #)% 7\* # 7Y )576  
9 4 u-  
VDE0:9??"77 &X7697B7? 9 X '97 % Y7  
.z# \$9. .u -  
2?B?"?CC90?BA>?"177734-D '79a 66 53  
697'69 :z# 5B7#'. 59 &767:\$ # &7657-\$  
'6 C 69 >u U30974 7 F9 -

4?>B"C\*A X7>u :\$7: ) 6F9 -  
"C4:9""B7? 9 7? %9 &X7\$9. 7@3% U35  
'9 97-#766X#77 797 A X7 4">39C  
C9@0>975>u :\$7: ) 6F9 -  
@<"B@?>? %9 &X \$9. 7787#\$&X67 &7>  
\$6XC 7@ 63' 6% @\$9. 7> \$6XC  
C 7U78\$z# 3\$ 5\$ #)% 7397 5769  
4 | -  
VDE0:9??"77 &X7697B7? 9 X '97 % Y7  
.z# \$9. .u -  
2?B?"?CC90?BA>?"477734-D '79a 66 5  
3 697'69 :z# 5B7#'. 59 &767:\$ # &7657-\$  
# &7657?>? 3 # <79' %\$> >u : 77  
99 %/6 F9 -

4?>B"C\*A X7>u :\$7: ) 6F9 -  
"C4:9""B7? 9 7? %9 &X7\$9. 7@3% U35  
'9 97-#766X#77 797 A X7 4">39C  
C9@0>975>u :\$7: ) 6F9 -  
@<"B@?>? %9 &X \$9. 7787#\$&X67 &7>  
\$6XC 7@ 63' 6% @\$9. 7> \$6XC  
C 7U78\$z# 3\$ 5\$ #)% 7: ) 65769  
7C 9 :  
VDE0:9??"77 &X7697B7? 9 X '97 % Y7  
.z# \$9. .u -  
2?B?"?CC90BA>?"177734-D '79a 66 5  
3 697'69 :z# 5B7#'. 59 &767:\$ # &7657-\$  
# &7657?>? :\$ 6< 9 69 69 >u  
:\$7: ) 6F9

2#\$79 66 .9 '797#734

6 3-33737++3458\$7 69 9\$  
9 769\$9\$ 7) 764'; # 6< 6'7 9:4< 6< -



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.br/autenticidade/assinatura/camara-leg-br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Anexo Atos de Renovação (10397563)

SEI 55115-005918/2022-15 / pg. 52

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE CONCESSÃO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E A RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA., OBJETIVANDO A ADAPTAÇÃO DA OUTORGA PARA A EXECUÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA, NO MUNICÍPIO DE ITAIÓPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA.

Aos 16 (dezesseis) dias do mês de NOVEMBRO do ano dois mil e dezesseis, a **UNIÃO**, representada pelo Ministro de Estado da Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, **GILBERTO KASSAB**, e a **CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.**, doravante denominada **PERMISSIONÁRIA**, C.N.P.J. n.º 75.789.966/0001-59, representada por seu procurador, Raniéri Moacir Bertoli, inscrito no RG. n.º 1.253.363, SSP/SC, CPF n.º 558.534.129 - 49, assinam o presente Termo Aditivo ao Contrato de Concessão celebrado entre a **UNIÃO** e a **PERMISSIONÁRIA** objetivando a adaptação da outorga para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, decorrente da concessão outorgada à **RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.**, por meio do Decreto n.º 87.251, de 07 de junho de 1982, publicado no Diário Oficial da União de 09 de junho de 1982, para executar o serviço de radiodifusão sonora em onda média, na localidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina. A execução do serviço, objeto do presente Termo, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, pelo Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, pelo Contrato de Concessão e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

**Cláusula 1ª.** Fica outorgado à **RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.** o canal 266 (duzentos e sessenta e seis), correspondente à frequência 101,1 MHz, destinado à execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos previstos no Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013.

§ 1º. A celebração deste Termo Aditivo não altera os prazos e condições previstos no Contrato de Concessão, inclusive no que concerne à localidade de execução do serviço e ao seu prazo de vigência, sem prejuízo de sua renovação, nos termos da legislação em vigor.

§ 2º. Enquanto não estiver concluído o processo de renovação de que trata o Decreto de 13 de outubro de 1994, publicado no Diário Oficial da União de 14 de outubro de 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo n. 81, de 1996, publicado no Diário Oficial da União de 20 de agosto de 1996, a execução do serviço será mantida em caráter precário, podendo ou não a renovação vir a se concretizar.

**Cláusula 2ª.** A **PERMISSIONÁRIA** é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente Termo Aditivo no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) apresentar projeto de aprovação de locais e uso de equipamentos ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contado da publicação do extrato do presente Termo Aditivo;
- c) após instalada a estação de transmissão, requerer ao Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações a expedição de Licença para Funcionamento de Estação;
- d) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação do ato de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União.

**Cláusula 3ª.** O canal de radiofrequência outorgado à **PERMISSIONÁRIA**, para a prestação do serviço objeto do presente Termo Aditivo, não constitui direito de propriedade e ficará sujeito às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier





disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

§ 1º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a PERMISSIONÁRIA atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

§ 2º O Ministério Ciência Tecnologia Inovações e Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição dos canais de radiofrequência outorgados, por motivo de ordem técnica, defesa nacional, necessidade dos serviços federais ou para melhor aproveitamento do espectro radioelétrico.

§ 3º A substituição de canal de radiofrequência poderá se dar, ainda, a requerimento da PERMISSIONÁRIA, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou autorizadas.

**Cláusula 4ª.** O não cumprimento dos prazos estabelecidos nas alíneas "b" e "d" da Cláusula 2ª caracterizará o desinteresse da PERMISSIONÁRIA na adaptação da outorga, implicando a revogação da outorga do respectivo canal de radiofrequência para operação em frequência modulada.

**Cláusula 5ª.** Findo o prazo da permissão para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, se não houver renovação e esta for declarada perempta ou, ainda, se antes de vencido o prazo de outorga for a concessão cancelada ficará o presente Termo Aditivo automaticamente rescindido, sem que a PERMISSIONÁRIA tenha direito a qualquer indenização ou retorno das operações em ondas médias.

**Cláusula 6ª.** As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste Termo Aditivo.

**Cláusula 7ª.** Ficam ratificadas as demais cláusulas constantes do Contrato de Concessão celebrado entre a UNIÃO e a PERMISSIONÁRIA para a exploração do serviço de radiodifusão sonora em Ondas Médias no município de Itaiópolis, estado de Santa Catarina.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Termo Aditivo de Contrato de Concessão, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vai assinado pelas partes perante 2 (duas) testemunhas.

**MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA,  
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**

\_\_\_\_\_  
Permissionária





  
Testemunha

  
Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB**, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em 08/11/2016, às 16:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.mc.gov.br/verifica.html> informando o código verificador **1482640** e o código CRC **52CD77B6**.

Referência: Processo nº 53000.018075/2014-17

SEI nº 1482640



739/4

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL de 18 / 08 / 19 82 Página N.º 15380 Encarregado de Revista
---



Termo de Contrato celebrado entre a União Federal e a Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda para estabelecer uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

Aos 09 (nove) dias do mês de agosto do ano de 1982 (mil novecentos e oitenta e dois) no Gabinete do senhor Secretário-Geral do Ministério das Comunicações, Engenheiro Rômulo Villar Furtado, titular do cargo acima citado, e como testemunhas os senhores Antonio Fernandes Neiva, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Telecomunicações - DENTEL e Roberto Blois Montes de Souza, Diretor da Divisão de Radiodifusão do mesmo Departamento, compareceu a senhorita Daniela Galesa de Oliveira, brasileira, solteira, secretária parlamentar, Carteira de Identidade nº 625.646, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, com o CPF nº 225.889.651-72, residente e domiciliada na SQS 403 - Bloco R aptº 303, nesta cidade, Distrito Federal, Procuradora da Rádio Cidade de Itaiópolis, conforme consta do Processo número oitenta e um mil, e setenta e dois, do ano de mil novecentos e oitenta e um, para o fim especial de assinar o presente Termo de Contrato decorrente da concessão outorgada à supramencionada Entidade, através do Decreto número oitenta e sete mil, duzentos e cinquenta e um, de 07 de junho de mil novecentos e oitenta e dois, publicado no Diário Oficial da União do dia 09 subsequente, para estabelecer na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, regendo-se referida concessão pelas cláusulas e condições seguintes:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Anexo Atos de Renovação (10397063)

SEI 5515-009918/2022-15 / pg. 56

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



CLÁUSULA PRIMEIRA: - Fica assegurado à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda., o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade Itaiópolis Estado Santa Catarina uma estação de radiodifusão em onda média de âmbito regional, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato. CLÁUSULA SEGUNDA: - A presente concessão é outorgada pelo prazo de 10 anos e entrará em vigor a partir da publicação deste contrato no Diário Oficial da União. CLÁUSULA TERCEIRA: - A concessionária é obrigada a: a) ter sua Diretoria constituída exclusivamente de brasileiros natos; b) ter seu quadro social constituído exclusivamente de brasileiros, bem como cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; c) admitir para as funções técnicas ou operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão, somente brasileiros, permitido, porém, com autorização expressa do Ministério das Comunicações, o contrato de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a 6 (seis) meses, exclusivamente na fase de instalação e início de funcionamento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos, na forma dos artigos 7º e 8º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; d) manter, efetivamente, na totalidade dos seus serviços 2/3 (dois terços), no mínimo, de pessoal brasileiro; e) não transferir, direta ou indiretamente, a concessão, sem prévia autorização do Governo Federal; f) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado nos prazos previstos nas leis, regulamentos e instruções vigentes e futuras sobre a matéria, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões, imediatamente após o recebimento da intimação, sem que, por isso, assista à concessionária direito a qualquer indenização; g) submeter-se, na forma da lei e dos regulamentos, à fiscalização do Governo Federal, ao qual fornecerá todos os elementos exigidos para esse fim; h) pagar taxas e contribuições existentes ou que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento; i) executar os serviços na conformidade do artigo 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963; j) manter em dia os registros de programação, de acordo com o estipulado no Regulamento aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de





1963; l) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como integrar, gratuitamente, às Redes de Radiodifusão, sob a direção da Empresa Brasileira de Notícias - EBN, sempre que para isso seja convocada pela autoridade competente, para a divulgação de assunto de relevante interesse nacional; m) irradiar, com indispensável prioridade e a título gratuito, os avisos expedidos pela Chefia de Polícia local ou autoridade congênere, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos; n) submeter, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação deste contrato, no Diário Oficial da União, à aprovação do Ministério das Comunicações, o local escolhido para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos; o) inaugurar o serviço definitivo no prazo de 2 (dois) anos, a contar da aprovação de que trata a alínea anterior; p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos e instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço concedido q) não alterar em qualquer tempo, seus estatutos ou contrato social, nem efetivar transferência de ações ou cotas, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal; r) manter a sua estação em perfeito funcionamento com a eficiência necessária e de acordo com as normas técnicas e operacionais que estiverem em vigor ou que vierem a ser fixadas pelo Ministério das Comunicações; s) manter a sua escrita e contabilidade padronizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações; t) não firmar qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências consignadas e à exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia autorização do Ministério das Comunicações; u) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral; v) cumprir todas as prescrições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes à programação. CLÁUSULA QUARTA: - A concessionária é obrigada, também, a reservar o seguinte tempo destinado, especificamente, a: a) programas educacionais compreendendo 5 (cinco) horas semanais conforme o estipulado no artigo 16, §§ 1º e 2º do Decreto-Lei nº 236,





de 28 de fevereiro de 1967 e Portaria nº 568, de 21 de outubro de 1980, dos Ministros das Comunicações e da Educação e Cultura; b) programas informativos - um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, além do estabelecido na letra "l" da cláusula anterior. CLÁUSULA QUINTA: - Fica assegurado à União o direito sobre todo o acervo da Sociedade para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela. CLÁUSULA SEXTA: - A frequência consignada à Sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União. CLÁUSULA SÉTIMA: - Em qualquer tempo são aplicáveis à concessionária os preceitos da legislação sobre desapropriações e requisições. CLÁUSULA OITAVA: - A inobservância de qualquer das estipulações contidas nestas cláusulas sujeitará a concessionária às penalidades estabelecidas em leis e regulamentos. Não havendo penalidade expressamente prevista, aplicar-se-á pena de multa a ser fixada pelo Ministério das Comunicações, observados os princípios do artigo 61 do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, alterado pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967. CLÁUSULA NONA: - Findo o prazo da outorga, a que se refere a cláusula II, salvo procedimento tempestivo de renovação e respectivo deferimento, será a mesma declarada perempta, sem que a concessionária tenha direito a qualquer indenização. E, por estarem de acordo, mandou o Senhor Ministro lavrar o presente Termo de Contrato que depois de lido e achado conforme, assina com o Representante da outorgada, com as testemunhas, ao início qualificadas e comigo, Glicia Soares Rodrigues

(Glicia Soares Rodrigues), que o datilografei.

RÔMULO VILLAR FURTADO - Secretário-Geral do Ministério das Comunicações

DANIELA GALESA DE OLIVEIRA - Procuradora





ANTONIO FERNANDES NEIVA - Diretor-Geral  
do Departamento Nacional de Telecomuni-  
cações - DENTEL



ROBERTO BLOIS MONTES DE SOUZA - Diretor  
da Divisão de Radiodifusão do Departa-  
mento Nacional de Telecomunicações -  
DENTEL





Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 78, DE 1996

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Independência de Salto do Lontra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salto do Lontra, Estado do Paraná.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 4 de agosto de 1992, que renova, por dez anos, a partir de 21 de janeiro de 1992, a concessão da Rádio Independência de Salto do Lontra Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salto do Lontra, Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de agosto de 1996  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 79, DE 1996

Aprova o ato que renova a concessão da Rádio Chamonix Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mogi-Mirim, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 14 de dezembro de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 17 de agosto de 1987, a concessão à Rádio Chamonix Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mogi-Mirim, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de agosto de 1996  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 80, DE 1996

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Globo Capital Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 28 de julho de 1994, que renova, por quinze anos, a partir de 5 de outubro de 1992, a concessão outorgada à Rádio Globo Capital Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão de sons e imagens (televisão) na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de agosto de 1996  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo o seguinte

**DECRETO LEGISLATIVO**  
Nº 81, DE 1996

Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovado o ato a que se refere o Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, que renova, por dez anos, a partir de 18 de agosto de 1992, a concessão à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda. para explorar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 28 de agosto de 1996  
Senador JOSÉ SARNEY  
Presidente do Senado Federal



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**

**Imprensa Nacional - IN**

SIG - Quadra 6, Lote 800. CEP: 70604-900, Brasília, DF  
Telefone: PABX: (061) 313-9400. Fax: (061) 313-9540  
Telex: 61-1356. CGC/MF: 00394494/0016-12

ANTÔNIO EUSTÁQUIO CORRÊA DA COSTA  
Diretor-Geral

JOSÉ GERALDO GUERRA  
Coordenador Geral de Produção Industrial

**DIÁRIO OFICIAL - Seção 1**

Órgão destinado à publicação de atos normativos

CATARINA ACIOLI DE FIGUEIREDO  
Chefe da Divisão de Jornais Oficiais

KÁTIA MARIA MACIEL CASTOR  
Editora

**Publicações** - Os originais devem ser entregues na Seção de Seleção e Registro de Matérias, no horário das 7h30 às 16 horas. Qualquer reclamação deve ser encaminhada, por escrito, à Divisão de Jornais Oficiais, no prazo de cinco dias úteis após a publicação.

**Assinaturas** - Valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

(Valores em R\$)

Preço página: 0,0053

	Diário Oficial			Diário da Justiça		
	Seção 1	Seção 2	Seção 3	Seção 1	Seção 2	Seção 3
<b>Imprensa Nacional</b>						
Assinatura semestral	67,32	21,12	63,36	79,20	159,72	64,68
Quantidade média de páginas (últimos 12 meses)	96	30	90	114	228	92
<b>ECT</b>						
Porte (superfície)	56,78	29,04	51,48	56,78	104,28	51,48
Porte (aéreo)	149,16	73,92	149,16	149,16	271,92	149,16
Preço do centímetro para publicação de matérias	8,40					

Informações: Seção de Assinaturas e Vendas SEAVEN/DICOM  
Telefone: (061) 313-9900 (busca automática)  
Horário: das 7h30 às 19 horas





739-4

DECRETO DE 13 DE OUTUBRO DE 1994

Renova a concessão outorgada à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 223 da Constituição, e nos termos do art. 62, inciso I, do Decreto nº 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo nº 29820.000343/92-85,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica renovada, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por mais dez anos, a partir de 18 de agosto de 1992, a concessão deferida à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda. pelo Decreto nº 87.251, de 7 de junho de 1982, sendo mantido o prazo residual da outorga pelo Decreto de 10 de maio de 1991, para executar, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em onda média, na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é renovada por este Decreto, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de outubro de 1994; 173º da Independência e 106º da República.

ITAMAR FRANCO  
Djalma Bastos de Moraes

Nota: Aguardando Decreto Legislativo confirmando esta renovação.





EM 09 JUN 1982

DIÁRIO OFICIAL DE 09 JUN 1982



Decreto n.º 87.251, de 07 de junho de 1982

Outorga concessão à RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA., para estabelecer uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 81, item III, combinado com o artigo 89, item XV, letra "a", da Constituição, e tendo em vista o que consta do Processo MC nº 13.934/82 (Edital nº 83/81),

## D E C R E T A :

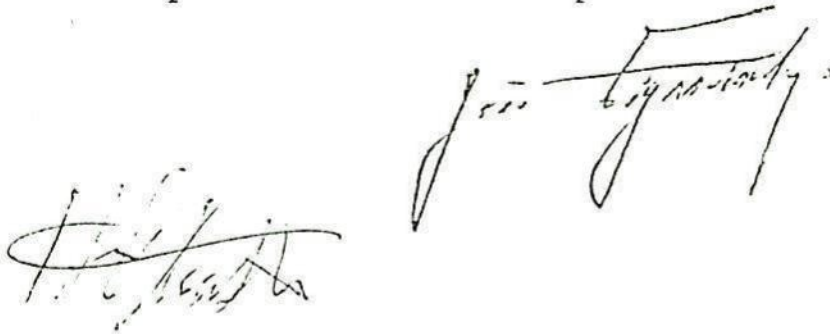
Art. 1º - Fica outorgada concessão à RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA., nos termos do artigo 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, para estabelecer, sem direito de exclusividade, uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único - O contrato decorrente desta concessão obedecerá às cláusulas baixadas com o presente e deverá ser assinado dentro de 60 (sessenta) dias, a contar da publicação deste decreto no Diário Oficial da União, sob pena de se tornar nulo, de pleno direito, o ato de outorga.



Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, DF, 07 de junho de 1982;  
161º da Independência e 94º da República.



CLÁUSULAS A QUE SE REFERE O DECRETO  
Nº 87.251, DE 07 DE JUNHO DE 1982

I

Fica assegurado à RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA., o direito de estabelecer, sem exclusividade, na cidade de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina, uma estação de radiodifusão sonora em onda média de âmbito regional, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

II

A presente concessão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos, e entrará em vigor a partir da publicação, no Diário Oficial da União, do contrato celebrado entre o Ministério das Comunicações e a concessionária.

III

A concessionária é obrigada a:

a) ter sua Diretoria constituída exclusivamente de brasileiros natos; .

b) ter seu quadro social constituído exclusivamente de brasileiros, bem como cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 4º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

c) admitir, para as funções técnicas ou operacionais relativas à execução dos serviços de radiodifusão, somente brasileiros, permitido, porém, com autorização expressa do Ministério das Comunicações, o contrato de assistência técnica com empresa ou organização estrangeira, não superior a 6 (seis) meses, exclusivamente na fase de instalação e início de funciona

*[Handwritten signature]*





mento de equipamentos, máquinas e aparelhamentos técnicos, na forma dos artigos 7º e 8º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

d) manter, efetivamente, na totalidade dos seus serviços, 2/3 (dois terços), no mínimo, de pessoal brasileiro;

e) não transferir, direta ou indiretamente, a concessão, sem prévia autorização do Governo Federal;

f) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, nos prazos previstos nas leis, regulamentos e instruções vigentes e futuras sobre a matéria, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões, imediatamente, após o recebimento da intimação, sem que, por isso, assista à concessionária direito a qualquer indenização;

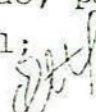
g) submeter-se, na forma da lei e dos regulamentos, à fiscalização do Governo Federal, ao qual fornecerá todos os elementos exigidos para esse fim;

h) pagar taxas e contribuições existentes ou que venham a ser estabelecidas em lei ou regulamento;

i) executar os serviços na conformidade do artigo 3º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963;

j) manter em dia os registros de programação, de acordo com o estipulado no artigo 71 da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 - Código Brasileiro de Telecomunicações, com a redação que lhe foi dada pelo artigo 3º do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

l) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico, bem como integrar, gratuitamente, as Redes de Radiodifusão, convocadas pela Ministro de Estado Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, por intermédio da Secretaria de Imprensa e Divulgação, para a transmissão de assunto de relevante interesse nacional;





m) irradiar, com indispensável prioridade e a título gratuito, os avisos expedidos pela Chefia de Polícia local ou autoridade congênere, em casos de perturbação da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;

n) submeter, no prazo de 6 (seis) meses, a contar da publicação do contrato, no Diário Oficial da União, à aprovação do Ministério das Comunicações, o local escolhido para a montagem da estação, bem como as plantas, orçamentos e todas as demais especificações técnicas dos equipamentos;

o) inaugurar o serviço definitivo no prazo de 2 (dois) anos, a contar da aprovação de que trata a alínea anterior;

p) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos e instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço concedido;

q) não alterar, em qualquer tempo, seus estatutos ou contrato social, nem efetivar transferência de ações ou cotas, sem que tenha havido prévia autorização do Governo Federal;

r) manter sua estação em perfeito funcionamento com a eficiência necessária e de acordo com as normas técnicas e operacionais que estiverem em vigor ou vierem a ser fixadas pelo Ministério das Comunicações;

s) manter a sua escrita e contabilidade padronizadas, de acordo com as normas estabelecidas pelo Ministério das Comunicações;

t) não firmar qualquer convênio, acordo ou ajuste, relativo à utilização das frequências consignadas e à exploração do serviço, com outras empresas ou pessoas, sem prévia au

204



torização do Ministério das Comunicações;

u) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;

v) cumprir todas as prescrições contidas em leis, regulamentos e instruções que existam ou venham a existir, referentes à programação.

#### IV

A concessionária é obrigada, também, a reservar o seguinte tempo destinado, especificamente, a:

a) programas educacionais, compreendendo 5 (cinco) horas semanais, conforme o estipulado no artigo 16, §§ 1º e 2º, do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967 e Portaria Interministerial nº 568, de 21 de outubro de 1980, dos Ministros das Comunicações e da Educação e Cultura;

b) programas informativos - um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária, além do estabelecido na letra "l" da cláusula anterior.

#### V

Fica assegurado à União o direito sobre todo o acervo da Sociedade para garantia da liquidação de qualquer débito para com ela.

#### VI

A frequência consignada à Sociedade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente ou na que vier a disciplinar a execução do serviço de radiodifusão, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

*[Assinatura]*



## VII

Em qualquer tempo são aplicáveis à concessionária os preceitos da legislação sobre desapropriações e requisições.

## VIII

A inobservância de qualquer das estipulações contidas nestas cláusulas sujeitará a concessionária às penalidades estabelecidas em leis e regulamentos. Não havendo penalidade expressamente prevista, aplicar-se-á pena de multa a ser fixada pelo Ministério das Comunicações, observados os princípios do artigo 61 do Código Brasileiro de Telecomunicações - Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, alterado pelo Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967.

## IX

Findo o prazo da outorga, a que se refere a Cláusula II, salvo procedimento tempestivo de renovação e respectivo deferimento, será a mesma declarada perempta, sem que a concessionária tenha direito a qualquer indenização.



Dados da consulta | Consulta

## Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CNPJ									
CNPJ:		75.789.966/0001-59									
RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MOACIR BERTOLI	<a href="#">005.580.449-72</a>	RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA	<a href="#">75.789.966/0001-59</a>	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Itaiópolis
RANIERI MOACIR BERTOLI	<a href="#">558.534.129-49</a>	RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA	<a href="#">75.789.966/0001-59</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Itaiópolis
SIMONE WERNER	<a href="#">613.570.229-72</a>	RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA	<a href="#">75.789.966/0001-59</a>	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Itaiópolis

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **24/07/2023**

Hora: **20:15:08**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>



Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b> CPF											
<b>CPF:</b> 005.580.449-72											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
MOACIR BERTOLI	<a href="#">005.580.449-72</a>	REDE SERRANA DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">75.835.629/0001-50</a>	Sócio	345000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Presidente Getúlio
		REDE SERRANA DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">75.835.629/0001-50</a>	Sócio	345000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Taió
		RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA	<a href="#">75.789.966/0001-59</a>	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Itaiópolis

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **24/07/2023**

Hora: **20:15:20**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Anexo Anatel (11027329)

SEI 93115-005918/2022-15 / pg. 71

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

Dados da consulta Resultado

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b> CPF											
<b>CPF:</b> 558.534.129-49											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
RANIERI MOACIR BERTOLI	558.534.129-49	REDE SERRANA DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">75.835.629/0001-50</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Presidente Getúlio
		RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA	<a href="#">75.789.966/0001-59</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Itaiópolis
		REDE SERRANA DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">75.835.629/0001-50</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Taió
		RADIO O GURI AM LTDA	<a href="#">02.274.269/0001-91</a>	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SC	Balneário Camboriú
		RADIO O GURI AM LTDA	<a href="#">02.274.269/0001-91</a>	Sócio	30000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Balneário Camboriú

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **24/07/2023**

Hora: **20:15:35**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Anexo Anatel (11027525)

SEI 93195-005918/2022-15 / pg. 72

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Dados da consulta	Resultado
-------------------	-----------

## Consulta Composição da Entidade...

<b>Tipo de Consulta:</b> CPF											
<b>CPF:</b> 613.570.229-72											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
SIMONE WERNER	<a href="#">613.570.229-72</a>	REDE SERRANA DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">75.835.629/0001-50</a>	Sócio	344942	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Presidente Getúlio
		REDE SERRANA DE RADIODIFUSAO LTDA	<a href="#">75.835.629/0001-50</a>	Sócio	344942	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Taió
		RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA	<a href="#">75.789.966/0001-59</a>	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SC	Itaiópolis

**Usuário:** [carlaf.mc](#) - Carla Fabiane da Costa Ferreira

**Data:** 24/07/2023

**Hora:** 20:15:51



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Anexo Anatel (11027329)

SEI 93115-005918/2022-15 / pg. 73

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Dados da consulta

Consulta

## Consulta Participação da Entidade nas Empresas

<b>Tipo de Consulta:</b>	CNPJ
<b>CNPJ:</b>	75.789.966/0001-59

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **carlaf.mc - Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data: **24/07/2023**

Hora: **20:17:12**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

## **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL**

**Nome:** **RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA**

**CNPJ:** **75.789.966/0001-59**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 20:18:33 do dia 24/07/2023 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/08/2023.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Anexo Anatel (11027929)

SEI 93115-005918/2022-15 / pg. 75

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Superintendência de Administração Geral  
Gerência Geral de Planejamento Orçamento e Finanças  
Gerência de Arrecadação

Impresso por: **Carla Fabiane da Costa Ferreira**

Data/Hora: **24/07/2023 20:34:45**

## Extrato de Lançamentos

**Nome da Entidade:** RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA

**Nº FISTEL:** 50414496191

**Serviço:** 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

**CNPJ/CPF:** 75789966000159

**Situação:** Não licenciada

**Data Validade:**

☒ **CADIN:** Não

**Incide FUST:**

**Data Início Operação Comercial:**

**Div. Ativa:** Não

**Tipo Usuário:**

Integral

☒ **UF:** SC

**Proc. Caducidade:** Não

**End. Sede:** RUA JOSÉ GONÇALVES 333

**Bairro:** LUCENA

**Município:** Itaiópolis

**CEP:** 89340-000

**UF:** SC

**End. Corresp.:** Rua José Gonçalves 333

**Bairro:** Lucena

**Município:** Itaiópolis

**CEP:** 89340-000

**UF:** SC

### Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
7241 - PPDUR	0	2017	03/04/2017	R\$ 200,00	31/03/2017	200,00	200,00	0001	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2018	29/04/2018	R\$ 2.600,00	22/03/2018	2.600,00	2.600,00	0002	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 858,00	29/03/2019	858,00	858,00	0003	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 130,00	29/03/2019	130,00	130,00	0004	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 858,00	13/03/2020	858,00	858,00	0007	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 130,00	13/03/2020	130,00	130,00	0008	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 858,00	26/03/2021	858,00	858,00	0009	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 130,00	26/03/2021	130,00	130,00	0010	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 858,00	21/03/2022	858,00	858,00	0011	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 130,00	21/03/2022	130,00	130,00	0012	Quitado	0,00
7242 - PPDUR	1	2022	13/10/2022	R\$ 280,70	13/09/2022	280,70	280,70	0013	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2022	15/11/2022	R\$ 2.600,00	07/10/2022	2.600,00	2.600,00	0014	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 858,00	20/03/2023	858,00	858,00	0015	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 130,00	20/03/2023	130,00	130,00	0016	Quitado	0,00

**Total devido em 24/07/2023 (em reais):**

0,00

**Total de créditos em 24/07/2023 (em reais):**

0,00

### Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)  
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)  
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança  
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado  
RJ - Lançamento com Recurso Judicial  
RN - Lançamento com Recurso Denegado  
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União  
CD - Lançamento Inscrito no CADIN  
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa  
E - Lançamento em Execução Judicial  
SE - Suspensão a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006  
MO - Multa de Ofício  
LO - Lançamento de Ofício  
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado  
PA - Parcelamento: Parcela  
BF - Benefício Fiscal



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Anexo Anatel (11027325)

SEI 93415-009918/2022-15 / pg. 76

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

## Consulta Tabela de Receita

Código da Receita	Não Identificado	Receita
1329	9999	Taxa de Fiscalização de Funcionamento
1330	9998	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas
1331	9931	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Satélite
1332	9332	Taxa de Fiscalização de Funcionamento - Estações não Licenciadas Satélite
1550	9550	Multa Prevista na Lei Geral das Telecomunicações
1551	9551	Multa por Descumprimento ao Regulamento do SMP
1552	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação - Satélite Brasileiro
1555	9555	Multa por Infração à LGT - Anatel Não Outorgados
1560	9560	Multa por Infração às Normas de Certificação e Homologação
1660	9660	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão
1661	9661	Multa por Infração à Legislação dos Serviços de Radiodifusão Comunitária
1666	9666	Multa Contratual por Descumprimento de Edital – MCTIC
1770	9905	Multa Contratual - Termo Autorização
1777	9177	Multa Contratual - Não Outorgados
1780	9780	Multa por Infração ao CDC
1810	9810	Descumprimento do PGMQ
1820	9820	Descumprimento da Regulação de Interconexão
1830	9830	Descumprimento da Regulação de Numeração
1840	9840	Descumprimento das demais Obrigações de Qualidade
1850	9850	Multa por Descumprimento - Contratação de Satélite
1851	9851	Multa por Descumprimento - Prestação de Satélite
1852	9852	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre o Direito de Exploração de Satélite
1853	9853	Multa por Descumprimento à Legislação de TV por Assinatura
1854	9854	Multa por Descumprimento de Medida Cautelar
1855	9855	Multa Decorrente das Obrigações do PGMU
1856	9856	Multa Decorrente das Obrigações do FUST
1857	9857	Multa por Descumprimento ao Regulamento do STFC
1858	9858	Multa por Descumprimento ao Regulamento sobre Áreas Locais
1859	9859	Multa por Prejuízo à Competição
1880	9880	Monitoramento do STFC
1881	9881	Multa por Descumprimento de Obrigação de Listas Telefônicas
1885	9885	Multa por Tarifação Incorreta
1886	9886	Multa por Erros nas Informações Prestadas pelas Concessionárias visando o Reajuste de Tarifas
1887	9887	Multa por Irregularidades na Comercialização do STFC
1889	9889	Multa por Infrações Técnicas - Radiodifusão Outorgada
1890	9552	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação relativo à Exploração de Satélite
1891	9905	Multa por Descumprimento de Edital de Licitação de Radiofrequência
1950	9950	RENDAS EVENTUAIS
2018	9018	Multa Prevista na Lei Geral de Telecomunicações
2129	9129	DIVIDAATIVA
2145	9145	MULTA/JUROS DIVIDAATIVA
2671	9333	Receita de Outorga do Direito de Exploração de Satélite Brasileiro
2672	9672	Preço da Execução de Serviços Técnicos
2680	9680	Homologação de Certificação de Conformidade
2682	9682	Homologação de Declaração de Conformidade
2684	9684	Renovação de Homologação
3000	9001	Lançamento Complementar de Multa Moratória
3001	9002	Lançamento Complementar ref. ao Ressarcimento de Ligações Telefônicas
3500	9500	MULTA/JUROS
4100	9111	FUST - Declaração Espontânea
4101	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4102	9102	FUST - Interconexão e EILD
4103	9101	FUST - Lançamento de Ofício
4105	9105	FUST - Multa de Ofício
4200	9200	Contribuição Para o Fomento da Radiodifusão Pública
4201	9201	CFRP - Estações não Licenciadas
5320	9320	Aluguel de Imóveis Urbanos e Rurais
5330	9330	Devolução de Salários - Exercício Corrente
5331	9331	Devolução de Verbas Remuneratórias
5340	9340	Ressarcimento Ligações Telefônicas
5341	9341	Serviços Administrativos
5342	9342	Devolução de Diárias - Exercício
	9343	Multa sobre Contratos de Bens e Serviços
	9344	Diferença de Tarifa Aérea



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://infoleg-autenticacao-assinatura.camara.leg.br/2040f06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

Anexo Anatel (11029326)

SISQ 9341-5-009918/2022-15 / pg. 77



5345	9345	Cessão de Uso/Alugueis
5346	9346	Ressarcimento de Pagamentos Indevidos
5347	9346	Outros Ressarcimentos (Restaurante)
5348	9347	Outros ressarcimentos (Banco Brasil S/A)
5349	9349	Outras Receitas Imobiliárias
5350	9350	Parcelamento Extrajudicial
5351	9351	Honorários Advocatícios
5352	9352	Multa Cominatória pelo Descumprimento de Termo de Ajuste de Conduta
5353	9353	Parcelamento Extraordinário de Débitos Inscritos em Dívida Ativa
5354	9354	Outros Serviços
5355	9355	Parcelamento Extraordinário
5356	9356	Parcelamento de Outorga dos Serviços de Radiodifusão
5357	9357	Parcelamento de Débitos não Tributários em Dívida Ativa – PRD Dívida Ativa
5358	9358	Parcelamento Administrativo
5359	9959	Parcelamento de Débitos não Tributários – PRD Administrativo
5360	9900	Emissão de Certificados
5370	9370	Emissão de Licença sem fato gerador da TFI
5380	9910	Segunda Via de Documentos
5390	9390	Depósito de Terceiros
5400	9400	Multa pelo Ato atentatório ao Exercício da Jurisdição
5404	9404	Receita de Seguros decorrente da Indenização de Seguro
5405	9405	Depósito Reparatório ao Fundo de Direitos Difusos
5848	9848	Multa Pecuniária Substitutiva de Pena Privativa de Liberdade
6526	9526	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004 )
6527	9527	Outorga dos Serviços de Telecomunicações (Edital)
6528	9528	Outorga de Autorização de Uso de Blocos de Radiofrequências
6529	9529	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações (Res. 386/2004)
6530	9888	Outorga dos Serviços de Radiodifusão Sonora e de Sons e Imagem
6531	9531	Chamamento Público SME
6532	9932	Outorga de Autorização para Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 5G
6533	9533	Outorga de autorização para uso da radiofrequência 2.570 MHz a 2.620 MHz
6534	9534	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (450 MHz e 2,5 GHz)
6535	9535	Outorga de Autorização-Uso de Blocos de Radiofrequências – EDITAL 4G (700 MHz)
6536	9536	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,8 GHz e 2,5 GHz
6537	9537	Receita pela Autorização para Uso de Radiofrequências - 1,9 GHz e 2,5 GHz
6538	9538	Preço Público pelo Direito de Exploração de Satélite
6539	9539	Preço Público pelo Direito de Exploração de Serviço de Telecomunicações
6540	9540	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite
6541	9541	Preço Público pela Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações
7241	9444	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência (Res. 387/2004 )
7242	9445	Preço Público pelo Direito de Uso de Radiofrequência
7244	9244	Preço Público pela Transferência do Direito de Exploração de Satélite (Res. 386/2004)
7245	9222	Preço Público Transferência de Concessão, Permissão ou de Autorização de Serviços de Telecomunicações (Res. 386/2004)
7246	9246	Preço Publico Relativo à Administração dos Recursos de Numeração
7247	9247	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7248	9248	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Contratos de Concessão - STFC
7249	9249	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7250	9250	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização - SMP
7251	9251	Declaração do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
7252	9252	Lançamento do Ônus Contratual decorrente da Prorrogação dos Termos de Autorização -SCM/SMP
8766	9777	Taxa de Fiscalização de Instalação
8767	9978	Taxa de Fiscalização de Instalação - Satélite
8801	9801	Caução
8804	9804	Ressarcimento de Despesas com Cópias
8806	9806	Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores - Fonte STN
8807	9807	Acórdãos TCU (Recuperação Desp. Exerc. Anteriores)
8808	9808	Devolução de Suprimento de Fundos - Exercício
8809	9809	STN - Outras Indenizações
8810	9811	Recuperação de Despesas de Exercício Anteriores - TI
8812	9812	Devolução Convênios - Exercício
8815	9815	Ressarcimento de Despesas Médicas
8836	9836	Restituição de Recursos de Convênios-Exerc.Anteriores
8860	9860	Outras Indenizações
8888	9688	Anulação de Despesa no Exercício

Tela Inicial

Imprimir

Exportar Excel



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

asnet/sigec/Tabela/Receita/Consulta.asp?SISQsmodulo=3761

https://infoleg-autenticacao-assinatura.camara.leg.br/2040f06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

Anexo Anexo (11027323)

SIS 95115-009918/2022-15 / pg. 78



Mosaico

( ) , - . )

/+01+234/5+6+\*.137893:0

<=>?@A<

B CDE=>F

GH=D=>EHIAHFAJK<=F<GHLHMN H   MN   HO HP=Q>EKR>FH S HTKE=F>F						
UVWXY	Z[\]^_`	ab ^	cd efX ^	]gheY[Xi ^	_V[Xj ^	hedviefX ^
CK<Q>EKR>FHAHT	TLH>>EHKAK>ID	MNNNGM	PHP;H;HPPH	MNGGG		DAFK>E

Id solicitação: 57dbac5682a0d

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (47) 3652-2279	<b>E-mail:</b> comercial@cidade1380.am.br
<b>CNPJ:</b> 75.789.966/0001-59	<b>Número do Fistel:</b> 50414496191
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 18/08/1992	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 09/06/2032	
<b>Observações:</b> Ato nº 5.139, de 13 de agosto de 2015, publicado na Pag. 51, Seção 1 do DOU de 17/8/15. Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. Ato nº 647, de 14 de março de 2016, publicado no DOU de 23/03/2016, Seção 1, Página 67.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA JOSÉ GONÇALVES	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> LUCENA	<b>Numero:</b> 333	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 89340000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Rua José Gonçalves	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Lucena	<b>Numero:</b> 333	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 89340000

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Rua Carlos Buba	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Alto Paraguaçu	<b>Numero:</b> S/Nº	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 89340000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Rua José Gonçalves	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Lucena	<b>Numero:</b> 333	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 89340000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 266	<b>Frequência:</b> 101.1 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP Máxima:</b> 2.3427kW
<b>HCI:</b> 64 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2



23/20/06-55 Eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

Anexo Anatel (11027326)

SEI 95115-009918/2022-15 / pg. 80

## Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1006099406						Número Indicativo: ZYV306					
Data Último Licenciamento: 10/10/2022						Número da Licença: 53500.321536/2022-13					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 26° 23' 43.01" S				Longitude: 49° 54' 42.98" W				Cota da base: 1002.9 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 027381200422						Modelo: ETG1000i					
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment						Potência de Operação: 1.0 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF78-50JA						Fabricante: Radio Frequency Systems - RFS					
Comprimento da Linha: 75 m		Atenuação: 1.137 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB			Impedância: 50 ohms				
Antena Principal											
Modelo: BECP/6L						Fabricante: Teel Tele-Eletrônica Ltda					
Ganho: 5.05 dBd		Beam-Tilt: 3 °		Orientação NV: 30 °		Polarização: Circular		HCI: 64 m		ERP Máxima: 2.34 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 2.87	5°: 2.93	10°: 2.97	15°: 3.01	20°: 3.03	25°: 3.04	30°: 3.03	35°: 3	40°: 2.94	45°: 2.87	50°: 2.78	55°: 2.69
60°: 2.6	65°: 2.5	70°: 2.4	75°: 2.29	80°: 2.19	85°: 2.09	90°: 2	95°: 1.91	100°: 1.82	105°: 1.73	110°: 1.66	115°: 1.62
120°: 1.62	125°: 1.68	130°: 1.77	135°: 1.9	140°: 2.05	145°: 2.2	150°: 2.36	155°: 2.52	160°: 2.69	165°: 2.87	170°: 3.04	175°: 3.2
180°: 3.35	185°: 3.49	190°: 3.62	195°: 3.75	200°: 3.85	205°: 3.92	210°: 3.96	215°: 3.94	220°: 3.89	225°: 3.81	230°: 3.71	235°: 3.6
240°: 3.48	245°: 3.36	250°: 3.23	255°: 3.09	260°: 2.94	265°: 2.8	270°: 2.67	275°: 2.54	280°: 2.42	285°: 2.3	290°: 2.19	295°: 2.11
300°: 2.06	305°: 2.06	310°: 2.09	315°: 2.14	320°: 2.21	325°: 2.28	330°: 2.36	335°: 2.44	340°: 2.53	345°: 2.63	350°: 2.72	355°: 2.8
Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -
Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											



<b>Código Equipamento:</b> 011800300422	<b>Modelo:</b> ETG 1000
<b>Fabricante:</b> Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	<b>Potência de Operação:</b> 0.8 kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b> LCF78-50-JA	<b>Fabricante:</b> Radio Frequency Systems		
<b>Comprimento da Linha:</b> 60 m	<b>Atenuação:</b> 1.137 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB	<b>Impedância:</b> 50 ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b> FC4H266	<b>Fabricante:</b> Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda				
<b>Ganho:</b> 2.87 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> 30 °	<b>Polarização:</b> Circular	<b>HCI:</b> 60 m	<b>ERP Máxima:</b> 2.34 kW
RDS					
<b>Código PI:</b>					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
139341982	87251	Decreto	PR	07/06/1982	09/06/1982	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
01250001073201613	109	Despacho	MCTIC	09/02/2018	14/03/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		04/10/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
298200003431985	81	Decreto Legislativo	CN	28/08/1996	29/08/1996	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.031398/2016-27	5584	Ato	ORLE	21/12/2016	17/02/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef





NOME/RAZÃO SOCIAL <b>RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA</b>				CNPJ <b>75789966000159</b>
Nº DA ESTAÇÃO <b>1006099406</b>	SERVIÇO <b>230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada</b>	NAT. SERV.	LATITUDE <b>26° 23' 43.01" S</b>	LONGITUDE <b>49° 54' 42.98" W</b>

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO <b>Rua Carlos Buba, nº S/Nº.</b>	DISTRITO	
BAIRRO <b>Alto Paraguaçu</b>	MUNICÍPIO <b>Itaiópolis</b>	UF <b>SC</b>

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA: 09/06/2032

LOCALIDADE PLANO BASICO:

MUNICÍPIO: Itaiópolis UF: SC

LOCALIDADE:

FREQUENCIA: 101.1 MHz CANAL: 266

CLASSE: A4 COTA BASE DA TORRE: 1002.9

INDICATIVO DA ESTAÇÃO: ZYV306

NOME FANTASIA: NUMPROCESSO:

CIDADE DA OUTORGA: Itaiópolis

ESTUDIO PRINCIPAL

ENDEREÇO: Rua José Gonçalves BAIRRO: Lucena

MUNICÍPIO: Itaiópolis UF: SC

NUMERO: 333 COMPLEMENTO:

ESTUDIO AUXILIAR

ENDEREÇO: BAIRRO:

MUNICÍPIO: - UF: COMPLEMENTO:

CATEGORIA DA ESTAÇÃO: Principal

TIPO: Diretivo

TRANSMISSOR PRINCIPAL

FABRICANTE: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment MODELO: ETG1000i

CÓDIGO: 027381200422 POTÊNCIA: 1.0 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR

FABRICANTE: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment MODELO: ETG 1000

CÓDIGO: 011800300422 POTÊNCIA: 0.8 kW

TRANSMISSOR AUXILIAR 2

FABRICANTE: MODELO: POTÊNCIA: kW

CÓDIGO: ANTENA PRINCIPAL

FABRICANTE: Teel Tele-Eletrônica Ltda MODELO: BECP/6L

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: 6 elementos

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 64 m

ANTENA AUXILIAR

FABRICANTE: Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda MODELO: FC4H266

POLARIZAÇÃO: Circular

DESCRIÇÃO: 4 elementos

ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO: 60 m

LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL

FABRICANTE: Radio Frequency Systems - RFS MODELO: LCF78-50JA

LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR

FABRICANTE: Radio Frequency Systems MODELO: LCF78-50-JA

RDS

Código PI:

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 25/07/2023 15:34:15



Emitido Em  
10/10/2022

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original

Esta licença pode ser validada em  
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NCY1xTQ1JcQ2xhc3NMZWlnbmNhOjoyMDIzNjRiZiA5ZDax>



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CGM/WYq5-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Anexo Anatel (11027526) - 3801-4964-9c55-96e91f1c97ef - 25/07/2023 15:34:15 / pg. 63

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

## LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

**Processo nº:** 15.009918/2022-15

**Entidade:** RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.

**CNPJ nº:** 15.789.966/0001-59

**FISTEL nº:** 30414496191

**Localidade:** Itaipópolis/SC

**Data do protocolo do pedido de renovação de outorga:** 08/08/2022

**Período:** 08/08/2022 a 18/08/2032

### Tipo de outorga a ser renovada:

☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.

☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial. (**Adaptada**

☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade, acompanhado das declarações de que:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021)	
a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Checklist (10560352)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 84

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q”, da Lei Complementar nº 64, de 1990;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.	
h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.	



i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	9701927 Págs. 1-2	- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.	
2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11027323 Págs.1-5	- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967	

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10966831	- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963.	
4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10960547 Pág. 5	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963.	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10960547 Pág. 1	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963.	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	F 10960547 Pág. 6	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		E 10960547 Pág. 7		
		M 10960547 Pág. 8		
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11027323 Pág. 6	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	INSS 10960547 Pág. 6	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963.	
		FGTS 10960547 Pág. 3		
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10960547 Pág. 4	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963.	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Checklist (10960547)

SEI 53115-003916/2022-15 / pg. 86

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.  Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	9701927 <b>MOACIR BERTOLI</b> Pág. 5  9701927 <b>SIMONE WERNER</b> Pág. 6  9701927 <b>RANIÉRI MOACIR BERTOLI</b> Pág. 7	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal.	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga;	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	11027323 Pág.14	- Art. 29, §§ 7º ao 10, da Portaria nº 2.524/2021/MCOM.	
12. Serviço executado em faixa de fronteira?	( ) Sim (X) Não	n/a	- Decreto nº 11.076, de 20 de maio de 2022.	
13. A pessoa jurídica optou pelo parcelamento?	( ) Sim (X) Não	11027323 Págs. 7-9	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963	
14. Consulta à Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM, quanto à existência de pena de cassação ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade, cuja penalidade cabível seja cassação.	(X) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica	10961380	Parecer Referencial nº 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU	

## APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SUPER nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	----------	------------	-------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Checklist (10960362)

SEI 53115-009918/2022-15 / pg. 87

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

<p>15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos;</li> <li>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;</li> <li>- Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990.</li> </ul>	<p><input type="checkbox"/> Sim  <input type="checkbox"/> Não  <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica</p>	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	
<p>16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p><input type="checkbox"/> Sim  <input type="checkbox"/> Não  <input checked="" type="checkbox"/> Não se aplica</p>	n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <b>está em conformidade</b> com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos**, **Secretaria de Nível Superior**, em 02/08/2023, às 11:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-8801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Checklist (10560352)

SEI 53115-009916/2022-15 / pg. 88

2b40ff06-8801-4964-9c55-96e91f1c97ef



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10960552** código CRC **CC18DBF4**

---

**Referência:** processo nº 53115.009918/2022-15

SEI nº 10960552



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Checklist (10960552)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 89

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



# MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

## NOTA TÉCNICA Nº 10346/2023/SEI-MCOM

**PROCESSO: 53115.009918/2022-15**

**INTERESSADA: RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.**

**ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIOFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO . VIABILIDADE. ENVIO DOS AUTOS À CONJUR.**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 75.789.966/0001-59**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Itaiópolis/SC, vinculado ao **FISTEL nº 50414496191** referente ao período de 18 de agosto de 2022 a 18 de agosto de 2023.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistia na notificação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

### ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4954-9c55-96e91f1c97ef>

Nota Técnica 10346 (10997410)

SEI 53115:009918/2022-15 / pg. 90



2b40ff06-3801-4954-9c55-96e91f1c97ef

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 87.251, de 7 de junho de 1982, publicado no Diário Oficial da União do dia 9 de junho de 1982 (SUPER 10997383 - Págs. 13-19). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de agosto de 1982 (SUPER 10997383 - Págs. 6-10).

7. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SUPER 10997383 - Págs. 1-5).

8. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de ~~1992-2002~~ **1992-2002**, de acordo com o Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 14 de outubro de 1994, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 1992** ~~1992~~ ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de agosto de 1996 (SUPER 10997383 - Págs. 11-12).

9. Concernente ao período de ~~2012-2022~~ **2012-2022**, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 27 de abril de 2012, gerando o protocolo nº 53000.020691/2012-76, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Nota Técnica 10346 (10997410)

SEI 35115-005978/2022-15 / pg. 91

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 18 de fevereiro de 2012 e 18 de maio de 2012. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em janeiro de 2021. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

10. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

11. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

12. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

13. Pela análise dos autos, observa-se que, em **18 de abril de 2022**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER 9701927 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto na redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 18 de agosto de 2021 a 18 de agosto de 2022.

14. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10960552). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.



15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 10966831).

17. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 24 de julho de 2023 (SUPER 11027323 - Págs. 1-5).

18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios Moacir Bertoli e Simone Werner compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Taió/SC e Presidente Getúlio/SC. Outrossim, o diretor administrador Raniéri Moacir Bertoli figura no quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Balneário Camboriú/SC, Taió/SC e Presidente Getúlio/SC.

19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 11027323 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 10961380).

20. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10960552).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

22. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a



Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)



23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será condição para a emissão da nova licença para funcionamento da estação*

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de outubro de 2022, com validade até 9 de junho de 2032 (SUPER 11027323 - Págs. 10 e 14).

26. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11027323 - Págs. 7-9). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

27. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Itaiópolis/SC, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

## CONCLUSÃO

28. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica** à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

29. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- a) envio dos autos à **Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações** para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em testilha, incluindo as minutas de Portaria (SUPER 10997641) e de Exposição de Motivos (SUPER 10997651), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e
- b) em caso de manifestação favorável da unidade consultiva à renovação da outorga, remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.





30. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão** para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

31. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa** devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos**, **Técnica de Nível Superior**, em 02/08/2023, às 11:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Feijó**, **Assistente Técnico**, em 02/08/2023, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nogueira**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 11:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10997410** código CRC **98918C79**

## Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (10997641)
- Minuta Exposição de Motivos (10997651)

Referência: Processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 10997410



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Nota Técnica 10346 (10997410)

SEI 53115:009918/2022-15 / pg. 96

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

MINUTA DE  
PORTARIA Nº , DE DE DE 2023.

# MINUTA

\* MINUTA E DOCUMENTO

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.009918/2022-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10346/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_,

## R E S O L V E

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 18 de agosto de 2022, a concessão outorgada à RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA (CNPJ nº 75.789.966/0001-59), nos termos do Decreto nº 87.251, datado em 7 de junho de 1982, publicado em 9 de junho de 1982, e renovada pelo Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, publicado em 14 de outubro de 1994, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado em 29 de agosto de 1996, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

### AVISO:

**O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.**  
A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.  
Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela competente.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos**, **Técnica de Nível Superior**, em 02/08/2023, às 11:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Feijó**, **Assistente Técnico**, em 02/08/2023, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nóbrega**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 11:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Minuta Portaria (10397641)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 97

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 12/08/2023, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/08/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10997641** código CRC **8B60B1D6**

**Referência:** processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 10997641



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Minuta Portada (10997641)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 98

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

# MINUTA

\* MINUTA E DOCUMENTO

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.009918/2022-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10346/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº \_\_\_\_\_, acompanhado da Portaria nº \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de agosto de 2022, a concessão outorgada à RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA (CNPJ nº 75.789.966/0001-59), nos termos do Decreto nº 87.251, datado em 7 de junho de 1982, publicado em 9 de junho de 1982, e renovada pelo Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, publicado em 14 de outubro de 1994, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado em 29 de agosto de 1996, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

**JUSCELINO FILHO**  
Ministro de Estado das Comunicações

**AVISO:**

***O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.***  
*A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.*  
*Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela competente.*



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Mello dos Santos**, **Assistente Técnica de Nível Superior**, em 02/08/2023, às 11:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carla Fabiane da Costa Feijó**, **Assistente Técnico**, em 02/08/2023, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nóbrega**, **Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 02/08/2023, às 11:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 12/08/2023, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto**, **Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 12/08/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **10997651** código CRC **59BA1D58**

**Referência:** processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 10997651



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Minuta Exposição de Motivos (10997651)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 100

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

Ofício Interno nº 39566/2023/MCOM

Brasília, 03 de agosto de 2023

A Senhor  
**Felipe Nogueira Fernandes**  
Consultor Jurídico  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Nota Técnica nº 10346/2023/SEI-MCOM (10997410)**

Senhor Consultor Jurídico,

Cumprimentando-o, faço referência à Nota Técnica nº 10346/2023/SEI-MCOM (10997410), a qual trata de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda**, CNPJ nº **75.789.966/0001-59**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de **Itaiópolis/SC**, inscrito no FISTEL nº **50414496191**, perante ao período de 18 de agosto de 2022 a 18 de agosto de 2032.

Dessa forma, de ordem, considerando o disposto na mencionada Nota Técnica, encaminho o presente processo para análise e manifestação dessa Douta Consultoria Jurídica.

Atenciosamente,

**Caroline Menicucci Salgado**  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Menicucci Salgado**, Chefe de Gabinete da **Secretaria de Comunicação Social Eletrônica**, em 03 de agosto de 2023, às 11:24 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11044769** código CRC **69407538**

**Referência:** processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 11044769



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Ofício Interno 39566 (11044769)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 101

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef





**PARECER n. 00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 53115.009918/2022-15**

**INTERESSADOS: RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.**

**ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO**

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela **RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA** em o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no **município de Itaiópolis, estado de Santa Catarina** no período de **18 de agosto de 2022 a 18 de agosto de 2032**.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto como Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 10346/2023/SEI-MCOM** concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, caput e §1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, §1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 23, da MP nº 1.154/2023.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, em prosseguimento, **com recomendações**.

Senhor Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão,

**I - RELATÓRIO**

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento pela **RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA**, encaminhado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veiculou pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de **Itaiópolis** estado de **Santa Catarina** referente ao período de **18 de agosto de 2022 a 18 de agosto de 2032**.

2. Conforme narra a **NOTA TÉCNICA Nº 10346/2023/SEI-MCOM (SUPER 10997383)** e aprovada pelos agentes públicos competentes, remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos:

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 87.251, de 7 de junho de 1982, publicado no Diário Oficial da União do dia 9 de junho de 1982 (SUPER [10997383](#) - Págs. 13-19). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de agosto de 1982 (SUPER [10997383](#) - Págs. 6-10).

7. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SUPER [10997383](#) - Págs. 1-5).

8. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1992-2002** acordo com o Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 14 de outubro de 1994, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 18 de agosto de 1992**, pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de agosto de 1996 (SUPER [10997383](#) - Págs. 11-12).



9. Concerne ao período de **2012-2022** a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 27 de abril de 2012, gerando o protocolo nº [53000.020691/2012-76](#), acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 18 de fevereiro de 2012 e 18 de maio de 2012. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em janeiro de 2021. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

10. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

11. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

12. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

13. Pela análise dos autos, observa-se que, em **18 de abril de 2022**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [9701927](#) - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto na redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 18 de agosto de 2021 a 18 de agosto de 2022.

3. No requerimento protocolado em **18 de abril de 2022** (SUPER 9701927 - fls. 01 e 02), a entidade solicitou renovação da outorga, deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica mencionada, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada: "*Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão de frequência modulada, na localidade de Itaiópolis/SC, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795/1963.*"

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II - ANÁLISE JURÍDICA

### II.1. Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que **as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao controle desta Consultoria**, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

8. Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim dispõe:

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre questões técnicas, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, se necessário, formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-8801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Protocolo nº 00619/2023/CONJUR-MCOM/DEB/AGU (11146356)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 103

2b40ff06-8801-4964-9c55-96e91f1c97ef

## II.2. Legislação aplicável

9. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.
10. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e imagens"*.
11. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".
12. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, caput e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.
13. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.
14. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.
15. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependente de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.
16. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados sucessivos e iguais"*.
17. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga"*. A atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o § 1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.
18. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão declarando-a peremptória"*. A referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23, da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.
19. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.
20. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

## II.3 Do Pedido de Renovação

21. Como já relatado, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da **NOTA TÉCNICA Nº 146/2023/SEI-MCOM (SUPER 10997410)**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

CEI nº: 00619/2023/CONJUR-MCOM/DEB/AGU (11146356)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 104

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

22. Quanto à tempestividade, em relação ao pedido referente ao período de **2012-2022**, art. 4º da Lei nº 5.785/72, conforme redação vigente à época, estabelecia que o requerimento deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo. No caso, o pedido de renovação foi apresentado no citado prazo legal então vigente, sem que houvesse, no entanto, decisão conclusiva quanto ao pedido.

23. Diante do novo pedido de renovação de outorga referente ao período **2022-2032**, observa-se que **o pedido é tempestivo**, que foi protocolizado no prazo aplicável da redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972:

**Atual redação da Lei 5.785/1972:**

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.

24. A propósito, a área técnica assim se pronunciou na supracitada manifestação:

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 87.251, de 7 de junho de 1982, publicado no Diário Oficial da União do dia 9 de junho de 1982 (SUPER [10997383](#) - Págs. 13-19). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de agosto de 1982 (SUPER [10997383](#) - Págs. 6-10).

(...)

8. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de **1992-2002** acordo com o Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 14 de outubro de 1994, **a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 18 de agosto de 1992**, pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de agosto de 1996 (SUPER [10997383](#) - Págs. 11-12).

9. Concerente ao período de **2012-2022**, pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 27 de abril de 2012, gerando o protocolo nº [53000.020691/2012-76](#), acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 18 de fevereiro de 2012 e 18 de maio de 2012. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em janeiro de 2021. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

(...)

13. Pela análise dos autos, observa-se que, em **18 de abril de 2022**, pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [9701927](#) - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrerá no prazo legal vigente, previsto na redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 18 de agosto de 2021 a 18 de agosto de 2022.

25. Anote-se que a petição foi subscrita pelo **Sr. Ranieri Moacir Bertelli**, indicado como administrador da entidade, conforme a certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (**SUPER 10966831 - fls. 01 e 02**).

26. Registre-se que o requerimento está de acordo com o novo formulário disponibilizado pelo Poder Público, que já contém as declarações exigidas pelo Regulamento de Radiodifusão (**SUPER 9701927- fls. 01 e 02**)

27. Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse respeito, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica atestou adequação dos documentos apresentados, segundo **Checklist (SUPER 10960552)**.

28. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: ([Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))

I - ([Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#)).

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ([Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))

III - ([Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021](#)).

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; ([Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017](#))



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-8801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

CEI 53115.009918/2022-15 / pg. 105

2b40ff06-8801-4964-9c55-96e91f1c97ef

- V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- X - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020\)](#)
- XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

29.

Sobre o assunto, o órgão técnico se manifestou da seguinte forma:

14.A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER [10960552](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes do Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER [10966831](#)).

(...)

20. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-8801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

CEI nº: 00619/2023/CONJUR-MCOM/CEI/AGU (11146356)

CEI 53115.009918/2022-15 / pg. 106

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10960552).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

30. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SUPER 10966831 - fls. 01 e 02) e negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SUPER 10960547 - fl. 05) e inscrição no CNPJ (SUPER 10960547 - fls. 01 e 02), prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a seguridade social (SUPER 10960547 - fls. 06) e entidades estadual (SUPER 10960547 - fl. 07) e municipal da sede da pessoa jurídica (SUPER 10960547 - fl. 08), prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL (SUPER 11027323 - fl. 06) e prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SUPER 10960547 - fl. 06 e SUPER 10960547 - fl. 03) e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI 10960547 - fl. 04).

31. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas no requerimento, em conformidade com as exigências normativas (SEI 9701927 - fls. 01 e 02).

32. **Em relação à regularidade técnica**, requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica prestou os seguintes esclarecimentos:

22. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-8801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

SEI nº: 00619/2023/CONJUR-MCOM/CEB/AGU (11146356)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 107

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, **a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação**

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de outubro de 2022, com validade até 9 de junho de 2032 (SUPER [11027323](#) - Págs. 10 e 14).

33. Ressalte-se que cabe à área técnica verificar a existência de compatibilidade entre o serviço efetivamente prestado pela interessada e o autorizado por este Ministério.

34. Já no que toca ao possível cometimento de **irregularidades no curso da prestação do serviço**, das Secretariadas verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsar nos documentos aludidos:

19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER [11027323](#) - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER [10961380](#)).

35. Relativamente aos **limites de outorga**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

17. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO em 24 de julho de 2023 (SUPER [11027323](#) - Págs. 1-5).

18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios Moacir Bertoli e Simone Werner compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Taió/SC e Presidente Getúlio/SC. Outrossim, o diretor administrador Raniéri Moacir Bertoli figura no quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Balneário Camboriú/SC, Taió/SC e Presidente Getúlio/SC.

36. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. **Questões não jurídicas não são apreciadas pelo Conselho Jurídico, inclusive aspectos discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.**

37. Por fim, quanto às minutas de portaria e de exposição de motivos propostas, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, aptas a produzirem os efeitos legais pretendidos.

38. Importa, ainda, consignar **necessidade de assinatura determinante aditivo pela parte interessada junto ao Ministério**, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual **"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço"**. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de titularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce **"a obrigação**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-8801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

CEI nº: 00619/2023/CONJUR-MCOM/CEI/AGU (11146356)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 108

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

39. Em relação ao pagamento do valor da outorga, a SECOE atestou que:

26. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão". A tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER [11027323](#) - Págs. 7-9). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

40. Por derradeiro, é mister salientar que, **na hipótese de o pagamento do valor atualizado da outorga não ser efetuado, a pessoa jurídica inadimplente ficará impossibilitada de renovar a outorga por novo período** (artigo 3º, inciso III, do Regulamento de Serviços de Radiodifusão).

### III - CONCLUSÃO

41. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no procedimento, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para prosseguimento.

42. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente nos **itens 38 e 40**.

À consideração,

Brasília, 02 de outubro de 2023.

ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO  
ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) [53115009918202215](#) e da chave de acesso ca571b0e



Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1286970701 e chave de acesso ca571b0e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 02-10-2023 12:20. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-8801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

CEI nº: 00619/2023/CONJUR-MCOM/CEI/AGU (11146356)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 109

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02034/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP:**53115.009918/2022-15

**INTERESSADO:**Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

**ASSUNTO:**Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora (adaptado)

1. Aprovo a conclusão do **PARECER n.00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** elaborado pela **Dr(a). Alessandra Castro Rodrigues, advogada da União** à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado).
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade **Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda** para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de **Itaiópolis/SC** período de **18 de agosto de 2022 a 18 de agosto de 2032**.
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio do **NOTA TÉCNICA Nº 10346/2023/SEI-MCOM**, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de **Itaiópolis/SC** concedida à entidade **Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda**.
4. Conforme os termos do **PARECER n.00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, atendendo para as orientações apresentadas nos itens 38 e 40 do referido PARECER, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
5. Em relação ao item 38 do **PARECER n.00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, em que a documentação necessária seja reavaliada por este Ministério no momento da celebração do termo aditivo, sem prejuízo, portanto, da tramitação da renovação da outorga. No que se refere ao item 40 do referido PARECER, tem-se que o item 31 do **NOTA TÉCNICA Nº 10346/2023/SEI-MCOM**, em que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto Nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto Nº 10.804, de 2021, não se aplica ao caso em questão, pois não houve parcelamento do preço público da outorga.
6. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de **18 de agosto de 2022 a 18 de agosto de 2032**.
7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à entidade **Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda**.
8. **Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas pertinentes à edição da portaria ministerial.**
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 02 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
**JOÃO PAULO SANTOS BORBA**  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115009918202215 e da chave de acesso ca571b0e



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-8801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

CEJ n. 00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11146356)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 110

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1296963076 e chave de acesso ca571b0e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 02-10-2023 15:17. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg.autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

ese/n: 00619/2023/CONJUR-MCOM/CEG/AGU (11146356)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 111



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

**DESPACHO n. 02043/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**

**NUP: 53115.009918/2022-15**

**INTERESSADOS: RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.**

**ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Renovação de outorga.**

Aprovo o PARECER n. 00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 02034/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 3 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115009918202215 e da chave de acesso ca571b0e



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1298456827 e chave de acesso ca571b0e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-10-2023 12:33. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-8801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Despacho n. 00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11146356)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 112

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA Nº 10690, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES** da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.009918/2022-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10346/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU,

### R E S O L V E:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 18 de agosto de 2022, a concessão outorgada à RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA. (CNPJ nº 75.789.966/0001-59), nos termos do Decreto nº 87.251, datado em 7 de junho de 1982, publicado em 9 de junho de 1982, e renovada pelo Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, publicado em 14 de outubro de 1994, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado em 29 de agosto de 1996, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itaiópolis, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezen** **Ministro de Estado das Comunicações**, em 10/2023, às 11:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11151158** código CRC **518B8858**

Referência: Processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 11151158



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Portaria 10690 Renovação FM (11151158)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 113

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef





## MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 5 de outubro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.009918/2022-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10346/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.690, de 5 de outubro de 2023, publicada em \_\_\_\_\_, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de agosto de 2022, a concessão outorgada à RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA. (CNPJ nº 75.789.966/0001-59), nos termos do Decreto nº 87.251, datado em 7 de junho de 1982, publicado em 9 de junho de 1982, e renovada pelo Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, publicado em 14 de outubro de 1994, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado em 29 de agosto de 1996, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itaiópolis, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO  
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezen** em 05/10/2023, às 11:45 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11151159** código CRC **839B1213**

Referência: Processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 11151159



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://intleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Exposição de Motivos 330 Renovação FM (P-151159)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 114

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 42463/2023/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora  
**Rafaela Calado e Silva Mello**  
Chefe de Gabinete do Ministro  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha a Portaria nº 10690/2023/MCOM (11151158) e Exposição de Motivos (11151159)**

Senhor Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 10346/2023/SEI-MCOM (10997410) e Parecer Jurídico nº 00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (11146398), encaminho a Portaria nº 10690/2023/MCOM (11151158) e Exposição de Motivos (11151159), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

**Wilson Diniz Wellisch**  
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 23/10/2023, às 17:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11151162** código CRC **D57CA97D**

**Referência:** Processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 11151162



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Ofício Interno 42463 (11151162)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 115

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef


Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República  
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias

Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

**Data de envio:** 27/10/2023 14:18:57  
**Origem do Ofício:** Gabinete do Ministro  
**Operador:** Rosiane Caixeta da Silva  
**Ofício:** 9943132  
**Data prevista de publicação:** 30/10/2023  
**Local de publicação:** Diário Oficial - Seção 1  
**Forma de pagamento:** Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21083191	PORTARIA NA 10689.rtf	da64ee51c9bb88210d1ba1cf322f1792	9,00	R\$ 350,28
21083192	PORTARIA NA 10690.rtf	0b52323cab951d1b1ad5a3de32b0e860	9,00	R\$ 350,28
21083193	PORTARIA NA 10691.rtf	43eeb90de2e5398e5028dbd65a52cf2e	9,00	R\$ 350,28
21083194	PORTARIA NA 10713.rtf	f6d968112dc4258335e49d43bc30c626	9,00	R\$ 350,28
TOTAL DO OFICIO			36,00	R\$ 1.401,12

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/10/2023 | Edição: 206 | Seção: 1 | Página: 5

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 10.690, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição do parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o processo Administrativo nº 53115.009918/2022-15, invocando as razões presentes no processo 10346/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00619/2023, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 1962, por 5 anos, a partir de 18 de agosto de 2022, a concessão outorgada à Rádio Itaiópolis (CNPJ nº 75.789.966/0001-59), nos termos do Decreto nº 87.251, datado em 1982, em 9 de junho de 1982, e renovada pelo Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada em Itaiópolis, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão será reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Conselho de Estado, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSCELINO FILHO**

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

Id solicitação: 57dbac5682a0d

## Informações da Entidade

Dados da Entidade	
<b>Nome da Entidade:</b> RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA	
<b>Nome Fantasia:</b>	
<b>Telefone:</b> (47) 3652-2279	<b>E-mail:</b> comercial@cidade1380.am.br
<b>CNPJ:</b> 75.789.966/0001-59	<b>Número do Fistel:</b> 50414496191
<b>Tipo Usuário:</b> Adm Privada	<b>Tipo Taxa:</b> Integral
<b>Data do contrato:</b> 18/08/1992	<b>Serviço:</b> 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
<b>Carater:</b> Primário	<b>Local específico:</b>
<b>Rede:</b>	<b>Categoria da Estação:</b> Principal
<b>Val. RF:</b> 09/06/2032	
<b>Observações:</b> Ato nº 5.139, de 13 de agosto de 2015, publicado na Pag. 51, Seção 1 do DOU de 17/8/15. Canal planejado em atendimento ao Decreto 8.139/2013. Ato nº 647, de 14 de março de 2016, publicado no DOU de 23/03/2016, Seção 1, Página 67.	

Endereço Sede		
<b>Logradouro:</b> RUA JOSÉ GONÇALVES	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> LUCENA	<b>Numero:</b> 333	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 89340000

Endereço Correspondência		
<b>Logradouro:</b> Rua José Gonçalves	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Lucena	<b>Numero:</b> 333	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 89340000

Endereço do Transmissor		
<b>Logradouro:</b> Rua Carlos Buba	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Alto Paraguaçu	<b>Numero:</b> S/Nº	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 89340000

Endereço do Estúdio Principal		
<b>Logradouro:</b> Rua José Gonçalves	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b> Lucena	<b>Numero:</b> 333	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC	<b>CEP:</b> 89340000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
<b>Logradouro:</b>	<b>Complemento:</b>	
<b>Bairro:</b>	<b>Numero:</b>	
<b>Município:</b> -	<b>UF:</b>	<b>CEP:</b>

## Informações do Plano Básico

Localização	
<b>Município:</b> Itaiópolis	<b>UF:</b> SC

Parâmetros Técnicos			
<b>Canal:</b> 266	<b>Frequência:</b> 101.1 MHz	<b>Classe:</b> A4	<b>ERP Máxima:</b> 2.3427kW
<b>HCI:</b> 64 m	<b>Pareamento:</b>	<b>Decalagem:</b>	<b>Fase:</b> 2



23/12/2023

https://portal.anatel.gov.br/portal/autenticidade-assinatura/camara-leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

Relatório Mosaico - Itaiópolis/SC (11156470)

SEI 53119.009918/2022-15 / pg. 118

## Informações da Estação

Informações Gerais											
Número da Estação: 1006099406						Número Indicativo: ZYV306					
Data Último Licenciamento: 10/10/2022						Número da Licença: 53500.321536/2022-13					
Estação Principal											
Localização											
Latitude: 26° 23' 43.01" S				Longitude: 49° 54' 42.98" W				Cota da base: 1002.9 m			
Transmissor Principal											
Código Equipamento: 027381200422						Modelo: ETG1000i					
Fabricante: Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment						Potência de Operação: 1.0 kW					
Linha de Transmissão Principal											
Modelo: LCF78-50JA						Fabricante: Radio Frequency Systems - RFS					
Comprimento da Linha: 75 m		Atenuação: 1.137 dB/100m		Perdas Acessórias: 0.5 dB			Impedância: 50 ohms				
Antena Principal											
Modelo: BECP/6L						Fabricante: Teel Tele-Eletrônica Ltda					
Ganho: 5.05 dBd		Beam-Tilt: 3 °		Orientação NV: 30 °		Polarização: Circular		HCI: 64 m		ERP Máxima: 2.34 kW	
Padrão de Antena dBd											
0°: 2.87	5°: 2.93	10°: 2.97	15°: 3.01	20°: 3.03	25°: 3.04	30°: 3.03	35°: 3	40°: 2.94	45°: 2.87	50°: 2.78	55°: 2.69
60°: 2.6	65°: 2.5	70°: 2.4	75°: 2.29	80°: 2.19	85°: 2.09	90°: 2	95°: 1.91	100°: 1.82	105°: 1.73	110°: 1.66	115°: 1.62
120°: 1.62	125°: 1.68	130°: 1.77	135°: 1.9	140°: 2.05	145°: 2.2	150°: 2.36	155°: 2.52	160°: 2.69	165°: 2.87	170°: 3.04	175°: 3.2
180°: 3.35	185°: 3.49	190°: 3.62	195°: 3.75	200°: 3.85	205°: 3.92	210°: 3.96	215°: 3.94	220°: 3.89	225°: 3.81	230°: 3.71	235°: 3.6
240°: 3.48	245°: 3.36	250°: 3.23	255°: 3.09	260°: 2.94	265°: 2.8	270°: 2.67	275°: 2.54	280°: 2.42	285°: 2.3	290°: 2.19	295°: 2.11
300°: 2.06	305°: 2.06	310°: 2.09	315°: 2.14	320°: 2.21	325°: 2.28	330°: 2.36	335°: 2.44	340°: 2.53	345°: 2.63	350°: 2.72	355°: 2.8
Coordenadas por radial											
0°: Lat - Lon -	5°: Lat - Lon -	10°: Lat - Lon -	15°: Lat - Lon -	20°: Lat - Lon -	25°: Lat - Lon -	30°: Lat - Lon -	35°: Lat - Lon -	40°: Lat - Lon -	45°: Lat - Lon -	50°: Lat - Lon -	55°: Lat - Lon -
60°: Lat - Lon -	65°: Lat - Lon -	70°: Lat - Lon -	75°: Lat - Lon -	80°: Lat - Lon -	85°: Lat - Lon -	90°: Lat - Lon -	95°: Lat - Lon -	100°: Lat - Lon -	105°: Lat - Lon -	110°: Lat - Lon -	115°: Lat - Lon -
120°: Lat - Lon -	125°: Lat - Lon -	130°: Lat - Lon -	135°: Lat - Lon -	140°: Lat - Lon -	145°: Lat - Lon -	150°: Lat - Lon -	155°: Lat - Lon -	160°: Lat - Lon -	165°: Lat - Lon -	170°: Lat - Lon -	175°: Lat - Lon -
180°: Lat - Lon -	185°: Lat - Lon -	190°: Lat - Lon -	195°: Lat - Lon -	200°: Lat - Lon -	205°: Lat - Lon -	210°: Lat - Lon -	215°: Lat - Lon -	220°: Lat - Lon -	225°: Lat - Lon -	230°: Lat - Lon -	235°: Lat - Lon -
240°: Lat - Lon -	245°: Lat - Lon -	250°: Lat - Lon -	255°: Lat - Lon -	260°: Lat - Lon -	265°: Lat - Lon -	270°: Lat - Lon -	275°: Lat - Lon -	280°: Lat - Lon -	285°: Lat - Lon -	290°: Lat - Lon -	295°: Lat - Lon -
300°: Lat - Lon -	305°: Lat - Lon -	310°: Lat - Lon -	315°: Lat - Lon -	320°: Lat - Lon -	325°: Lat - Lon -	330°: Lat - Lon -	335°: Lat - Lon -	340°: Lat - Lon -	345°: Lat - Lon -	350°: Lat - Lon -	355°: Lat - Lon -
Distância por radial											
0°:	5°:	10°:	15°:	20°:	25°:	30°:	35°:	40°:	45°:	50°:	55°:
60°:	65°:	70°:	75°:	80°:	85°:	90°:	95°:	100°:	105°:	110°:	115°:
120°:	125°:	130°:	135°:	140°:	145°:	150°:	155°:	160°:	165°:	170°:	175°:
180°:	185°:	190°:	195°:	200°:	205°:	210°:	215°:	220°:	225°:	230°:	235°:
240°:	245°:	250°:	255°:	260°:	265°:	270°:	275°:	280°:	285°:	290°:	295°:
300°:	305°:	310°:	315°:	320°:	325°:	330°:	335°:	340°:	345°:	350°:	355°:
Estação Auxiliar											
Transmissor Auxiliar											





<b>Código Equipamento:</b> 011800300422	<b>Modelo:</b> ETG 1000
<b>Fabricante:</b> Elenos S.R.L. Broadcasting Equipment	<b>Potência de Operação:</b> 0.8 kW

Transmissor Auxiliar 2	
<b>Código Equipamento:</b>	<b>Modelo:</b> Equipamento não encontrado
<b>Fabricante:</b>	<b>Potência de Operação:</b> kW

Linha de Transmissão Auxiliar			
<b>Modelo:</b> LCF78-50-JA	<b>Fabricante:</b> Radio Frequency Systems		
<b>Comprimento da Linha:</b> 60 m	<b>Atenuação:</b> 1.137 dB/100m	<b>Perdas Acessórias:</b> 0.5 dB	<b>Impedância:</b> 50 ohms

Antena Auxiliar					
<b>Modelo:</b> FC4H266	<b>Fabricante:</b> Ideal Indústria e Comércio de Antenas Ltda				
<b>Ganho:</b> 2.87 dBd	<b>Beam-Tilt:</b> °	<b>Orientação NV:</b> 30 °	<b>Polarização:</b> Circular	<b>HCI:</b> 60 m	<b>ERP Máxima:</b> 2.34 kW
RDS					
<b>Código PI:</b>					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
139341982	87251	Decreto	PR	07/06/1982	09/06/1982	Outorga	Jurídico

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
01250001073201613	109	Despacho	MCTIC	09/02/2018	14/03/2018	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
		Ato	ORLE		04/10/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
298200003431985	81	Decreto Legislativo	CN	28/08/1996	29/08/1996	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
53500.031398/2016-27	5584	Ato	ORLE	21/12/2016	17/02/2017	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115009918202215	10690	Portaria	MC	05/10/2023	30/10/2023	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento	





**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 43449/2023/MCOM

Brasília, 31 de outubro de 2023

Ao Senhor  
**Ênio Soares Dias**  
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete  
Ministério das Comunicações

**Assunto: Encaminha Exposição de Motivos 330 (11151159)**

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista a publicação da Portaria nº 10346/2023/SEI-MCOM (11190210), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos 330 (11151159), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos**, Assistente, em 31/10/2023, às 14:43 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11193894** código CRC **8F5DD5C8**

**Referência:** Processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 11193894



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef> / pg. 121

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

Brasília, 9 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.009918/2022-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10346/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.690, de 5 de outubro de 2023, publicada em 30 de outubro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de agosto de 2022, a concessão outorgada à RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA. (CNPJ nº 75.789.966/0001-59), nos termos do Decreto nº 87.251, datado em 7 de junho de 1982, publicado em 9 de junho de 1982, e renovada pelo Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, publicado em 14 de outubro de 1994, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado em 29 de agosto de 1996, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itaiópolis, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<http://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Exposição de Motivos MCOM-672-2023 (11/20/229)

SEI 53115.009918/2022-15 / pg. 122

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



**MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES**  
Gabinete do Ministro das Comunicações  
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 33179/2023/MCOM

Ao Senhor  
BRUNO MORETTI  
Secretário Especial de Análise Governamental  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.009918/2022-15**

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS  
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro, em 09/11/2023, às 10:57 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11207285** código CRC **30CC33FB**

**Referência:** Processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 11207285



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef> / pg. 123

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

EM nº 00672/2023 MCOM

Brasília, 9 de Novembro de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.009918/2022-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10346/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 10.690, de 5 de outubro de 2023, publicada em 30 de outubro de 2023, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de agosto de 2022, a concessão outorgada à RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA. (CNPJ nº 75.789.966/0001-59), nos termos do Decreto nº 87.251, datado em 7 de junho de 1982, publicado em 9 de junho de 1982, e renovada pelo Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, publicado em 14 de outubro de 1994, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado em 29 de agosto de 1996, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itaiópolis, estado de Santa Catarina.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

*Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE:  [\(61\) 2027-6119](tel:(61)2027-6119)  [6915](tel:(61)2027-6915)

PARECER n. [00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU](#)

NUP: 53115.009918/2022-15

INTERESSADOS: RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

- I. Pedido de renovação da outorga formulado pela RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA, com o objetivo de permanecer explorando o serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Itaiópolis, estado de Santa Catarina, referente ao período de 18 de agosto de 2022 a 18 de agosto de 2032.
- II. Possibilidade prevista no art. 223 da Constituição da República e regulamentada pelas Leis nº 4.117/1962 e nº 5.785/1972, com as alterações efetuadas pela Lei nº 13.424/2017, em conjunto como Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, consideradas as modificações promovidas pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/21.
- III. Processo analisado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 10346/2023/SEI-MCOM, que concluiu pela presença das condições necessárias ao deferimento do pleito.
- IV. Viabilidade jurídica do pedido de renovação, diante da apresentação da documentação exigida e da consequente conformidade da instrução.
- V. Competência do Exmo. Senhor Ministro de Estado das Comunicações. Encaminhamento dos autos à Presidência da República para conhecimento e submissão ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223, caput e § 1º, da Constituição da República, do art. 5º da Lei nº 5.785/72 e do art. 113, § 1º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, em combinação com o art. 23, da MP nº 1.154/2023.
- VI. Necessidade de reapresentação da documentação probatória da manutenção da regularidade por ocasião da assinatura do termo aditivo.
- VII. Pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, em prosseguimento, com recomendações.

Senhor Coordenador-Geral Jurídico de Radiodifusão,

**!-RELATÓRIO**

1. Trata-se de processo administrativo iniciado por requerimento pela RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA, encaminhado pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para análise e manifestação dessa CONJUR/MCOM, no qual a parte interessada veicula pedido de renovação da outorga que lhe fora concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em onda média, adaptado para frequência modulada, no município de Itaiópolis, estado de Santa Catarina, referente ao período de 18 de agosto de 2022 a 18 de agosto de 2032.
2. Conforme narra a NOTA TÉCNICA Nº 10346/2023/SEI-MCOM (SUPER 10997410), que, confeccionada e aprovada pelos agentes públicos competentes, remeteu o processo, eis o histórico da outorga em questão, consoante denota a documentação acostada aos autos:
  6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 87.251, de 7 de junho de 1982, publicado no Diário Oficial da União do dia 9 de junho de 1982 (SUPER [10997383](#) - Págs. 13-19). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de agosto de 1982 (SUPER [10997383](#) - Págs. 6-10).
  7. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2013. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SUPER [10997383](#) - Págs. 1-5).
  8. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de 1992-2002. De acordo com o Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 14 de outubro de 1994, a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 18 de agosto de 1992. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de agosto de 1996 (SUPER [10997383](#) - Págs. 11-12).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



9. Concernente ao período de 2012-2022, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 27 de abril de 2012, gerando o protocolo nº [53000.020691/ 2012-76](#) acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 18 de fevereiro de 2012 e 18 de maio de 2012. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em janeiro de 2021. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

L.O. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão da análise dos referidos processos.

11. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais e humanas constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenha, em algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. Essas condições da prestação do serviço público, inevitavelmente, conduzem à hierarquização de prioridades, o que não pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos de particulares recebidos pela assoberbada máquina administrativa.

12. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em efetuar análise dos pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público e por contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Apesar de todas as dificuldades, a análise dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

13. Pela análise dos autos, observa-se que, em 18 de abril de 2022, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [9701927](#) - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto na redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 18 de agosto de 2021 a 18 de agosto de 2022.

3. No requerimento protocolado em 18 de abril de 2022 (SEI 9701927 - fls. OI e 02), a entidade solicitou renovação da outorga, deflagrando o presente processo administrativo. Analisado o pedido de renovação pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica mencionada NOTA TÉCNICA, opinou-se, ao fim da instrução processual, pelo deferimento do pleito, em conclusão assim exarada: "*Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de flaiópolis/SC, nos termos do ar. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.*"

4. É o breve relatório, que permite o exame do caso.

## II-ANÁLISE JURÍDICA

### 11.1.Considerações iniciais

5. Preliminarmente, ressalte-se que a presente manifestação fundamenta-se no art. 11, inciso V, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União), além do art. 11, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.335, de 1º de janeiro de 2023 (aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Comunicações), os quais dispõem que às Consultorias caberá assessoramento do Ministro de Estado no controle interno da legalidade dos atos administrativos a serem praticados.

6. Consequentemente, na hipótese em apreço compete a este órgão jurídico analisar a regularidade do procedimento administrativo em testilha, adotando como parâmetro os princípios e as regras constitucionais aplicáveis à espécie, as disposições constantes da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, e, em especial, a legislação específica que disciplina o serviço de Radiodifusão, a fim de que se revele assegurada a presença das condições necessárias e dos documentos exigidos pelos atos normativos incidentes.

7. Cabe registrar, ainda, que as informações de natureza técnica lançadas aos autos não se sujeitam ao exame desta Consultoria. A uma, porque a legislação de regência atribui às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios a competência para a análise jurídica das matérias que lhe são submetidas, não alcançando o enfrentamento de questões técnicas constantes dos autos. A duas, porque as razões invocadas pelos órgãos técnicos competentes revestem-se da presunção de veracidade, sendo, assim, presumivelmente verdadeiras até prova em contrário. A três, porquanto, ainda que a presunção tenha caráter relativo, os órgãos consultivos de assessoramento jurídico não detêm condições técnicas suficientemente adequadas para infirmar os elementos fáticos trazidos aos autos.

dispõe: Nesse sentido, o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União assim

*A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.*



## 11.2. Legislação aplicável

8. Em exame à legislação aplicável à matéria, calha tecer, de antemão, considerações sobre o arcabouço jurídico atualmente aplicável ao caso, sobretudo tendo-se em vista as ainda recentes alterações legislativas implementadas pela Lei nº 13.424/2017, que alterou as Leis nº 4.117/1962 e 5.785/1973, e implementadas, também, pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e 10.775/21, que alteraram o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, reorganizando os procedimentos aplicáveis.

9. A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, na alínea "a" do inciso XII de seu art. 21, que *"Compete à União [...] explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão [...] os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens"*.

10. Incluída entre as competências legislativas privativas da União encontra-se a matéria da Radiodifusão, nos termos do art. 22, IV, in fine, da Constituição Federal. Acolhendo a prerrogativa de regular o assunto e densificando o tema, o legislador federal instituiu, no texto da Lei nº 4.117/1962, o Código Brasileiro de Telecomunicações, estipulando, em seu art. 33, que "Os serviços de telecomunicações, não executados diretamente pela União, poderão ser explorados por concessão, autorização ou permissão, observadas as disposições desta Lei".

11. Assim é que, uma vez observado o procedimento de constituição de outorga para execução de serviço de radiodifusão, surge, com o termo do prazo inicialmente estabelecido para execução do serviço, a questão de sua possível renovação. Nessa linha, a própria Constituição Federal, em seu artigo 223, caput e parágrafos, trata da possibilidade de renovação do período conferido para exploração dos serviços de radiodifusão. Ainda, conforme o § 3º do mencionado artigo, *"o prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão"*.

12. Portanto, consoante as regras constitucionais citadas, compete ao Poder Executivo apreciar os pedidos de renovação de outorga, devendo o respectivo ato ser submetido à deliberação do Congresso Nacional, em atenção, também, ao que preconiza o art. 48, XII, da Carta Republicana de 1988. O órgão Legislativo, por sua vez, poderá referendar ou rejeitar a conclusão do Poder Executivo, ficando pendente a produção de efeitos da renovação até que se ultime tal deliberação.

13. Coube ao já citado Código Brasileiro de Telecomunicações pormenorizar as previsões relativas à renovação de outorgas. Nos termos do parágrafo único de seu art. 67, *"o direito a renovação decorre do cumprimento pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, bem como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e de persistirem a possibilidade técnica e o interesse público em sua existência"*.

14. A questão também é abordada no art. 2º da Lei nº 5.785/1972, que preconiza ficar a eventual renovação de outorga de radiodifusão *"subordinada ao interesse nacional e à adequação ao Sistema Nacional de Radiodifusão, dependendo de comprovação, pela concessionária ou permissionária, do cumprimento das exigências legais e regulamentares, bem como da observância das finalidades educativas e culturais do serviço"*.

15. No mesmo Código Brasileiro de Telecomunicações, o legislador ordinário assinalou, ainda, a expressa inexistência de óbices à realização de sucessivas renovações das outorgas concedidas, assim dispondo o § 3º do art. 33 do diploma legal em questão, com a redação dada pela Lei nº 13.424/2017: *"os prazos de concessão, permissão e autorização serão de dez anos para o serviço de radiodifusão sonora e de quinze anos para o de televisão, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais"*.

16. Por sua vez, ao delimitar aspecto prático atinente à tempestividade do pedido de renovação de outorgas de radiodifusão, a Lei nº 5.785/1972 assevera que as entidades interessadas na renovação do período da concessão ou permissão próxima a de expirar deverão encaminhar pedido ao órgão competente do Poder Executivo *"durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo de outorga"*, conforme a atual redação, dada ao art. 4º pela Lei nº 13.424/2017. Em complemento, prevê o § 1º do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 que *"caso expire a outorga de radiodifusão, sem decisão sobre o pedido de renovação, o serviço será mantido em funcionamento em caráter precário"*.

17. Já o art. 5º da mesma Lei nº 5.785/1972 determina que os pedidos de renovação de permissão outorgada para exploração de serviço de radiodifusão sonora deverão ser *"instruídos com parecer do Departamento Nacional de Telecomunicações encaminhados ao Ministro das Comunicações, a quem compete a decisão, renovando a permissão ou declarando-a perempta"*. Referida regra encontra-se atualizada pela aplicação do parágrafo único do art. 165 do Decreto-Lei 200/1967, que transferiu as competências do hoje extinto Departamento Nacional de Telecomunicações ao Ministério das Comunicações, o qual, por força do art. 23, da Medida Provisória nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023, é o órgão do Poder Executivo competente para tratar dos assuntos referentes ao serviço de radiodifusão.

18. Em adendo aos comandos legais, o Poder Executivo editou o já mencionado Decreto nº 52.795/1963, que instituiu o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, com o qual definiu os procedimentos de aplicação das previsões constitucionais e legais relativas ao tema. Os dispositivos de interesse do Regulamento em questão serão mais adiante trazidos ao lume.

19. Feita essa breve explanação acerca das balizas normativas aplicáveis, cabe verificar os elementos fáticos do caso em apreço, para que se possa cogitar da regularidade da conclusão externada pela área técnica.

## 11.3 Do Pedido de Renovação

20. Como já relatado, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica opinou pelo deferimento do pedido de renovação em apreço, atestando a adequação da documentação apresentada, nos termos da NOTA TÉCNICA Nº 10346/2023/SEI-MCOM (SUPER 10997410).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

21. Quanto à tempestividade, em relação ao pedido referente ao período de 2012-2022, oart. 4º da Lei nº 5.785/72, conforme redação vigente à época, estabelecia que o requerimento deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo. No caso, o pedido de renovação foi apresentado no citado prazo legal então vigente, sem que houvesse, no entanto, decisão conclusiva quanto ao pedido.

22. Diante do novo pedido de renovação de outorga referente ao período de 2022-2032, observa-se que o pedido é tempestivo, já que foi protocolizado no prazo aplicável da redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972:

Atual redação da Lei nº 5.785/1972

Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou pennissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao ténino do respectivo prazo da outorga.

23. A propósito, a área técnica assim se pronunciou na supracitada manifestação:

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 87.251, de 7 de junho de 1982, publicado no Diário Oficial da União do dia 9 de junho de 1982 (SUPER [10997383](#) - Págs. 13-19). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de agosto de 1982 (SUPER [10997383](#) - Págs. 6-10).

(...)

8. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere ao decênio de 1992-2002. De acordo com o Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, publicado no Diário Oficial da União do dia 14 de outubro de 1994, a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 18 de agosto de 1992. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de agosto de 1996 (SUPER [10997383](#) - Págs. 11-12).

9. Concernente ao período de 2012-2022, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 27 de abril de 2012, gerando o protocolo nº [53000.020691/2012-76](#), acompanhado de parte da documentação exigida até então. Portanto, o pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A antiga redação do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao ténino do prazo da outorga, ou seja, entre 18 de fevereiro de 2012 e 18 de maio de 2012. O processo foi alvo de diversas análises, sendo a última em janeiro de 2021. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão conclusiva quanto ao pedido formulado.

(...)

13. Pela análise dos autos, observa-se que, em 18 de abril de 2022, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, por novo período (SUPER [9701927](#) - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto na redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 18 de agosto de 2021 a 18 de agosto de 2022.

24. Anote-se que a petição foi subscrita pelo Sr. Ranieri Moacir Bertoli, qualificado como administrador da entidade, conforme a certidão simplificada emitida pela Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (SUPER 10966831 - fls. 01 e 02).

25. Registre-se que o requerimento está de acordo com o novo formulário disponibilizado pelo Poder Público, que já contém as declarações exigidas pelo Regulamento de Radiodifusão (SUPER 9701927- fls. 01 e 02).

respeito, Assim, cabe avançar na análise, com a verificação do atendimento de todos os requisitos pertinentes. A esse segundo a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica atestou a adequação dos documentos apresentados, Checklist (SUPER 10960552).

26. Os documentos exigidos foram estabelecidos no art. 113 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, recentemente alterado pelo Decreto nº 10.775/2021, que entrou em vigor no dia 1º de setembro de 2021, que estabelece a seguinte documentação que deverá instruir o processo renovatório, senão vejamos:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: [\(Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)

I - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138 de 2017\)](#)

III - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.778 de 2021\)](#)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)



- V - prova de inscrição no CNPJ; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; [\(Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#) e [\(Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017\)](#)
- X - [\(Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020\)](#)
- XI - declaração de que: [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990. [\(Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021\)](#)

27.

Sobre o assunto, o órgão técnico se manifestou da seguinte forma:

14. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER [10960552](#)). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrerá no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER [10966831](#)).

(...)

20. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER [10960552](#)).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

28. Com efeito, foi apresentada certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão os atos constitutivos da pessoa jurídica (SUPER 10966831 - fls. 01 e 02); certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica (SUPER 10960547 - fl. 05); prova de inscrição no CNPJ (SUPER 10960547 - fls. 01 e 02); prova de regularidade perante a Fazenda Federal e a seguridade social (SUPER 10960547 - fl. 06), às Fazendas Estadual (SUPER 10960547 - fl. 07) e Municipal da sede da pessoa jurídica (SUPER 10960547 - fl. 08); prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL (SUPER 11027323 - fl. 06); prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS (SUPER 10960547 - fl. 06 e SUPER 10960547 - fl. 03); e prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (SEI 10960547 - fl. 04).

29. No que se refere às declarações exigidas, todas foram devidamente firmadas no requerimento, em conformidade com as exigências normativas (SEI 9701927 - fls. 01 e 02).

30. Em relação à regularidade técnica, um dos requisitos estabelecidos pelo art. 67, parágrafo único, da Lei 4.117/62, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica prestou os seguintes esclarecimentos:

22. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatei). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de outubro de 2022, com validade até 9 de junho de 2032 (SUPER [11027323](#) - Págs. 10 e 14).

31. Ressalte-se que cabe à área técnica verificar a existência de compatibilidade entre o serviço efetivamente prestado pela interessada e o autorizado por este Ministério.

32. Já no que toca ao possível cometimento de irregularidades no curso da prestação do serviço, cuidou a Secretariada verificações pertinentes, o que resultou na conclusão assim externada, de conformidade com o que se pode compulsa nos documentos aludidos:

19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER [11027323](#) - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações - CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração, cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER [10961380](#)).

33. Relativamente aos limites de outorga, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica constatou que os limites estabelecidos no art. 12, do Decreto-Lei nº 236/67 estão sendo observados pelos sócios e dirigentes, senão vejamos:

17. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO em 24 de julho de 2023 (SUPER [11027323](#) - Págs. 1-5).

18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise destes autos e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios Moacir Bertoli e Simone Werner compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Taió/SC e Presidente Getúlio/SC. Outrossim, o diretor administrador Raniéri Moacir Bertoli figura no quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Balneário Camboriú/SC, Taió/SC e Presidente Getúlio/SC.

34. Como se vê, todos os elementos que devem ser verificados para que se conclua acerca do pedido de renovação da outorga foram analisados pelo setor responsável, razão pela qual não se identifica qualquer óbice jurídico que macule a conclusão alcançada pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. Questões não jurídicas não são apreciadas pela Consultoria Jurídica, inclusive aspectos técnicos, discricionários e financeiros atinentes ao caso concreto.

35. Por fim, quanto às minutas de portaria e de exposição de motivos propostas, verificamos a devida observância aos aspectos essenciais previstos na Lei Complementar nº 95/98, estando, portanto, aptas a produzirem os efeitos legais pretendidos.

36. Importa, ainda, consignar a necessidade de assinatura definitiva pela parte interessada junto a este Ministério, em atendimento ao que preconiza o art. 115 do Regulamento de Serviços de Radiodifusão, segundo o qual *"quando da renovação da concessão ou da permissão, será firmado, em decorrência, termo aditivo ao contrato referente ao serviço objeto da renovação"*. Ainda, na oportunidade deverá ser atualizada a documentação capaz de certificar a manutenção da situação de regularidade da interessada, consoante o inciso XIII do art. 55 da Lei 8.666/93, em decorrência do qual remanesce *"a obrigação*



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



do contra/ado de manter, duran/e Ioda a execução do contraio, em compalibilidade com as obrigações por ele assumidas, Iodas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação".

37. Em relação ao pagamento do valor da outorga, a SECOE atestou que:

26. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão": conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER [11027323](#) - Págs. 7-9). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. J 12, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.

38. Por derradeiro, é mister salientar que, na hipótese de o pagamento do valor atualizado da outorga não ser efetuado, a pessoa jurídica inadimplente ficará impossibilitada de renová-la por novo período (artigo 31-A, § 7º do Regulamento de Serviços de Radiodifusão).

### III - CONCLUSÃO

39. Diante do exposto, não tendo sido vislumbradas irregularidades no procedimento, opina-se pela restituição dos autos à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, para prosseguimento.

40. Ratificam-se as observações expostas no presente parecer, mormente nos itens 38 e 40.

À consideração,

Brasília, 02 de outubro de 2023.

ALESSANDRA RODRIGUES DE  
CASTRO ADVOGADA DA UNIÃO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) [53115009918202215](#) e da chave de acesso ca57 lb0e

Documento assinado eletronicamente por ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado Al institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1286970701 e chave de acesso ca57 lb0e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ALESSANDRA RODRIGUES DE CASTRO, com certificado Al institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 02-10-2023 12:20. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLvl.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR  
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02034/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.009918/2022-15

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para exploração do serviço de radiodifusão sonora (adaptado)

1. Aprovo a conclusão do PARECER n.00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, elaborado pela Dr(a). Alessandra Castro Rodrigues, advogada da União, no que se refere à inexistência de óbice legal para a renovação da outorga concedida para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado).
2. Os autos do Processo Administrativo em análise versam sobre pedido de renovação da outorga concedida à entidade Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de Itaiópolis/SC, no período de 18 de agosto de 2022 a 18 de agosto de 2032
3. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE), por meio da NOTA TÉCNICA Nº 10346/2023/SEI-MCOM, manifestou-se de forma favorável a respeito da renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), na localidade de Itaiópolis/SC, concedida à entidade Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda.
4. Conforme os termos do PARECER n.00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU e atentando para as orientações apresentadas nos itens 38 e 40 do referido PARECER, é possível, no aspecto jurídico-formal, a renovação da outorga concedida anteriormente para exploração do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada (adaptado), conforme os termos do art. 223, § 2º, da Constituição Federal; do art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962 (que institui o Código Brasileiro de Telecomunicações); do art. 2º e ss da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972; do art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com alterações promovidas pelo Decreto nº 9.138, de 2017, pelo Decreto nº 10.405, de 2020, e pelo Decreto nº 10.775, de 2021.
5. Em relação ao item 38 do PARECER n.00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, tem-se que a documentação necessária seja reavaliada por este Ministério no momento da celebração do termo aditivo, sem prejuízo, portanto, da tramitação da renovação da outorga. No que se refere ao item 40 do referido PARECER, tem-se que o item 31 da NOTA TÉCNICA Nº 10346/2023/SEI-MCOM, destaca que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Regulamento do Serviço de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto Nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto Nº 10.804, de 2021, não se aplica ao caso em questão, pois não houve parcelamento do preço público da outorga.
6. Dessa forma, tem-se que não existe impedimento jurídico para o acolhimento do requerimento apresentado pela mencionada entidade para que haja a renovação de outorga referente ao período de 18 de agosto de 2022 a 18 de agosto de 2032.
7. É atribuição do Ministro de Estado desta Pasta determinar, por meio de edição de portaria, a renovação da outorga anteriormente concedida à entidade Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda.
8. Em razão da ausência de óbice jurídico, a SECOE deve adotar as medidas administrativas rotineiras para edição da portaria ministerial.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica para ciência e posterior envio ao Gabinete do Ministro para as demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 02 de outubro de 2023.

*assinado eletronicamente*  
JOÃO PAULO SANTOS BORBA  
ADVOGADO DA UNIÃO  
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE  
RADIODIFUSÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o encimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115009918202215 e da chave de acesso ca571b0e

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado Al institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1296963076 e chave de acesso ca571 b0e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado Al institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 02-10-2023 15:17. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSL.

---

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02043/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 53115.009918/2022-15

INTERESSADOS: RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.

ASSUNTOS: Radiodifusão. Rádio comercial. Renovação de outorga.

Aprovo o PARECER n. 00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU nos termos do DESPACHO n. 02034/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 3 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente  
FELIPE NOGUEIRA  
FERNANDES  
ADVOGADO DA UNIÃO  
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 53115009918202215 e da chave de acesso ca571b0e



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado AI institucional (\*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1298456827 e chave de acesso ca571b0e no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado AI institucional (\*.agu.gov.br). Data e Hora: 03-10-2023 12:33. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/10/2023 1 Edição: 206 1 Seção: 11 Página: 5

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

## PORTARIA Nº 10.690, DE 5 DE OUTUBRO DE 2023

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.009918/2022-15, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 10346/2023/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 18 de agosto de 2022, a concessão outorgada à RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA (CNPJ nº 75.789.966/0001-59), nos termos do Decreto nº 87.251, datado em 7 de junho de 1982, publicado em 9 de junho de 1982, e renovada pelo Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, publicado em 14 de outubro de 1994, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado em 29 de agosto de 1996, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itaiópolis, estado de Santa Catarina.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO



Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-10.690-de-5-de-outubro-de-2023-519731871>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES  
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica  
Departamento de Radiodifusão Privada  
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada  
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 10346/2023/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.009918/2022-15

INTERESSADA: RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA.

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE DOS AUTOS À CONJUR.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pelo Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda, inscrita no CNPJ nº 75.789.966/0001-59, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Itaiópolis/SC, vinculado ao processo nº 50414496191, referente ao período de 18 de agosto de 2022 a 18 de agosto de 2032.

2. Após a apresentação do requerimento que ensejou a instauração destes autos, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica editou diversos expedientes, cujo objeto consistiu na apreciação da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga para complementar a instrução processual.

ANÁLISE

3. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora em onda média renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Conselho Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

4. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, além dos outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação da outorga.

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão de outorga de radiodifusão sonora em onda média encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>



II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que se verem arquivados os atos constituintes da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do FISTEL; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos com o empregador, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por todo o período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes integrantes do quadro societário ou diretores de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em outras localidades, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure o exercício de parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 170, da Constituição Federal;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "a" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

5. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual criação de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em respeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto nº 236/1967.

6. No caso em apreço, conferiu-se à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda a outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, conforme Decreto nº 87.251, de 9 de junho de 1982, publicado no Diário Oficial da União do dia 9 de junho de 1982 (SUPER 10997383 - Págs. 11-12). O extrato do contrato de concessão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 18 de agosto de 1982 (SUPER 10997383 - Págs. 6-10).

7. Ademais, importa ressaltar que a outorga foi adaptada para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos termos do Decreto nº 8.139, de 7 de novembro de 2011. A adaptação materializou-se pela celebração de Termo Aditivo de Concessão, cuja cópia se encontra colacionada aos autos (SUPER 10997383 - Págs. 1-5).

8. Em consulta à pasta cadastral da referida pessoa jurídica, verificou-se que o último pedido de renovação de outorga deferido pela Administração Pública se refere



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

1992-2002. De acordo com o Decreto s/nº, de 13 de outubro de 1994, publicado no Diário União do dia 14 de outubro de 1994, a concessão foi renovada, pelo prazo de 10 (dez) anos, a partir de 18 de agosto de 1992. O ato foi cancelado pelo Decreto Legislativo nº 81, de 1996, publicado no Diário Oficial da União do dia 29 de agosto de 1996 (SUPER 10997383 - Págs. 11-12).

9. Concernente ao período de 2012-2022, a pessoa jurídica interessada apresentou o pedido de renovação no dia 27 de abril de 2012, gerando o protocolo nº 53000.020691/2012-76, acompanhado de parte da documentação exigida até então. Por ocasião do pedido de renovação da outorga foi apresentado no prazo legal vigente à época. A análise do art. 4º da Lei nº 5.785/1972 estabelecia que as pessoas jurídicas interessadas na renovação da outorga deveriam apresentar o correspondente requerimento entre os 6 (seis) e os 3 (três) meses anteriores ao término do prazo da outorga, ou seja, entre 18 de fevereiro de 2012 e 18 de maio de 2012. O processo foi alvo de diversas análises, sendo concluído em janeiro de 2021. Não houve mais qualquer andamento no referido processo, tendo o decênio vencido sem que houvesse decisão quanto ao pedido formulado.

10. Ressalta-se que não se tem conhecimento das orientações e praxes administrativas adotadas à época, de modo que não há como precisar os motivos que ensejaram a não conclusão e análise dos referidos processos.

11. Nesse contexto, é importante reconhecer que insuficiências materiais constituem uma realidade burocrática no âmbito do serviço público, impedindo que se tenham algumas situações, um quadro ideal de celeridade na apreciação dos feitos. A prestação do serviço público, inevitavelmente, conduz à hierarquização de prioridades, o que pode ser vista como descaso para com os inúmeros pleitos recebidos pela asoberbada máquina administrativa.

12. Esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica possui grande dificuldade em analisar os pedidos realizados pelas concessionárias/permissionárias dos serviços de radiodifusão, tendo em vista a quantidade de procedimentos que exigem manifestação do Poder Público. Não contar com um quadro diminuto de servidores com formação técnica necessária para tanto. Portanto, todas as dificuldades, as análises dos processos tem sido objeto de constante aperfeiçoamento ao longo dos anos.

13. Pela análise dos autos, observa-se que, em 18 de abril de 2022, a pessoa jurídica interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de desconformidade com a execução do serviço, por novo período (SUPER 9701927 - Págs. 1-2). Por ocasião do pedido de renovação da outorga é tempo na vez que a sua protocolização ocorrera no prazo legal vigente, previsto na redação atual do art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 18 de agosto de 2021 a 18 de agosto de 2022.

14. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme verificação de documentos colacionada aos autos (SUPER 10960552). Os documentos são conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade e a sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obsoletos e onerosas às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência do tempo ou mora na tramitação processual. Veja:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa ao fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito a sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - existência de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

15. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as condições exigidas pelo Ministério das Comunicações, pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

16. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021, além de, também, documento simplificado, emitido pelo órgão de registro competente em que foram arquivados os seus atos constituintes, demonstrando que os quadros societário e direcional coincidem com os únicos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SUPER 109661380).

17. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO em 24 de julho de 2023 (SUPER 11027323 - Págs. 1-5).

18. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário - SIACCO, a pessoa jurídica explora somente o serviço de radiodifusão objeto de análise desta análise. Não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, os sócios Moacir Bertoli e Simone Werner compõem o quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nas localidades de Presidente Getúlio/SC. Outrossim, o diretor administrador Raniéri Moacir Bertoli figura no quadro de outras pessoas jurídicas que exploram o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada nas localidades de Balneário Camboriú/SC, Taió/SC e Presidente Getúlio/SC.

19. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa no Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SUPER 11027323 - Págs. 11-13). Nesse sentido, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações - CGFM informou que não está em trâmite processo de apuração de infração cuja penalidade cabível seja a cassação (SUPER 10961380).

20. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

em seu desfavor. Juntou-se, ademais, aos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreção-se também a Receita Federal, da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, de Garan a do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionado, igualmente, em igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SUPER 10960552).

21. Logo, pelos documentos acostados, não se vislumbram quaisquer elementos que possam desabonar a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação que rege o serviço de radiodifusão, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão.

22. Salienta-se, ainda, que, após a vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para a renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por consequência, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade do licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 14 de junho de 2023, a saber:

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos moldes estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as seguintes informações constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado a permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o endereço de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o ângulo de irradiação (ou direção) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM nº 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento.



estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo art. 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, por meio de requerimento, sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

23. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, a entidade outorgada deverá obrigatoriamente possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

24. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência da expiração da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

25. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 10 de outubro de 2022, com validade até 9 de junho de 2032 (SUPER 11027323 - Págs. 10 e 14).

26. Oportuno registrar que, de acordo com o extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL, a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores administrativos identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SUPER 11027323 - Págs. 7-9). Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.796/2004 não se aplica ao caso em apreço.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

27. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente a ser concedido para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Itaiópolis/RS, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963.

## CONCLUSÃO

28. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao Secretário de Comunicação Social Eletrônica, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

29. Em caso de aprovação, sugere-se a adoção das seguintes providências administrativas:

- envio dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações para análise da regularidade jurídica do pedido de renovação da outorga em frequência modulada, incluindo as minutas de Portaria (SUPER 10997641) e de Exposição de Motivos (SUPER 10997651), na forma do art. 11 da Lei Complementar nº 73/1993; e
- em caso de manifestação favorável da unidade de competência, remessa dos autos ao Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das providências necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º da Constituição Federal.

30. Pede-se, ainda, o envio dos autos à Coordenação de Sistemas, Dados e Documentos de Radiodifusão, para fins de registro e atualização dos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

31. Após, arquivem-se os autos nesta unidade administrativa, até que ocorra a devolução dos autos ao Departamento de Radiodifusão do Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional. Deixará de deflagrar a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 15 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por Gabriela Mello dos Santos, Técnica de Nível Superior, em 02/08/2023, às 11:23 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Carla Fabiane da Costa Ferreira, Assistente Técnico, em 02/08/2023, às 11:26 (horário oficial de Brasília), com fundamento no art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada, em 02/08/2023, às 11:30 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>





Documento assinado eletronicamente por Whendell Pereira de Souza, Coordenador de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada, em 02/08/2023, às 11:32 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada, em 02/08/2023, às 17:12 (horário oficial de Brasília), com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://super.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador 10997410 e o código CRC 98918C79.

## Minutas e Anexos

- Minuta Portaria (10997641)
- Minuta Exposição de Motivos (10997651)

Referência: Processo nº 53115.009918/2022-15

Documento nº 10997410



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação Atos Oficiais

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e CC-PR

**ASSUNTO:** Trata-se de renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 18 de agosto de 2022, da concessão outorgada à CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA. (CNPJ nº 75.789.966/0001-59), para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itaiópolis, estado de Santa Catarina.

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 672 2023 MCOM.

Att,

**Carlos Henrique T. Botelho**  
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho Neto**, em 23/11/2023, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de maio de 2020](#), que autoriza a assinatura, pelo responsável pelo Tribunal, do documento eletrônico do TCE/MS em nome do Presidente do Conselho Superior do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 4761728 e o código de acesso [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso=1](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso=1)

**Referência**Processo nº 53115.009918/2022-15

SUPER n° 4761728



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef1728



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 4457/2023/GM/CC/PR

Brasília, 23 de novembro de 2023. *data da assinatura digital.*

À Secretária-Executiva  
Casa Civil da Presidência da República  
Brasília/DF

**Assunto: Encaminhamento de exposição de motivos.**

Senhora Secretária-Executiva,

Encaminha-se a Exposição de Motivos nº 4457/2023 do Ministério das Comunicações ao Processo Administrativo nº 53115.009918/2022-15, que trata da renovação de prazo de exclusividade, da concessão outorgada à RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA. (CNPJ nº 75.789.966/0001-5) o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o frequência modulada, no município de Itaiópolis, estado de Santa Catarina.

Atenciosamente,

TALITA NOBRE PESSOA  
Chefe de Gabinete



Documento assinado eletronicamente por Talita Nobre Pessoa, Chefe de Gabinete, em 23/11/2023, às 21:03, conforme o art. 1º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 4763559 e o código de verificação [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao=aca](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao=aca)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.009918/2022-15 SUPER nº 4763559

Palácio do Planalto - 4º Andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1754  
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica

**Referência:** Exposição de Motivos nº 672/2023 MCOM (4761717), do Ministério das Comunicações.

**Assunto:** Encaminhamento de Exposição de Motivos.

**Trâmites do Processo:**

Despacho D/PUBL/CODOC/DIALOG/SA/4761717/23, endereçado aos Protocolos da CC/PR, SAJ/CC/PR, CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR.

Ofício nº 4457/GM/CC/PR (4763559), do Gabinete do Ministro da Casa Civil a esta Secretaria-Executiva.

Arquivar o presente processo na SE/CC/PR temporariamente, tendo em vista que, após manifestação dos  
- órgãos competentes para analisar o tema -, os autos deverão retornar a esta Secretaria-Executiva para  
encaminhamento ao Congresso Nacional mediante expediente do Ministro de Estado da Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE  
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por Duncan Frank Semple, Subsecretário de Gestão Interna, em 24/11/2023, às 15:16, conforme o art. 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 4766938 e o código de verificação  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao=aca](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao=aca)

Referência: Processo nº 53115.009918/2022-15

SUPER nº 4766938



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
CASA CIVIL  
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.009918/2022

Nota SAJ - Radiodifusão nº 565 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53115.009918/2022-15

Senhor Secretário Especial Adjunto,

## I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.009918/2022-15, outorga do serviço de radiodifusão comercial em Frequência Modulada (FM), pelo prazo de dez anos, cujo interessado é RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA, PJ nº 75.789.966/0001-59, na localidade de Itaiópolis, estado de Santa Catarina.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende continuar sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Consta do presente processo os seguintes documentos: Nota Técnica nº 10346/2023/SEI-MCOM, nº 00619/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; Portaria MCOM nº 10.690, de 5 de outubro de 2023, que repara, de 18 de agosto de 2022, a concessão outorgada à RÁDIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA, em exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o frequência modulada, no município de Itaiópolis, estado de Santa Catarina e EM 672/2023-MCOM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do processo.

## II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais, a que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato da Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Regulamento do Serviço de Radiodifusão - RSR, pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. O Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão que poderão ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência cabe ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoria, sob o cumprimento aos princípios da eficiência, consagrados pela Lei de Organização, previsto no art. 111, inciso I, da Constituição Federal e no art. 111, inciso I, da Lei nº 200/1967.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

7. De acordo com os autos do processo nº 53115.009918/2022-15, que não é óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal (conforme Portaria SAI/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023), a Consultoria Jurídica do MCOM, em procedimento legal para a renovação da outorga, foi devidamente cumprido, tendo a intermediação técnica e jurídica, com análise dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base no exposto, o Ministro de Estado publica a Portaria de renovação.

8. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a programação de conteúdos, os princípios enunciados no art. 221 da Constituição de 1988, que estabelece que as outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

9. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, a administração pública atua de forma complexa à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério da Comunicação e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Mesmo o Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 1º, da Constituição de 1988. O fato de a administração pública resultar da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou coletivos, para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de administração pública distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo.

10. Aponta-se ainda que eventuais complementações ou atualizações das informações existentes quanto à documentação apresentada pelo órgão não podem ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apuradas pelo próprio, de competência do MCOM [4].

### III - CONCLUSÃO

11. Do exposto, relacionando o processo nº 53115.009918/2022-15, que não é óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal (conforme Portaria SAI/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023), a Consultoria Jurídica do MCOM, em procedimento legal para a renovação da outorga, foi devidamente cumprido, tendo a intermediação técnica e jurídica, com análise dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo uso de suas atribuições e competências, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base no exposto, o Ministro de Estado publica a Portaria de renovação.

**RENATA NEIVA PINHEIRO**

Assessor da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

**DANIELA FERREIRA MARQUES**

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAI/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] A frequência Modulada (FM) largamente utilizada para transmissão de voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade de áudio, alcançando uma faixa de frequência com largura de banda suficiente para fornecer uma reprodução fiel dos sons, sem os ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, O. R. O. A regulamentação da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006. No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.







Documento assinado eletronicamente por **Renata Neiva Pinheiro**, Assessor, em 07/06/2024, às 12:07, conforme horário de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Ferreira Marques**, Subchefe Adjunto de Infraestrutura, em 11/06/2024, às 19:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa Régio de Sousa**, Secretário(a) Especial Adjunto(a), em 12/06/2024, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 5794231 e o código [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acao=5794231](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acao=5794231).

Referência: Processo nº 53115.009918/2022-15

SUPER nº 5794231



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial de Análise Governamental  
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica  
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 409/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/C

PROCESSO SEI Nº 53115.009918/2022-15.

INTERESSADO(A)/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00672/2023 MCOM, de 9 de Novembro de 2023, do Ministério das

ASSUNTO: Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em município de Itaiópolis (SC).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Mo vos nº 00672/2023 MCOM (475862) da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.009918/2022-15, acompanhado da Po 2023, que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência de dez anos, a par 18 de agosto de 2022, no município de Itaiópolis, estado de Santa Catarina, sem d empresa RADIO CIDADE DE ITAIÓPOLIS LTDA CNPJ sob o nº 75.789.966/0001-59, de acordo com o disp do Código Brasileiro de Telecomunicações em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, comp Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviço renovação decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das bem como das finalidades educacionais, culturais e morais e a possibilidade de técnica e de interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
  - Parecer jurídico nº 00619/2023/CONJUR-MCOM/CGO/2023-8614, que se posiciona pela viabilidade jurídica do pedido de renovação.
  - Nota Técnica nº 10346/2023/SEI-MCOM, de 02/08/2023 (4761726), da Secretaria de Co (SECOE/MCOM), que se posiciona pela viabilidade do deferimento do pedido de renova do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 196
  - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 02/08/2 de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislaç
4. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cada
  - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no SIACCO - S Controle Social
  - Registros administra vos do canal, conforme registrado no MOSAICO - Sistema Integra Espectro que disponibiliza acesso ao Relatório do Canal.
5. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível Administradores - QSA da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



## Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

<b>CNPJ:</b>	75.789.966/0001-59
<b>NOME EMPRESARIAL:</b>	RADIO CIDADE DE ITAIOPOLIS LTDA
<b>CAPITAL SOCIAL:</b>	R\$120.000,00 (Cento e vinte mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	MOACIR BERTOLI
<b>Qualificação:</b>	22-Sócio

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	RANIERI MOACIR BERTOLI
<b>Qualificação:</b>	05-Administrador

<b>Nome/Nome Empresarial:</b>	SIMONE WERNER
<b>Qualificação:</b>	22-Sócio

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 13/06/2024 às 16:55 (data e hora de Brasília).

6. Nesse sen do, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCO renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e esta legislação; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada, respeitando o prazo de validade da permissão de serviço de radiodifusão; e (iv) que a atualização dos registros administrativos sob responsabilidade do MCOM não impede a continuidade do processo desta Secretaria Especial de Análise Governamental da Presidência da República (SAG/CC/PR) prosseguimento do feito, conforme com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão.

7. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no [art. 3º do art. 223 da Constituição](#) do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência, manifestação final quanto à legalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, no [Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023](#), c/c art. 49 do [Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2023](#).

À consideração superior.

Brasília, data da assinatura

**JEFFERSON MILTON MARINHO**  
Assessor  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, data da assinatura

**BRUNO DE CARVALHO DUARTE**  
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC  
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para cabíveis.

Brasília, data da assinatura

**BRUNO MORETTI**  
Secretário Especial de Análise Governamental  
(SAG/CC/PR)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

[1] Instituído pela nº 4.117, de 27 de agosto de 1962

[2] Aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963

[3] O SIACCO é o sistema desenvolvido entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a coleta e armazenamento de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Ações de Radiodifusão e Telecomunicações são realizadas exclusivamente nos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, e não das ações de radiodifusão.

[4] O MOSAICO é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O Sistema de Radiodifusão (SC R) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados são as Curtas (OC), Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Milton Maria Assessor(a)** em 12/09/2024, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Du Secretário(a) Adjunto(a)** em 12/09/2024, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Du Secretário(a) Especial** em 12/09/2024, às 18:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 5818903 e o código de verificação [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso=5818903](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso=5818903).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.009918/2022-15

SUPER nº 5818903

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. -- Telefone: 61 3411.1958

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Secretário Especial Adjunto

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_ data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe  
Casa Civil da Presidência da República  
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.186, de 26 de setembro de 2024, ao Congresso Nacional, da Portaria nº 10.690, de 5 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2023, de 18 de agosto de 2022, a concessão outorgada à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda., para o direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta de 27/09/2024.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

**GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO**  
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

**MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA**  
Secretário Especial  
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos  
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano LAGO**, Secretário(a) Adjunto(a), em 27/09/2024, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de abril de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza**, Secretário Especial, em 27/09/2024, às 15:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de abril de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 6119630 e o código  
[https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_ace](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_ace)

ReferênciaProcesso nº 53115.009918/2022-15

SEI nº 6119630

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>



MENSAGEM Nº 1.186

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 10.690, de 5 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2023, que renova, a partir de 18 de agosto de 2022, a concessão outorgada à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

Brasília, 26 de setembro de 2024.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

ASSINADO DIGITALMENTE  
**LUIZ INACIO LULA DA SILVA**  
A conformidade com a assinatura pode ser verificada em:  
<http://serpro.gov.br/assinador-digital>



2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados – Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 10.690, de 5 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 30 de outubro de 2023, que renova, a partir de 18 de agosto de 2022, a concessão outorgada à Rádio Cidade de Itaiópolis Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Itaiópolis, Estado de Santa Catarina.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil  
Secretaria-Executiva da Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Recursos Logísticos  
Coordenação de Documentação  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e cópia do documento digital (6119654) para arquivamento, publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

SANDRA TOMAZ DE AQUINO RODRIGUES  
Supervisora  
Divisão de Publicação de Atos Oficiais  
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por Sandra Tomaz de Aquino Rodrigues, Supervisor(a), em 27/09/2024, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 6120571 e o código [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acao=6120571](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acao=6120571).

Referência: Processo nº 53115.009918/2022-15

SEI nº 6120571

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1297/2024/CC/PR

Brasília, 27 de setembro de 2024, data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado Luciano Bivar  
Primeiro Secretário  
Câmara dos Deputados - Edifício Principal  
70160-900 Brasília/DF

**Assunto: Radiodifusão.**

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submetida ao Conselho Nacional o ato constante da Portaria nº 10.690, de 5 de outubro de 2023, publicada no Diário Oficial da União de 18 de outubro de 2023, que remove, a partir de 18 de agosto de 2022, a concessão outorgada à Rádio Cidade de Santa Catarina para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Estado de Santa Catarina.

Atenciosamente,

RUI COSTA  
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por Rui Costa, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República, em 27/09/2024, às 19:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 8º da Lei nº 11.127, de 27 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador 6121239 e o código de verificação [https://super.presidencia.gov.br/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao=aca](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao=aca).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.009918/2022-15 SEI nº 6121239

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121  
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef>

2b40ff06-3801-4964-9c55-96e91f1c97ef